

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DANIEL VATER DE ALMEIDA**

**A AFIRMAÇÃO DO URBANISMO COMO CIÊNCIA MODERNA, SOB A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: A PRESENÇA DE *ALFRED AGACHE* NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO E CURITIBA, AO LONGO DA PRIMEIRA METADE DA PRETÉRITA CENTÚRIA.**

BELO HORIZONTE  
AGOSTO/2012

**DANIEL VATER DE ALMEIDA**

**A AFIRMAÇÃO DO URBANISMO COMO CIÊNCIA MODERNA, SOB A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: A PRESENÇA DE *ALFRED AGACHE* NAS CIDADES DO RIO DE JANEIRO E CURITIBA, AO LONGO DA PRIMEIRA METADE DA PRETÉRITA CENTÚRIA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloisa Soares de Moura Costa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
BELO HORIZONTE  
AGOSTO/2012**

A447a  
2012

Almeida, Daniel Vater de.

A afirmação do urbanismo como ciência moderna, sob a influência do pensamento geográfico [manuscrito] : a presença de Alfred Agache nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba, ao longo da primeira metade da pretérita centúria / Daniel Vater de Almeida. – 2012.

142 f.: il., fots. (color.), mapas (color.)

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2012.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientadora: Heloísa Soares de Moura Costa.

Bibliografia: f. 138-142.

1. Geografia – Filosofia – Teses. 2. Planejamento urbano – Rio de Janeiro – Teses. 3. Planejamento urbano – Curitiba – Teses. 4. Alfred Agache – Teses. 5. Positivismo – Teses. 6. Modernidade – Teses. I. Costa, Heloísa Soares de Moura. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 711.4:91

Tese intitulada *A afirmação do urbanismo como ciência moderna, sob a influência do pensamento geográfico: a presença de Alfred Agache nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba, ao longo da primeira metade da pretérita centúria*, de autoria do doutorando Daniel Vater de Almeida, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

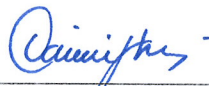
Área de Concentração: Organização do Espaço.

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:



---

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa - IGC/UFMG  
Orientadora



---

Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa - IGC/UFMG



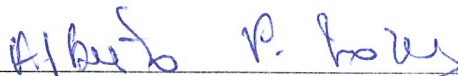
---

Profa. Dra. Jupira Gomes de Mendonça - EA/UFMG



---

Prof. Dr. Guilherme da Silva Ribeiro - UFRRJ



---

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes - UFT

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2012

Dedico todos esses anos de pesquisa e o resultado deste trabalho a  
dois ilustres senhores, Luis Carlos Pinto de Almeida e Alfred  
Agache (*in memoriam*).

Indubitavelmente, trabalhar na Amazônia sem direito a afastamento, pesquisar o Rio de Janeiro no início do Século XX e cursar doutoramento em Belo Horizonte sem bolsa de estudos, não foi tarefa fácil. Contudo, SOU DEVERAS GRATO:

- A Expedito e Jorge, que sempre estão presentes em minha vida, me guiando, abençoando, protegendo, orientando... Assim permaneçam! Ogunhê!

- À minha mãe, D. Olinda, que, indiretamente, e sem saber, me apresentou o *urbanismo* de Agache, quando me levava muitas vezes para passear no Parque da Redenção, em Porto Alegre. Eu tinha uns quatro anos de idade e ela me deu a primeira referência de lazer ao ar livre, de um parque ajardinado, embelezado, de um chafariz... Mais tarde soube que o projeto de embelezamento do Parque da Redenção foi elaborado por Alfred Agache;

- À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Heloisa Costa, por ter acreditado e confiado em mim todos esses anos. Jamais olvidarei tamanha liberdade, tolerância, respeito, disposição, equilíbrio e sensatez;

- Ao Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas, que me apresentou pela primeira vez o *Plano Agache*, bem como orientou meus caminhos acadêmicos no mestrado;

- À Prof<sup>a</sup>. Fátima Lima, atualmente doutoranda da Universidade do Porto, que em meio às nossas "depressões" no Tocantins, sempre esteve ao meu lado e me apoiou na fase inicial desta pesquisa;

- À direção da Faculdade de Geografia da UFPA/Campus Marabá, onde trabalho, na pessoa do Prof. Dr. Fabrício Corradini, que sempre me apoiou e auxiliou, quando eu mais precisava, com muita presteza e solidariedade;

- Aos (Às) meus (minhas) alunos (as) de graduação, das turmas PARFOR, regular (2009, 2011 e 2012) e intervalar (2010) do curso de Geografia da UFPA/Campus Marabá, que muito confiam no meu trabalho e sempre torcem pela minha vitória;

- À Prof<sup>a</sup>. Me. Rosângela Freitas, que a partir de uma amizade que surgiu no Tocantins, me hospedou em sua casa, em Belo Horizonte, quando realizei exame de qualificação;

- À amiga Lúcia, bibliotecária da UFPA/Marabá, que auxiliou na forma correta das referências;

- Ao amigo Guilherme Sampaio, pelo entusiasmo e rapidez nas correções em língua francesa;

- À UFMG, enquanto universidade pública, gratuita e de qualidade, ao oportunizar essa qualificação intelectual e profissional sem a necessidade de pagar mensalidade para tal.

**SEU AGACHE**  
Já chegou o seu Agache  
Quem quiser que fale mal  
Vai fazer dessa cidade  
Uma linda capital.  
Seu Agache  
Seu Agache  
Anda solto e preparado  
Quem for feio fuja dele  
Pra não ser remodelado  
A cidade está mudando  
Mais mudada vai ficar  
O prefeito que é de fato  
Vai o povo embasbacar.  
*(Ari Kerner, 1927.)*

**Attachez et ajuster votre ceinture de sécurité. Bon Voyage!**

É tarde, é tarde  
É tarde até que arde  
Ai, ai, meu Deus  
Alô, adeus  
É tarde, é tarde, é tarde!  
Não, não, não  
Eu tenho pressa  
Eu tenho pressa à beça  
Ai, ai meus Deus  
Alô, adeus  
É tarde, é tarde, é tarde!  
*(Seu Coelho, em Alice no País das Maravilhas)*

**E o que seria de mim sem a Lua em Virgem?**

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	08
RESUMO .....	09
RESUMÉ .....	10
ABSTRACT .....	11
PALAVRAS INICIAIS .....	12
Um pouco mais de método .....	27
1. PAUSA PARA A CRÍTICA AOS PLANOS DE CIDADES NO BRASIL .....	35
1.1. Reflexões acerca do Positivismo presente no Urbanismo .....	48
2. AGACHE E SUA TRAJETÓRIA: IDEIAS, INFLUÊNCIAS, PENSAMENTO E FORMAÇÃO DO URBANISTA FRANCÊS .....	51
3. A CONJUNTURA, A CIDADE... E O PLANO .....	69
4. EXPLORANDO O <i>PLANO AGACHE</i> PARA O RIO DE JANEIRO .....	84
5. O PENSAMENTO GEOGRÁFICO PRESENTE NO <i>PLANO AGACHE</i> DA EX- CAPITAL FEDERAL .....	103
6. A PRESENÇA DE ALFRED AGACHE EM CURITIBA, SEU PLANO... E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO .....	117
PALAVRAS FINAIS .....	133
REFERÊNCIAS .....	138



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Anteprojeto de urbanização do bairro Saldanha Gama .....	25
Figura 2 – Ante-projeto de ajardinamento do Campo da Redenção .....	64
Figura 3 – O Parque Farroupilha da atualidade .....	64
Figura 4 – A Praça Paris da contemporaneidade .....	65
Figura 5 – O cais construído sobre o aterro .....	73
Figura 6 – Vista aérea do aterro do Porto do Rio de Janeiro .....	74
Figura 7 – Idealização de Agache para o centro da <i>Cidade Maravilhosa</i> .....	81
Figura 8 – Capa original do <i>Plano Agache</i> para a Cidade do Rio de Janeiro .....	83
Figura 9 – Porta de Entrada do Brasil .....	89
Figura 10 – Jardins da Ponta do Calabouço .....	90
Figura 11 – Esplanada do Castelo e Ponta do Calabouço .....	91
Figura 12 – Prédio do antigo Ministério da Fazenda .....	92
Figura 13 – Panteon de Duque de Caxias e Central do Brasil .....	93
Figura 14 – Bairro universitário previsto no <i>Plano Agache</i> .....	95
Figura 15 – Diretrizes de tráfego e circulação .....	97
Figura 16 – Apresentação dos primeiros resultados do <i>Plano Agache</i> .....	99
Figura 17 – Apresentação dos primeiros resultados do <i>Plano Agache</i> .....	100
Figura 18 – Esboço cartográfico de abrangência do <i>Plano Agache</i> .....	102
Figura 19 – A Curitiba radial projetada por Alfred Agache .....	130
Figura 20 – Esquema interpretativo do planejamento viário de Curitiba .....	130
Figura 21 – Esboço cartográfico do <i>Plano Agache</i> e os subúrbios de Curitiba ..	131
Figura 22 – Celebração oficial de finalização do <i>Plano Agache</i> de Curitiba .....	131
Figura 23 – Projeto de embelezamento da Praça Tiradentes .....	132
Figura 24 – A Praça Tiradentes da atualidade .....	132
Figura 25 – Alfred Donat Agache .....	136
Figura 26 – Busto de Alfred Agache .....	137

## RESUMO

Este trabalho consiste em investigar as influências do pensamento geográfico presentes nas propostas de planos de cidades que Alfred Agache produziu para o Rio de Janeiro e Curitiba, ao longo da primeira metade da vigésima centúria.

A relação espaço-tempo, que vai do ocaso do oitocentismo ao alvorecer do século vigésimo, foi primordial para a afirmação da Geografia como ciência moderna, sob total obediência aos preceitos positivistas que dominavam o pensamento científico em todas as áreas do conhecimento. Desse modo, essa mesma relação espaço-tempo contribuiu à formação e às influências que Alfred Agache recebeu em sua trajetória intelectual e profissional e que, mais tarde, resultaram na afirmação do seu urbanismo enquanto disciplina teórica, bem como em suas propostas urbanísticas para diversas cidades de todo o mundo.

Ao enxergar o planejamento urbano numa concepção multidisciplinar, absorvendo conhecimento de diversas áreas, tal como fazia na Sociedade Francesa de Urbanistas, Alfred Agache elaborou seus planos de cidades, utilizando-se de arcabouços teóricos advindos da Sociologia, Economia, História, Biologia, Antropologia, Artes, Arquitetura e, particularmente, da Geografia.

No que tange à Ciência Geográfica, suas influências diretas no urbanismo de Agache advêm das correntes do pensamento geográfico, muito em voga entre o final do Século XIX e princípios do XX, ou seja, o *determinismo ambiental* e, mais precisamente, o *possibilismo* de La Blache. Afirmamos influências diretas, uma vez que, após análise dos planos elaborados pelo urbanista francês, tanto para a Cidade do Rio de Janeiro, como para Curitiba, evidenciamos claramente, através da leitura dos mesmos, alusão ao *determinismo* quando estabelecia conclusões e vocações futuras para as cidades planejadas, bem como referências diretas e citações a Paul Vidal de La Blache e seu *possibilismo*, ao realizar a descrição e caracterização fisiográfica dos sítios a serem planejados.

O ato de planejar cidades “modernas” no Brasil era o anseio de um estado republicano e positivista, e suas esferas, a serviço de suas elites conservadoras, em que as ideias e propostas que Agache trazia com seu urbanismo serviam plenamente. Dessa forma, tanto para a capital federal da velha república, como para a Curitiba em tempos de Vargas, esse modelo de urbanismo representava a efetivação do sonho das elites materializado nas cidades, numa inspiração europeia.

Para que se tornasse exequível esta pesquisa, optou-se pela análise dos planos elaborados por Alfred Agache para o Rio de Janeiro e Curitiba, devido à melhor conservação das fontes primárias e documentos originais, bem como às condições de acessibilidade aos mesmos, muito embora saibamos dos inúmeros planos e propostas urbanísticas realizadas por ele para diversas cidades brasileiras.

O plano da capital federal intitulado *Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação e Embellezamento* foi finalizado em 1930. Já o de Curitiba, chamado de *Plano de Urbanização*, foi entregue em 1943. Em ambos, considerável é a presença do pensamento geográfico, constituindo-se em documentos que contribuem, sobremaneira, à História da Geografia.

Palavras-chave: *Geografia, Agache, Urbanismo, Possibilismo, Positivismo, Modernidade.*

## RÉSUMÉ

Ce travail repose sur les influences de la pensée géographique dans les plans actuels présentes dans les plans des villes qui ont été produits par Alfred Agache pour Rio de Janeiro et Curitiba, au cours de la première moitié du XX<sup>ème</sup> siècle.

La relation entre l'espace-temps, qui va du coucher du soleil du XIX<sup>ème</sup> siècle à l'aube du XX<sup>ème</sup> siècle, a été vitale pour l'affirmation de la Géographie comme une science moderne, dans l'obéissance totale aux préceptes positivistes qui ont contrôlé la pensée scientifique dans tous les domaines de la connaissance. Ainsi, le même espace-temps a contribué à la formation et aux influences qui Alfred Agache a reçus dans sa trajectoire intellectuelle et professionnelle, et qui a donné lieu à l'affirmation de son urbanisme en tant que discipline théorique, ainsi qu'à ses propositions aux zones urbaines diverses à plusieurs villes à travers le monde. Quand vous voyez la planification urbaine dans une conception pluridisciplinaire, à absorber les connaissances provenant de plusieurs domaines, comme l'a fait la Société Française des Urbanistes, Alfred Agache a préparé des plans de villes, en utilisant le cadre théorique issu de la Sociologie, de l'Économie, de l'Histoire, de la Biologie, de l'Anthropologie, des Arts, de l'Architecture, et en particulier de la Géographie.

En ce qui concerne la Science Géographique, ses influences directes de l'urbanisme Agache proviennent des courants de la pensée géographique, très en vogue dans le fin du XIX<sup>ème</sup> siècle et au début du XX<sup>ème</sup> siècle, c'est à dire, le *déterminisme environnemental* et, plus précisément, le *possibilisme* de La Blache. Nous maintenons des influences directes puisque, après avoir examiné les plans élaborés par l'urbaniste français, à la fois pour la ville de Rio de Janeiro, Curitiba et, comme en témoigne clairement lors de sa lecture, en se référant au *déterminisme* au moment de l'établissement des conclusions et des vocations futures des villes planifiées, ainsi que des références et des citations directes à Paul Vidal de la Blache et son *possibilisme*, pour effectuer la description physiographique et la caractérisation des sites à prévoir.

L'acte de la planification «moderne» des villes au Brésil était le désir d'un Etat républicain, positiviste, et les zones dans le service des élites conservatrices, où les idées et les propositions qui ont amené Crouch avec son urbanisme, entièrement desservies. Ainsi, à la fois la capitale fédérale de l'ancienne république, à Curitiba, au temps de Vargas, ce modèle de l'urbanisme représentait la réalisation du rêve des élites incarnée dans les villes, une inspiration européenne.

Afin de rendre possible cette recherche, nous avons choisi d'examiner les plans élaborés par Alfred Agache pour Rio de Janeiro et Curitiba, grâce à une meilleure conservation des sources primaires et de documents originaux, ainsi qu'à l'accessibilité aux mêmes conditions, même si nous connaissons les nombreux plans urbains et les propositions qu'il a faits à plusieurs villes brésiliennes.

Le plan de la capitale fédérale, le droit de la *Ville de Rio de Janeiro. Aménagement, Estension et Embellissement* a été achevée en 1930. À Curitiba, appelé *Plan d'Urbanisme* a été livré en 1943. Dans les deux cas, il est important de souligner la présence de la pensée géographique, étant des documents qui contribuent énormément à l'Histoire de la Géographie.

Mots-clés: *Géographie, Agache, Urbanisme, Positivism, Modernité.*

## ABSTRACT

This work is to investigate the influences of geographical thought in the present proposed plans of cities that produced Alfred Agache for Rio de Janeiro and Curitiba, during the first half of the twentieth century.

The relationship between space-time will the sunset of the nineteenth century to the dawn of the twentieth, were vital for the affirmation of geography as a modern science, in total obedience to the precepts positivists, who dominated scientific thinking in all areas of knowledge. Thus, the same space-time relation contributed to training and the influences that Alfred Agache received in their intellectual and professional trajectory, and that later resulted in the affirmation of its theoretical urbanism as a discipline, as well as their proposals for various urban cities around the world.

When you see the urban planning in a multidisciplinary design, absorbing knowledge from several areas, as did the French Society of Urban Planners, Alfred Agache prepared plans of cities, using the theoretical framework stemming from the Sociology, Economics, History, Biology, Anthropology, Arts, Architecture, and particularly of Geography.

Regarding the Geographic Science, their direct influences of urbanism Agache, comes from the currents of geographic thought, much in vogue in the late nineteenth century and early twentieth centuries, ie, *environmental determinism*, and, more precisely, the *possibilism* of La Blache. We maintain direct influences, since, after examining the plans drawn up by the French urbanist, both for the City of Rio de Janeiro, Curitiba and for, evidenced clearly by reading the same, referring to the *determinism* when establishing conclusions and future vocations to the planned cities, as well as direct references and citations to Paul Vidal de la Blache and his *possibilism*, to perform the physiographic description and characterization of the sites to be planned.

The act of planning cities 'modern' in Brazil was the desire for a republican state, positivistic, and areas in the service of conservative elites, where ideas and proposals that brought Crouch with its urbanism, fully served. Thus, both the federal capital of the old republic, as to Curitiba in times of Vargas, this model of urbanism represented the realization of the dream of the elites, embodied in the cities, a European inspiration.

For this research became feasible, we chose to examine the plans drawn up by Alfred Agache for Rio de Janeiro and Curitiba, due to better conservation of primary sources and original documents, as well as accessibility to the same conditions, although we know the numerous urban plans and proposals that it has made to several Brazilian cities.

The plan of the federal capital, entitled *City of Rio de Janeiro. Extension, Renovation and Beautification* was completed in 1930. Have to Curitiba, called *Urban Plan* was delivered in 1943. In both, significant is the presence of geographical thought, being documents which contribute greatly to the History of Geography.

Keywords: *Geography, Agache, urbanism, Positivism, Modernity.*

## PALAVRAS INICIAIS

A presente produção textual é o resultado de investigação realizada ao longo de quatro anos, e que ora apresenta-se para a etapa exigida por este programa de pós-graduação, ou seja, o produto final, sob a forma de tese de doutoramento.

Diante do título que se propõe e da amplitude de tempos históricos a que se refere, faz-se necessário esclarecer algumas questões metodológicas que resultaram na pesquisa realizada.

Primeiro, de maneira geral e mais ampla, é necessário afirmar que se trata de um trabalho de cunho geográfico, no qual se prioriza o estudo da espacialidade, objetivo maior da ciência geográfica da atualidade. Igualmente, não poderia ter outro caráter que não o geográfico, já que tal pesquisa encontra-se vinculada a um programa de pós-graduação em Geografia, sob a área de concentração intitulada *organização do espaço*, que busca, incentiva e prioriza discussões acerca do pensamento geográfico.

Nesse sentido, queremos reafirmar a importância e o peso da Ciência Geográfica dentre tantas áreas de conhecimento, bem como manifestar o quão se faz relevante produzir pesquisa, produzir ciência, refletir, pensar etc., mesmo diante de todas as dificuldades e desvalorização intelectual existentes em nossa sociedade. No que tange a este trabalho, em prol de nossa disciplina, o mesmo se mostra como uma singela tentativa de contribuir, de avançar em relação à produção intelectual da Geografia brasileira.

A seguir, ratificamos que se trata de uma investigação em *tempos* e *espacialidades* distintas da atualidade, distantes da realidade que ora vivenciamos, todavia não menos importante, e que muito contribuem para reflexões e interpretações do tempo presente.

Então, esse *tempo pretérito* de análise refere-se aos anos vinte do vigésimo século, porém sempre é necessário adentrar ao final do oitocentismo, uma vez que o pensamento científico vigente naquele momento é fruto de influência de ideologias e formas mais abrangentes de concepção da ciência moderna, manifestadas ao longo do Século XIX. Nesse sentido, são deveras primordiais as palavras de Gomes (1996, p. 52):

[...] Sem dúvida, quando se trabalha com movimentos de idéias como aqui é o caso, o primeiro obstáculo a ser superado é aquele da delimitação cronológica. Quando ele começou, quanto tempo durou e quando terminou? São questões clássicas que se colocam para qualquer movimento, corrente ou sistema de pensamento. É preciso, entretanto, considerar que os eventos que nos conduzem a estabelecer os limites de

um dado período, se inscrevem em uma sequência no interior da qual todos os fatos são a expressão das circunstâncias que os fundaram e que os explicam. Desta maneira, toda escolha é forçosamente arbitrária e destaca muito mais os imperativos daquele que a efetua do que do fenômeno em si. Dependendo do campo específico que se examina, o início da modernidade pode variar enormemente. Do mesmo modo, os eventos que caracterizam sua eclosão podem já ser considerados, ou não, como constitutivos de sua identidade em função dos objetos de análise. O fundamental, no entanto, é identificar as características de base do *espírito da época*, procurando estabelecer suas ligações com o contexto mais geral. Trata-se, de fato, de desvelar as mudanças precisas que se inscrevem dentro de um largo processo, ou seja, tratar os fenômenos em suas manifestações mais gerais, sem aprisioná-los dentro de uma classificação estreita. [...]

No que tange às *espacialidades*, propõe-se uma investigação acerca de dois lugares, especificamente. Neste estudo, priorizamos a análise do Rio de Janeiro e Curitiba, sob o prisma do urbanismo de Alfred Agache, isto é, como modelos de propostas urbanísticas, bem como as influências do pensamento geográfico que estavam inseridas nestes planos realizados pelo mesmo autor para ambas as cidades. Esses são os espaços geográficos de análise maior e objeto deste trabalho científico, face à considerável importância destas cidades, a primeira como capital da república recém-instaurada, e como *palco* das principais decisões políticas, econômicas, sociais, culturais etc. Se estas cidades supracitadas são *cenários* de movimentos da sociedade que nelas vive, então isso resulta em constantes modificações e transformações nas suas *espacialidades*. Analisar essas transformações e modificações é enxergar a produção do espaço geográfico naqueles tempos pretéritos, logo, é objetivo desta pesquisa.

Mas por qual razão os (as) geógrafos (as) se interessam tanto pelo estudo das cidades? Por que elas são deveras importantes para a Geográfica Ciência? Nesse sentido, Bernard Lepetit (2001), vem nos esclarecer que as reflexões acerca das *urbes* são de interesse da Geografia, pelo menos, desde a décima sétima centúria. Dessa forma, afirma:

[...] a cidade imóvel, a cidade estacionária [...] vai tornar-se, ao longo do século XVIII, capaz de crescer. Porque os geógrafos, ao mesmo tempo que traçavam uma nova imagem da cidade, começavam a manejar uma nova ferramenta conceitual, rica em harmônicos: a da função urbana. [...] Ela está ligada apenas a um progresso conceitual da ciência geográfica? [...] Ligada ao funcionalismo aparece a reflexão sobre o espaço de exercício da função; no fim do percurso, os conceitos de área de influência, de centralidade e os trabalhos de Christaller. Ainda ligada ao funcionalismo, a interrogação sobre o caráter “povoado” das atividades urbanas; no fim do caminho a teoria da base. Observar isso é também nos convidar a interrogar-nos sobre a neutralidade científica do funcionalismo e a refletir os limites de nossas próprias questões. [...] (LEPETIT, 2001, p. 263-264).

Maurício Abreu (2010, p. 15) nos diz que “estudar um *lugar do passado* exige que explicitemos bem que lugar é esse, e isso nos leva necessariamente a discutir geografia, história, geografia histórica...”, por essa razão estamos aqui, de maneira introdutória, apresentando que lugares são esses, que elegemos para estudar.

Se agora estamos falando das *espacialidades* como *lugares*, cabe então refletirmos acerca da significância de *lugar*. Nesse aspecto, se mostram deveras valiosas, mais uma vez, as palavras de Abreu (2010, p. 15):

[...] Trata-se de uma das categorias fundamentais de análise geográfica e, como tal, sujeita a muitos debates e interpretações [...] Todavia, podemos nos valer de uma antiga tradição da disciplina que nos ensina que a categoria lugar incorpora dois sentidos bem distintos. O primeiro deles é que lugar é um pedaço mensurável do mundo, um *tópos*, um segmento da superfície da terra dotado de alguma individualidade material e de certa identidade coletiva. Há, entretanto, uma outra forma de se conceber um lugar, que nos distancia da objetividade e direciona o conceito para sua dimensão subjetiva; segundo essa interpretação, a categoria lugar se define como *chôra*, como condição existencial de uma determinada coisa no mundo sensível, o que implica dizer que os lugares são determinados, não pelas características do mundo físico, mas, por sua condição imaterial, fenomenal e semântica pelo que significam, por exemplo, em termos das vivências dos indivíduos. [...]

Em realidade, a segunda concepção de *lugar*, de que fala Abreu (2010), dotada de demasiada produção científica recente na Ciência Geográfica, não será contemplada neste estudo. Esta possui muita subjetividade e advém da fenomenologia. Sendo assim, preferimos eleger a definição de *lugar* como *tópos*.

De maneira que devemos melhor explicar este vocábulo, sua vinculação aos estudos geográficos, e:

[...] Isso nos conduz à opção de lugar como *tópos*, como um segmento material da superfície da terra, mas implica, igualmente, que explicitemos melhor a dimensão objetiva dessa categoria analítica, pois foram variadas as interpretações que ela assumiu no decorrer da história da disciplina. [...] *Ibidem* (2010, p. 15).

Todavia, também podemos perceber o grau de amplidão que tomou o significado de *tópos*, agora intimamente ligado ao conceito de *espaço*, ao longo da trajetória do pensamento geográfico. Dessa forma:

[...] predominou na geografia, por um longo período, uma concepção de espaço, que tratava os lugares – e, sobretudo, as regiões, assim como as paisagens humanizadas de forma geral – não a partir do que eles tinham em comum, mas em função de sua excepcionalidade; segundo essa interpretação, de origem historicista, todos os lugares e regiões seriam, por definição, únicos, cabendo ao geógrafo demonstrar analiticamente essa singularidade. Em contraposição a essa concepção

“clássica” ou “tradicional”, surgiram, na segunda metade do séc. XX, proposições que defendiam uma concepção relativa de espaço, que tanto em sua versão neopositivista como em suas variadas versões marxistas retiraram dos lugares e regiões a importância que antes possuíam – o que importava agora não era tratar daquilo que era excepcional, mas, isto sim, de explicar os processos gerais de produção e/ou organização do espaço geográfico; lugares e regiões nada mais seriam do que manifestações localizadas desses processos. [...] *Ibidem* (2010, p. 15-16).

Não obstante, temos que reconhecer que no processo de “evolução” do pensamento geográfico, algumas categorias e conceitos, considerados “tradicional”, para não dizer ultrapassados, por uma nova corrente de pensar Geografia que surgia, dentre eles o *tópos*, o *sítio* etc., eram amiúde olvidados. Diante disso, Abreu (2010, p. 16) aponta:

[...] A partir da década de 1980, novas matrizes epistemológicas surgiram, muitas delas vindas de outras ciências sociais e das humanidades, destacando-se nesse movimento o aparecimento de geografias até então desconhecidas: de gênero, pós-modernas, pós-estruturalistas, pós-coloniais etc. Destaque-se também a emergência de uma “nova geografia cultural”, que alterou bastante a antiga prática de estudo de “áreas culturais”, fundamentada no trabalho de campo e na busca da excepcionalidade, e substituiu-a por uma geografia mais teórica, que hoje se apoia muito pouco nas materialidades dos lugares e regiões (não raro, até mesmo as ignora) e enfatiza, sobretudo, os seus símbolos e representações. [...]

Porém, não devemos ser tão radicais a ponto de afirmar que nossa ciência baniu o estudo dos lugares de sua investigação científica. O que se observa na atualidade, são novas nuances e interpretações, sob o prisma de recentes “pensares” geográficos. Nesse sentido, complementa Abreu (2010, p. 16):

[...] Isso não quer dizer, entretanto, que o estudo dos lugares e das regiões *per se* tenha desaparecido da agenda geográfica; isso seria impossível, pois essas categorias constituem pilares ontológicos da disciplina. O que mudou nas últimas décadas, isto sim, foi a antiga vinculação com a concepção absoluta de espaço e, por conseguinte, com a ideia de que regiões e lugares se definiam por sua estrita singularidade na superfície da terra. O estudo das regiões e dos lugares não morreu; o que desapareceu foi a crença de que tanto umas como outros constituíam um arranjo espacial final e único, a síntese, por assim dizer, de um determinado conhecimento parcelar da superfície da terra. [...]

E segue (2010, p. 16-17):



[...] Hoje, regiões e lugares não são mais vistos como *loci* de singularidades a partir de fenômenos únicos, mas como campos de força, como produtos da interseção de processos socioeconômico-culturais que têm origens e manifestações diversas, que atuam em escalas diferentes e que, por isso mesmo, estão sempre criando, recriando e dando novos significados a lugares e regiões. Alguns desses processos são atualmente mundializados e produzem efeitos por todo o globo. Outros processos, entretanto, têm caráter particular e estão vinculados às dinâmicas internas de um determinado país ou grupo de países. Por fim, há também processos cuja origem é de natureza nitidamente singular e que só podem ser compreendidos nas escalas regional ou local; é preciso que se trate deles, como ocorria no passado, mas não apenas deles. Dado que lugares e regiões são produzidos por processos sociais que têm escalas distintas e que se intercambiam diferenciadamente no espaço, continuar a trabalhar com essas categorias basilares num mundo em constante mudança constitui um desafio sempre renovado e empolgante. [...]

Diante do exposto até então, esse estudo dos lugares, que também faz parte dessa pesquisa, já que tratamos de lugares específicos, vistos a partir do histórico do planejamento urbano de duas cidades específicas, possui nenhuma obrigatoriedade com o tempo presente. E não deixa de ser um estudo geográfico, ao remontar o passado. Nesse sentido, Abreu (2010, p. 17) ratifica:

[...] A análise de lugares (assim como a das regiões) não precisa, entretanto, estar informada pelo presente; pode-se muito bem centrar a investigação em tempos pretéritos. Alternativamente, é possível discutir o passado segundo temáticas setoriais, isto é, sem que se trate de lugares ou de regiões. Em qualquer um desses casos estaremos enveredando pelo campo da geografia histórica. [...]

Mas o que é então essa Geografia Histórica? Que ramo científico é esse? Que subdisciplina é essa? Prezamos aqui por um estudo da cidade no passado. Num passado não tão distante, pois falamos da cidade no pretérito, mas há menos de uma centúria. Preferimos assim porque tínhamos a certeza das influências da Geografia denominada “clássica” ou “tradicional”, presente nos planos que Agache elaborou para o Rio de Janeiro e Curitiba, ao longo da primeira metade do Século XX.

Quando esta Geografia, considerada hoje como “tradicional”, constituía-se como conhecimento científico atual e “moderno”, realizava plenamente as “monographias” de cidades, nas quais pelo menos um capítulo estava destinado à história, à gênese, enfim, à formação desta cidade. Mas isso, os (as) geógrafos (as) da posteridade e atualidade olvidaram, ou até mesmo negaram, pois permanecer realizando tais estudos não seria romper com o “tradicional”. Ademais, durante longo tempo defendeu-se a posição de que a Geografia deveria estudar somente o presente, o atual, assim empobrecendo o

discurso geográfico. Defendendo a relevância e necessidade da Geografia volver ao pretérito, no estudo das cidades, Santos (1998, p. 69) afirma:

[...] No passado, isso era parte obrigatória do trabalho dos geógrafos. Nenhum estudo de geografia urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade [...] Era impossível abordar essa ou aquela cidade, sem essa preocupação de contar o que foi o seu passado. Porém, hoje, fazemos frequentemente uma geografia urbana que não tem mais base no urbanismo. É uma pena, porque praticamente não mais ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos as cidades do presente. Isso fez com que essa disciplina "história da cidade" ficasse órfã. Torna-se, pois, salutar essa retomada, sobretudo porque se faz segundo um enfoque multidisciplinar. [...]

Voltando um pouco atrás, mais precisamente no pensamento de Vidal de La Blache acerca de Geografia, poderemos perceber o quão este zelava pelos conhecimentos históricos quando construía um novo pensar geográfico, que, posteriormente, foi denominado de *possibilismo*. Pelo fato de ser historiador, La Blache não dispensou, em momento algum, os conhecimentos históricos, na construção do seu saber geográfico, e havia sim, muita interdisciplinaridade entre esses dois campos, embora fosse o tempo do positivismo, da sistematização e da segmentação científica.

Em sua obra, traduzida para a língua portuguesa como *Princípios de Geografia Humana*, numa edição publicada em Lisboa, em 1954, já podemos claramente evidenciar a presença da Geografia Histórica, uma vez que esse livro fora publicado numa coleção que assim se intitula, *Geografia Histórica*. Em seu prefácio, um verdadeiro encontro entre Geografia e História, e da importância da primeira aos conhecimentos da segunda, e suas complementaridades. Ora, se nos anos cinquenta do século passado, se julgava importante a discussão entre essas duas disciplinas humanas, já falando dessa mesma importância num tempo ainda mais pretérito, que foi o ocaso do oitocentismo e alvorecer do novecentismo, quando se deu a construção da Geografia *lablachiana*, porque devemos hoje esquecer esse campo interdisciplinar que é a Geografia Histórica? De modo que é mister conhecermos a gênese desta Geografia Histórica a partir desta obra clássica de La Blache:

[...] a *marcha da humanidade*, marcha que não tem a cadência de um grupo de ginastas em desfile, antes se caracteriza por variações de ritmo, por pausas ou avanços bruscos – e isso, no espaço – e aqui se advinha já um critério geográfico – tanto quanto no tempo, acusando contingências de natureza variada ou reflectindo as influências tão variáveis do meio físico. [...] (FERNANDES MARTINS, 1954, p. 6).

Aí podemos verificar a relevância que se dava ao espaço no tempo e à interdisciplinaridade entre essas duas ciências. Posteriormente, o mesmo autor do prefácio coloca a Geografia a serviço da História, valorizando seus conhecimentos no auxílio à interpretação do mundo e das sociedades. Dessa forma, aponta:

[...] de que modo pode então a Geografia servir a História? Sendo exacto que noções geográficas podem, e devem ser consideradas no estudo da evolução das sociedades humanas ou dos Estados, os geógrafos, enquanto geógrafos, buscarão apenas com humildade discernir o melhor que lhes fôr possível as relações das sociedades com o meio, e isso no espaço e no tempo; e esclarecendo o historiador acerca das mutações operadas na paisagem cultural, seja humanizada, poderão realizar obra fecunda, sem resvalar para temas que não são da sua alçada. [...] (*Ibidem*, 1954, p. 20).

E dá sequência:

[...] não são os fatores físicos isolados, ou conjuntamente considerados, que só por si bastarão para uma interpretação geográfica da História. Não será a Geografia física, mas sim a Geografia humana que o historiador deve recorrer quando procura bases geográficas para os temas do seu domínio. [...] (*Ibidem*, 1954, p. 20-21).

Se a Geografia desse tempo, denominada “tradicional”, tinha como ferramentas básicas a observação e descrição, que mal há em descrever de forma plena o passado de uma cidade, por exemplo, para, posteriormente, realizar uma interpretação de seu presente? Assim fazia a corrente denominada *possibilista* para explicar a excepcionalidade dos lugares, regiões e porque não de uma cidade, como bem produziam os *possibilistas* ao escreverem as “monografias” de cidades. Nesse aspecto, nos reportamos às palavras de Martonne, falando da relevância de recuar em tempos pretéritos para explicar a Geografia humana, e que La Blache tão plenamente realizava:

[...] Não cremos que ninguém haja mostrado no mesmo grau a preocupação de encarar os fenómenos da Geografia humana actuais como estádios de uma longa duração. Vidal de La Blache procura vê-los, simultâneamente, no passado e no futuro. E o seu olhar mergulha até ao passado mais longínquo [...] Estas elevadas preocupações históricas não impediram que o ponto de vista geográfico dominasse o estudo de todos os problemas. Na verdade, é sempre para a localização dos tipos e à verificação das relações locais que as análises nos conduzem. [...] (MARTONNE, [1921] 1954, p. 25).

Martonne nos remete a pensar que em princípios do Século XX, La Blache, ao dar a importância devida aos conhecimentos históricos na construção de sua Geografia, jamais esquece o cerne da ciência que produzia, a saber, a localização e as tipologias. Acerca dessas tipologias, Moraes (1998, p. 72) explica:

[...] La Blache propôs o seguinte encaminhamento para a análise geográfica: observação de campo, indução a partir da paisagem, particularização da área enfocada (em seus traços históricos e naturais), comparação das áreas estudadas e do material levantado, e classificação das áreas e dos gêneros de vida, em “séries de tipos genéricos”. Assim, o estudo geográfico, na concepção vidalina, culminaria com uma tipologia. [...]

Posteriormente, o mesmo autor complementa:

[...] O estudo das redes de cidade, das hierarquias e das funções citadinas, levou à constituição de uma Geografia Urbana. E assim por diante, com uma Geografia das Indústrias, da População, ou do Comércio. Desta forma, as sínteses empreendidas por comparação das regiões foram especializadas. As generalizações, obedecendo às prescrições de Vidal, orientaram-se para tipologias: de indústrias, de cidades etc. Isto levou a uma setorização dos estudos, e, no limite, a análises regionais especializadas. [...] (*Ibidem*, 1998, p. 78).

O próprio La Blache explica, metodologicamente, em sua obra, as razões dos estudos históricos para melhor compreender as cidades de hoje. Nestes termos, afirma:

[...] A cidade [...] é uma organização social de maior envergadura; corresponde a um estágio de civilização que certas regiões não atingiram, que, possivelmente, não atingirão nunca por si mesmas. [...] A origem das cidades, por muito longe que seja necessário remontar, é um facto essencialmente histórico. A auréola mítica que lhes rodeia a gênese (ritual, herói, epónimo) não é mais do que a expressão da admiração que esse fenómeno excitou entre os homens. [...] (LA BLACHE, 1954, p. 380)

Existe aí um viés imensamente determinista, mesmo que este autor seja o maior combatente desta corrente alemã, no pensamento geográfico. Em veracidade, podemos dizer que o positivismo era mais determinista que o próprio determinismo, de modo que o primeiro influenciou as ciências de modo geral, até nossos dias. Logo e sumariamente, o pensamento de La Blache.

Devemos recordar que este é um estudo de cidades, porém de um tempo em que tais cidades tinham outra espacialidade, fato que levou as esferas públicas a organizarem

tais cidades sob a ótica do planejamento. Se cabe à Geografia, também analisar uma cidade no passado, então, por essa razão estamos aqui detalhando como se origina esta “tradição” na Ciência Geográfica.

Então, novamente nos remetemos à relação existente entre História e Geografia e à Geografia Histórica. Ela se confunde com o próprio surgimento da Geografia Humana *lablachiana*, como podemos verificar até então. De forma que Moraes (1998, p. 79) assim explica:

[...] Vidal de La Blache deixou influências também no pensamento dos historiadores, notadamente daqueles de língua francesa, no que toca à concepção deste com respeito à Geografia, e sua relação com a História. [...] Assim, da proposta vidalina, desdobrou-se também uma Geografia Histórica, que se dedicou a temas como: a organização do espaço na Antiguidade, as vias comerciais da Europa na Baixa Idade Média, o gênero de vida numa aldeia galesa etc. [...]

Sob essa mesma ótica, Abreu complementa as ideias de Moraes, quando afirma que a pesquisa em Geografia Histórica nada tem de nova:

[...] Já é antiga a tradição dos estudos de geografia histórica. Tal como aconteceu com outros campos da geografia, durante muito tempo eles foram moldados pelo paradigma clássico, isto é, pela descrição e análise das múltiplas unidades que diferenciavam a paisagem material e humanizada do globo, cada uma delas o resultado de uma miríade de interações entre natureza e sociedade. As matrizes epistemológicas mais recentes alteraram essa orientação e multiplicaram as possibilidades teóricas e temáticas da disciplina, ainda que tenham, em casos extremos, desmaterializado de tal forma a paisagem que esta acabou por se tornar “uma abstração cultural, que oferece pouco sentido aos lugares, tal qual vivenciados pelas pessoas”. [...] uma coisa, entretanto, não mudou: sejam eles orientados por uma temática setorial ou para análise de lugares ou de regiões; estejam eles apoiados em documentação histórico-arquivística ou em fontes mais “modernas” (icônicas e simbólicas, por exemplo); os trabalhos de geografia histórica tratam necessariamente de “geografias do passado” e, por conseguinte, são guiados por objetivos e métodos de pesquisa próprios. [...] (ABREU, 2010, p. 17).

Escolher a Geografia Histórica como linha de pesquisa, significa quase sempre incorrer em polêmicas, tanto por parte da Geografia, como da História. Tais polêmicas acerca dos objetos de estudos específicos de cada ciência e da fronteira entre elas, definitivamente, não ocorrem somente no presente. Elas fazem parte da própria História do pensamento geográfico. Sendo assim:

[...] Essa peculiaridade do campo da geografia histórica já foi objeto de intensa discussão. Durante muito tempo, por exemplo, advogou-se que a geografia deveria estudar apenas o presente e que a análise do passado só deveria ser justificada quando se precisasse buscar ali as chaves da compreensão do momento atual. Não era essa a posição, entretanto, dos que defendiam que o passado podia ser investigado por sua importância, sem que tivesse que ser transportado até os dias de hoje. Para citar duas posições bem distintas, lembremos que Richard Hartshorne advogava que o estudo do passado exigia, necessariamente, a sua extensão até o presente; de outra forma, a geografia histórica se transformaria “[n]uma outra geografia, completa e autônoma”. Já a proposta de Clifford Darby vislumbrava exatamente esse estatuto, ou seja, que a geografia histórica tinha o seu próprio campo de estudo e que este se situaria na interface da geografia e da história. [...] (*Ibidem*, 2010, p. 17).

Pensamos que nos tempos atuais, não mais espaço há para excessivas segmentações e sistematizações entre as ciências. Mormente entre Geografia e História, ciências que se complementam e que possuem origem comum. Pelo menos enquanto discurso, a academia nos faz crer que estamos cada vez mais livres das amarras do positivismo, muito embora esta doutrina nos influencie até os dias de hoje. Diante desse fato, Abreu (2010, p. 18) aponta:

[...] Hoje essas polêmicas não fazem mais sentido, pois as barreiras disciplinares estão, felizmente, mais permeáveis. Não há razão, portanto, para que se defina a geografia como o estudo da duração do presente, como se propunha outrora, embora o presente continue a ser o palco preferencial de atuação do geógrafo; sendo a geografia uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são as questões que ela apresenta para o entendimento da sociedade e não as suas durações. [...]

Uma das razões da Geografia Histórica ainda ser vista como novidade no Brasil, repousa no fato de que os estudos geográficos brasileiros, mesmo a pesquisa em pós-graduação, permaneçam no, ou até mesmo priorizem o presente. Na maioria das vezes, isso é herança de um “ranço” pretérito, em que não havia espaço para o passado no conhecimento geográfico. Nesse sentido, Abreu (2010, p. 18) afirma que:

[...] a geografia brasileira, em seu processo de construção acadêmica, exacerbou a “ditadura do presente”, e o resultado disso foi que inúmeras questões importantes sobre o passado deixaram de ser feitas, pois não eram de interesse dos historiadores e nem os geógrafos as formulavam. É bom saber que essa postura vem sendo rapidamente deixada para trás, como dá prova o interesse crescente pela geografia histórica no país, mas o caminho a percorrer ainda é muito longo. [...]

Sabemos que mesmo no auge do positivismo e sua influência nas ciências em geral, havia uma intrínseca ligação e interação entre a Geografia e História. A razão do empobrecimento teórico-metodológico na Geografia ocorreu mesmo com o advento da *Nova Geografia* ou *Geografia Pragmática*. Assim, Moraes (1998, p. 110) relata:

[...] A Geografia Pragmática [...] simplifica arbitrariamente o universo da análise geográfica [...] Seus autores empobrecem a Geografia, ao conceber as múltiplas relações entre elementos da paisagem, como relações matemáticas, meramente quantitativas. [...] Há, assim, um empobrecimento, advindo de um anti-historicismo, comum a todas as propostas da Geografia Tradicional. [...] Desta forma, a concepção de espaço da Geografia Tradicional era mais rica, possuía maior grau de concretude, maior correspondência ao real. [...]

Aí reside a explicação, *grosso modo*, da perda de conhecimentos históricos na Geografia, notadamente no Brasil, e, conseqüentemente, da Geografia Histórica. A respeito dessas perdas de conteúdo histórico na Geografia e de sua interação existente mesmo em tempos de sistematização positivista, Abreu (2010, p. 18) afirma:

[...] A geografia tem muito a contribuir para o estudo dos lugares do passado. Para que essa contribuição seja efetiva, é importante, entretanto, que algumas barreiras que a separam da história sejam eliminadas. Sabemos que no início do séc. XX a separação entre essas disciplinas era bem menor. Os historiadores não dispensavam a análise dos “quadros” naturais e territoriais que balizavam os processos sociais que estudavam, e não foram poucos os que elegeram um recorte espacial para circunscrevê-los – a tradição de estudo da Escola dos Annales prova isso muito bem. Os geógrafos, por sua vez, dedicavam uma boa parte de suas monografias ao estudo do processo histórico da região analisada, buscando nele elementos que os ajudassem a singularizá-la. É verdade que poucos foram os estudos que conseguiram verdadeiramente integrar tempo e espaço, ou melhor, período e lugar/região. Porém, [...] a busca da integração, independentemente de seu grau de sucesso, fazia parte do método de ambas as disciplinas. Isso foi o que se perdeu. [...]

Temos sempre que zelar, na pesquisa em Geografia Histórica, para não cairmos no erro de preocuparmo-nos excessivamente com a recuperação de materialidades do passado e somente isso, ou seja, não avançarmos para, além disso. Se a Geografia Histórica é essencialmente humana, trabalha com processos sociais do pretérito e deseja explicá-los, então jamais devemos olvidar esse fato e nos prendermos somente às morfologias do passado. Nesse aspecto, Abreu (2010, p. 19) aponta que:

[...] Alguns trabalhos de geografia histórica dedicados aos lugares também têm pecado por falhas graves, pois têm se limitado, em boa parte, à reconstituição de morfologias pretéritas (planos cadastrais e viários, topografias pretéritas, sistemas de cultivo de outrora etc.), que são minuciosamente acompanhadas no tempo. Nada há a opor quanto à importância desses estudos. Eles são verdadeiramente essenciais. Sem a recuperação da produção material das sociedades do passado não é possível resgatar as âncoras espaciais que deram suporte à constituição dos lugares e, por conseguinte, à produção de sua história. O que não podemos é reduzir a contribuição de geografia à recuperação de morfologias. Se nos limitarmos a isso, não faremos mais do que [...] uma geografia que só se ocupa das formas materiais que restaram na paisagem ou nos documentos de arquivo e que não as relaciona com os seres humanos e classes sociais que, efetivamente, as produziram. [...]

Especificamente tratando deste trabalho, admitimos que o que menos restou foram as materialidades do passado, produtos da ação humana no espaço, ou seja, a paisagem urbana. Se, escolhemos analisar as influências do pensamento geográfico em planos urbanísticos elaborados para duas cidades, e que ambos, jamais foram efetivados em suas totalidades, logo nossa preocupação não foi priorizar as materialidades restantes dos ditos planos, na paisagem atual dessas cidades. Elas estão presentes nesta pesquisa, não deixam de ter sua relevância, sem embargo, não resultam no mais importante. Se, admitimos anteriormente, que tais materialidades pretéritas são frutos da ação humana sobre o espaço, produzindo-as, isso nos interessa, sobremaneira. Sendo assim, Abreu (2010, p. 19) nos diz que:

[...] o grande desafio que se antepõe à geografia quando estuda o passado é como empiricizar o tempo. Isso porque, sem torná-lo material, não conseguimos geografizá-lo. As formas materiais são, sem dúvida, a expressão mais direta e mais concreta dessa empiricização, e não é por outra razão que elas têm sido privilegiadas nas análises geográficas. Mas elas não são as únicas formas de interesse da disciplina. As formas geográficas também se apresentam como relação a obedecer e se materializam mediante um conjunto de normas e/ou regulações jurídicas, sociais e culturais que não só balizam como causam impactos diferenciados sobre os lugares e as regiões; as formas da propriedade e de apropriação territorial são dois de seus exemplos mais significativos. São essas as formas não espaciais que dão conteúdo às morfologias. Por isso, não podemos compreender umas sem entender as outras. [...]

Um plano elaborado para uma cidade, tal qual Agache realizou para o Rio de Janeiro e Curitiba, produziu, conseqüentemente, materialidades, mesmo que não tenha sido efetivado na sua totalidade. Doravante, vamos especificamente analisar que produção de espaço foi essa. Entrementes, nosso objetivo não é somente citar e



quantificar tais materialidades produzidas a partir dos planos, até porque em termos numéricos, foram poucas. Interessa-nos mais, as idéias, o pensamento, as ideologias presentes naquele momento histórico, a quem serviam e no que resultaram, na paisagem. Isso é uma análise geográfico-histórica da cidade. Nesse âmbito, Abreu (2005, p. 4) afirma que:

[...] O principal objetivo [...] é analisar, sob a perspectiva da Geografia Histórica, os percursos trilhados pela cidade através do tempo. Como não poderia deixar de ser, a dimensão espacial ocupa um lugar privilegiado nas investigações, mas isso não quer dizer que a atenção se limite à análise e/ou reconstituição de formas morfológicas de outrora, sejam elas naturais ou construídas. O que se objetiva é discutir criticamente o processo histórico de produção do espaço carioca, [...] suas forças propulsoras, seus problemas e agentes modeladores, suas contradições materiais ou simbólicas e sua resultante expressão espacial. O que se busca, em última instância, é estudar a relação entre processo social e forma espacial através do tempo. [...]

Outrossim, faz-se assaz necessário esclarecer porque escolhemos os planos dessas duas cidades para feitura desta pesquisa, que resultou neste trabalho, ora apresentado sob a forma de tese de doutoramento. Pura e simplesmente pelas fontes disponíveis. Assim definimos porque ambas as cidades e seus respectivos órgãos públicos e instituições, melhor preservaram seus acervos documentais acerca da temática em questão, fato que melhor viabilizou a conclusão desta investigação. O mesmo não ocorreria com Vitória/ES, cidade que também foi contemplada com a elaboração de um plano por Alfred Agache nos anos quarenta da pretérita centúria, todavia o mesmo não foi devidamente preservado, restando somente algumas plantas cadastrais originais e desenhos em guache, os quais pudemos observar ao vivo, ao longo desta pesquisa.



**Figura 1: Anteprojeto de urbanização do bairro Saldanha Gama – Levantamento Cadastral e Plano de Urbanização da Cidade de Vitória – 1945.**

**FONTE: Acervo do Centro de Documentação, Arquivo e Informações Técnicas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) da Prefeitura Municipal de Vitória.**

Referências a respeito dos trabalhos de Agache para esta cidade existem, tal como afirma Gomes (2008, p. 87):

[...] Na década de 1940, a urbanização de Vitória – principalmente no Centro – ganha novo fôlego com a elaboração de um plano urbanístico para cidade, em 1947. [...] Esse plano que ficou conhecido como Plano Agache por ser supervisionado pelo urbanista francês Donat A. Agache, [...] Ao lado das pequenas intervenções na cidade, o Plano Agache também propôs um novo aterro junto à baía de Vitória, na área da Esplanada da Capixaba. [...]

Leme (1999, p. 363) também referencia este plano Agache de Vitória:

[...] Trata-se de documento composto de quatro partes. Na primeira consta resumo histórico sobre Vitória, na segunda é descrito o Levantamento Cadastral da cidade, abordando desde a carta convite à proposta e o contrato efetuado pela prefeitura, até os serviços de topografia, de cadastro e de recenseamento indicados pela Empresa de Topografia Urbanismo e Construções Ltda – ETUC. [...]

Contudo, mais do que os recursos cartográficos e ilustrações disponíveis, o que interessava imediatamente era a produção textual, isto é, analisar o discurso, as palavras de Agache sob a luz do pensamento geográfico. Somente a partir daí, poderíamos

identificar com lisura, as reais influências do pensamento geográfico presente nas ideias de Agache, expostas no texto integral dos planos. Isso não ocorreu em Vitória/ES, pois esse plano, tal como realizado, impresso, publicado e preservado para a posteridade no Rio de Janeiro e Curitiba, infelizmente não teve a mesma sorte na capital capixaba e inexistente, muito embora seja descrito por Leme (1999). O fato é que o plano original de Vitória, ou seja, a fonte documental primária que mais me interessava se perdeu. Diante desse ocorrido preferimos permanecer nas análises de Rio de Janeiro e Curitiba.

Ainda nos referindo às *espacialidades*, no que tange ao Rio de Janeiro, especificamente, e ao interesse dos(as) geógrafos(as) por seguir investigando acerca desta dadivosa cidade, podemos fazer uso das palavras de Maurício Abreu, um autor que muito enriqueceu a produção científica e geográfica, acerca da *cidade maravilhosa*:

[...] O entendimento dos processos naturais e sociais que moldam a relação entre *natureza* e *sociedade* no Rio de Janeiro é um desafio que vem atraindo a atenção dos geógrafos cariocas há bastante tempo. Se por um lado esta atração reflete o próprio viés da filiação desses profissionais a uma ciência que se define como integradora do natural e do social, por outro, ela é também fruto da convivência diária com uma cidade que se constitui em verdadeiro “laboratório de estudos” e que lhes aguça constantemente a imaginação científica. [...] (Abreu, 1992, p. 8).

Indubitavelmente não podemos negar que esta cidade seja um verdadeiro “laboratório de estudos” não só para a Geografia, mas como para demais áreas do conhecimento. Notadamente para a Geográfica Ciência, uma vez que podemos visualizar sem muito esforço, ou seja, de forma deveras explicitada, as diversas facetas e contrastes dessa “relação entre *sociedade* e *natureza*”, de forma conflituosa ou não, se mostrando tão evidentes e demasiadamente latentes na paisagem carioca, tal como sonhavam nossos mentores positivistas da Geografia Tradicional.

## Um pouco mais de método

Nunca é demasiado dizer que a Geografia deve trabalhar em sua pesquisa, com categorias elementares, que são *espaço* e *tempo*. Elas são de tal monta, primordiais, para qualquer investigação em nossa ciência. Não obstante, essas categorias supracitadas são dotadas de um grau de amplitão no pensamento, que muitas vezes poderia ultrapassar nossos desejos, expectativas e objetivos com este trabalho, já que o mesmo trata de *espaço* e *tempo*, porém abarca um grau de amplitão um pouco menor.

Pelo fato de ser uma investigação, que se propõe geográfico-histórica, porém, abarca *espaços* e *tempos* menos amplos, preferimos dotá-la de mais precisão. De modo que *lugar* e *período*, melhor adaptam-se a esse menor grau de amplitão. Acerca desses acertos metodológicos, Abreu (2010, p. 19) nos diz que:

[...] tempo e espaço ou, para ser mais preciso, período e região/lugar são categorias fundamentais da análise de geografia histórica [...] duas categorias a partir de dois grandes eixos. De um lado, há que se trabalhar os processos sociais de apropriação e construção do lugar [...] De outro, há que se dar conta das formas morfológicas ou não, que resultaram desses processos ou que lograram alterar a sua trajetória. [...]

Se *região/lugar*, tal como afirma Maurício Abreu, constituem categorias de vital importância para a análise geográfico-histórica, então é justamente no estudo das cidades, que tais categorias se complementam, ou quiçá, se confundem em si mesmas, tal a complexidade das cidades. Apresentando a cidade como palco da simultaneidade das categorias *região/lugar*, Santos (1998, p. 71) define:

[...] A cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com a qual se confunde. Na verdade, há leis que se sucedem, denotando o tempo que passa e mudando as denominações desse verdadeiro espaço-tempo, que é a cidade. [...]

No que tange ao *lugar*, falamos especificamente de duas cidades, como já dito anteriormente, Rio de Janeiro e Curitiba. Em relação ao *período*, preferimos realizar um recorte temporal, que tem limites. Vai do ocaso do oitocentismo à década de quarenta da pretérita centúria, onde, doravante, bem explicaremos as razões desse recorte temporal.

Contudo, realizar um recorte no tempo, isto é, periodizá-lo para uma investigação científica não constitui, definitivamente, tarefa fácil. De maneira que, acerca destas dificuldades em torno dos períodos de tempo histórico para a Geografia, Abreu (2010, p. 21) afirma:

[...] periodizações são segmentos de tempo que apresentam forte coalescência histórica entre seus elementos constituintes [...] Há, entretanto, alguns problemas com as periodizações. Em primeiro lugar, porque todas elas são arbitrárias, isto é, dependem daquilo que se quer analisar e da escala de observação utilizada. Em segundo, porque raramente condizem com o tempo dos calendários, o que permite que se fale de um “longo século XVI”, como quis Braudel, ou de um “curto século XX”, como a ele se referiu Hobsbawn. Finalmente, porque elas tendem a priorizar temporalidades hegemônicas e a ação de Estados e agentes poderosos da sociedade, dando, por conseguinte, menor importância aos agentes subalternos e aos “tempos mais lentos”, isto é, às temporalidades não hegemônicas. [...]

Logo, neste trabalho que realizamos, também optamos por uma arbitrariedade nas periodizações. Preferimos assim, por diversas razões. Primeiro, não podemos nos fixar nas periodizações oficiais da histórica factual, uma vez que já para a própria ciência do tempo, a História, estas estão caindo no desuso. Dessa forma, à guisa de exemplificação, não podemos iniciar nossa periodização no ocaso do setecentismo, marcante para a Idade Moderna com o advento da Revolução Francesa, em 1789. Essa data não nos contempla em termos de tempo histórico, uma vez que os tempos modernos e a modernidade que produz pensamentos, ideias e ideologias que refletir-se-ão nas ações do Estado no espaço urbano, não coincidem exatamente com essa periodização oficial.

Tampouco o ano de 1889, data da Proclamação da República do Brasil, que, outra vez não coincide em termos periódicos, com o que pretendemos focar. Essa data oficial inicia o período denominado *Primeira República*, já questionada pela própria História, e que não se encaixa exatamente na periodização necessária para esta pesquisa geográfica, uma vez que a modernidade, o pensamento geográfico, bem como, as inovações urbanísticas que influenciaram Alfred Agache e a Sociedade Francesa de Urbanistas precedem o ano de 1889.

De toda sorte, a periodização arbitrária que escolhemos tem seu início em 1875, ano de nascimento de Alfred Agache. Assim preferimos porque deveríamos investigar que formação, influências e construção de pensamento intelectual e profissional, este urbanista recebeu para formular seus planos, que tanta importância tiveram no mundo, bem como em nosso país. Daí que tal periodização se estende até 1943, ano em que o plano que Agache elaborou para Curitiba foi entregue a esta prefeitura. Sabemos que

1943 não é o ano que Agache encerra suas atividades no Brasil, porém como investigamos Curitiba e Rio de Janeiro, enquanto lugares, preferimos nos fixar nos períodos em que o urbanista atuou nestes mesmos lugares.

Entretanto, nada nos impede que façamos uma alusão a esses eventos tradicionais que segmentam o tempo na Histórica Ciência, à guisa de exemplificação, o *período Vargas* ou a *Primeira República*. Somente queremos esclarecer que prendermos somente a estes tempos da História factual, por exemplo, não contempla a totalidade deste trabalho.

Aliás, essa relação espaço-temporal é algo que requer muito zelo metodológico quando se pretende realizar um pouco de história urbana. As *formas* e os *tempos*, bem como suas interações são a razão da existência de uma Geografia Histórica. Nesse caminho de reflexão, Santos (1998, p. 68-69), complementa:

[...] as idéias que comandam a elaboração da história urbana são sobretudo duas: a idéia da forma e a idéia do tempo. As formas, quando empiricizadas, apresentam-se como objeto, seja como relação a obedecer. Entretanto, é também necessário empiricizar e precisar o tempo, se nós queremos trabalhá-lo paralelamente às formas. Esse é talvez um dos grandes problemas metodológicos que se colocam à história das cidades e da urbanização [...] Trabalhamos de um lado com algo que tem uma dimensão material, que são as formas espaciais, ou uma dimensão dos comportamentos obrigatórios, que são as formas jurídicas e as formas sociais, e de outro lado com o tempo, tal como ele se dá nas diferentes escalas de sua existência, ainda que tenhamos freqüentemente dificuldade em precisá-la. Daí a dificuldade também para encontrar mediações, tão diversas quanto são os lugares. Essas mediações são a própria base das explicações, permitindo uma teorização do lugar, uma teorização que não é menos importante que a teorização do universo, mais ampla e mais fácil. Esta é fácil porque o universo é a sua própria forma, enquanto cada lugar exige desvendar aquilo que Gramsci chamava de mistério da forma, uma forma particular, lembrando que a estrutura é muito mais fácil de se apropriar pois é o Presente, ao passo que a forma é o resíduo de estruturas que foram presentes no passado. Destas, algumas desapareceram da nossa visão, e às vezes mesmo do nosso entendimento. Nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado. [...]

A partir desse prisma de que compartilha Milton Santos, devemos, sobremaneira, destacar, a real importância e relevância que os(as) geógrafos(as) deveriam dar ao passado. Ou seja, não somente conhecer, como também estudar, enfim, pesquisar acerca das espacialidades pretéritas. Dessa maneira, enriquece cada vez mais as diversas interpretações e reflexões acerca da *paisagem*, bem como amplia nosso objeto de estudo. Referindo-se também à importância do tempo pretérito nas análises geográficas, Dolfuss (1978, p. 13) complementa as idéias de Santos, ao afirmar que “a

análise de uma paisagem urbana é igualmente denunciadora de sua história e de suas condições de desenvolvimento, revelando o peso do passado na organização do espaço urbano da época contemporânea.”

Como a Geografia Histórica é tão antiga quanto à própria Geografia francesa *lablachiana*, quiçá seja a única linha de pesquisa geográfica que mais bem conservou métodos antigos de aplicabilidade de nossa ciência, e que nesta investigação, assim como em qualquer outra de cunho geográfico-histórico se mostram deveras úteis, necessários em imenso. São eles, a empiria, a indução, a dedução, a narração, a observação e a descrição. Como não poderia deixar de ser, tais “ferramentas” metodológicas estão presentes nesta investigação, sempre interligando empiria e teoria, é claro. Sobre essas “ferramentas”, Abreu (2010, p. 19-20) esclarece:

[...] Relacionar processo e forma, entretanto, não é suficiente. É preciso trabalhar também com dois outros pares de sustentação teórico-metodológica. De um lado com narração e a descrição, que constituem, desde sempre os pilares fundamentais da investigação geo-histórica. De outro, há que se valer também, da indução e da dedução, pois a análise que pretendemos realizar exige a utilização de ambas. Isso implica que teoria e pesquisa empírica deverão necessariamente estar associadas [...]

Mas que mal há em descrever? Sendo este um dos “pilares” originais de sustentação metodológica de nossa ciência, jamais podemos esquecer-lo ou negá-lo. Devemos utilizar a *descrição* sempre, em nossa produção científica, porém não só ela, logicamente. Uma vez que a Geografia se prende somente à *descrição* dos fenômenos, se torna demasiadamente incompleta para a atualidade. Todavia, subestimar essa ferramenta metodológica é negar a própria existência da Geográfica Ciência. Nessa tônica de pensamento, Dolfuss (1978, p. 11-12) complementa:

[...] O espaço geográfico se acha impregnado de história. Isto o diferencia dos espaços econômicos os quais [...] descuram o estendal histórico. A aparência desse espaço concreto e localizável pode ser descrita: é a paisagem. Vidal de La Blache, um dos fundadores da geografia francesa no início do século, também costumava empregar a palavra “fisionomia” para designar a paisagem. [...] A explicação não pode prescindir da descrição e o andamento da pesquisa constitui um vaivém incessante entre descrição e a explicação. Neste jogo entre descrição e explicação está a dialética do pensamento geográfico. A descrição cabe realçar, classificar e ordenar os elementos da paisagem sobre os quais incide a análise. Dá margem à formulação de problemas e à procura de ligações entre as combinações. É uma introdução ao estudo, sendo entretanto muito mais que uma simples introdução. No decorrer das diversas etapas da explicação, sempre se acaba voltando à descrição. Ao analisarmos o espaço geográfico, partimos do visível, do que se patenteia, para avaliarmos a importância dos legados e a

rapidez das evoluções, assim como pra deciframos os sistemas que constituem as estruturas atuantes sobre o espaço. [...]

Aí incide, indubitavelmente, a essência da Geografia. A importância da descrição como método faz-se relevante ressaltar, uma vez que analisamos neste trabalho, planos de cidades puramente descritivos (que também utilizaram esse recurso metodológico), em que se percebe explicitamente a presença e influência do pensamento geográfico.

Sem embargo, metodologicamente, faz-se necessário particularizar ainda mais que modificações e transformações foram essas nas cidades (*locus*) de análise deste trabalho. Daí cumpre analisar a primeira proposta de planejamento urbano realizado para uma cidade no Brasil, a saber, o Plano Agache para a Cidade do Rio de Janeiro, intitulado *Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação e Embellezamento, 1926 – 1930*, bem como, e posteriormente, analisar proposta semelhante, realizada pelo mesmo autor, mais de uma década depois, ou seja, o Plano Agache para Curitiba, intitulado *Plano de Urbanização de Curitiba – 1943*.

Entretantes, analisar pura e simplesmente esses planos urbanísticos, muitos já o fizeram. Cabe então, enxergá-los sob o prisma da Ciência Geográfica, ou seja, investigar as influências do pensamento geográfico da época como forma de justificar e ratificar um novo ramo da ciência moderna que surgia naquele momento, o *Urbanismo*.

Se os urbanistas da época desejavam afirmar o *Urbanismo* como mais um ramo da ciência moderna, era necessário justificar seu viés científico ancorado noutras áreas do conhecimento, já reconhecidamente “científicas”, segundo o postulado positivista que determinava a veracidade científica, naquele momento da história da humanidade.

Sendo assim, é objeto dessa pesquisa investigar a influência do pensamento geográfico, presente não só nos planos que este urbanista francês produziu para o Rio de Janeiro e Curitiba, mas, sobretudo, na própria concepção de *Urbanismo* para Alfred Agache.

Justificativas metodológicas e seus devidos recortes se deram até então, ora em relação ao tempo, ora em torno do espaço, porém falta falar das ideias, ou seja, da organização de pensamentos e reflexões que fluem diante da temática de investigação e que dão origem e/ou que resultam nela.

Entretanto, faz-se necessário cumprir com mais esse recorte metodológico, visando alcançar resultados.

Na estruturação dessa pesquisa, convém pensarmos de forma deveras ampla para enxergarmos a vital influência do positivismo comteano e seu domínio sobre todo o “moderno pensamento” e na “ditadura” das “modernas ciências”.

Dentre as “modernas ciências” estava a Geografia, outrossim, buscando afirmação científica junto ao positivismo clássico, bem como de um objeto de estudo



claramente definido, e o Urbanismo, que ora pretendia-se afirmar como ciência, para tanto necessitando ancorar-se em bases científicas mais consolidadas ou de maior “tradição” científica, na busca de seu objeto, naquele dado tempo histórico. Então, torna-se primordial, algumas reflexões acerca do positivismo e sua influência em todas as esferas do mundo ocidental, sob os auspícios do modo de produção capitalista, notadamente a partir do último quartel do Século XIX.

Se os princípios positivistas influenciaram consideravelmente o modo de pensar, de produzir ciência naquele momento histórico, então aqui devemos verificar que Geografia positivista era essa, e como ela influenciou o Urbanismo que surgia.

No Brasil, os movimentos republicano e abolicionista eram imensamente influenciados pela doutrina positivista, ainda no Século XIX. Anterior à proclamação da república, nas últimas décadas do oitocentismo, essa turbulência política produziu e se materializou em reflexos no ambiente urbano de sua capital, a Cidade do Rio de Janeiro.

A França do século XIX vivia um contexto que influenciava as visões políticas de muitos brasileiros que lá viviam e vislumbravam momentos propícios à apropriação das idéias francesas de república, modernização e urbanização. (CARVALHO, 1990).

Como se pode perfeitamente observar, constituía um desejo das elites, planejar novas cidades, e implementar planos para modificar as já existentes, tal qual o fez Haussmann, em Paris. Dessa forma, é que se materializou o desejo republicano e positivista com a construção de Belo Horizonte, ainda no Século XIX, à guisa de exemplificação. Para a capital federal, era consenso retirar-lhe as marcas que lembravam seu passado colonial e escravocrata. Obras e planos faziam-se urgentes para uma espacialidade que pretendia materializar uma paisagem urbana e moderna. Em Curitiba, pelo menos uma década posterior ao plano elaborado para o Rio de Janeiro, os desejos e anseios se mostravam semelhantes.

O capítulo primeiro, denominado *Pausa para a crítica aos planos de cidades no Brasil*, realiza um breve histórico acerca do pensamento de planejar cidades em nosso país, mesmo antes do oitocentismo. Nesta parte do trabalho, apontamos algumas vertentes de pensamento, tanto do presente, quanto do pretérito, que foram de fundamental influência na produção do espaço. O sub-capítulo intitulado *Reflexões acerca do Positivismo presente no Urbanismo* explica, de forma breve, em que consiste o *positivismo*, e de que maneira essa doutrina cometeana influenciou o Urbanismo dos Séculos XIX e XX, inclusive no Brasil e no pensamento de Alfred Agache. Aqui discutimos acerca da produção da espacialidade do Urbanismo moderno suas materialidades influenciadas, mormente pelo *positivismo*.

O capítulo segundo, nomeado *Agache e sua trajetória: Ideias, influências, pensamento e formação do urbanista francês*, faz uma trajetória sobre a vida intelectual e

profissional de Alfred Agache, bem como situa-o na Europa e França do alvorecer da centúria vigésima para explicar os reflexos deste instante histórico, que resultaram na sua participação na Sociedade Francesa de Urbanistas e divulgação de seu trabalho por todo o mundo, inclusive no Brasil.

A terceira parte deste trabalho intitula-se *A conjuntura, a cidade... e o plano*. Nela discutimos a Cidade do Rio de Janeiro, enquanto “palco” e “cenário” do contexto histórico, econômico, político e social da jovem república brasileira do princípio do pretérito século. A capital do país, a espacialidade do então *Districto Federal*, necessitava de um planejamento urbano modelo e moderno, segundo o Estado e suas elites. Já havia passado mais de dois decênios da proclamação desta república e sua cidade-capital ainda não estava dotada dum plano urbanístico. De modo que o mesmo se fazia urgente.

Nesse sentido, pretendemos abordar a conjuntura político-social e econômica que pairava no país a partir da instauração, até o final da intitulada *República Velha*, onde a capital desta república, sede dos grandes acontecimentos e decisões, servia como palco e cenário, isto é, via constantemente a transformação e modificação de seu espaço geográfico, de suas formas urbanas. Era o grande momento onde as posições e ideologias políticas de uma elite urbano-industrial que florescia, provocavam reflexos de demasiada intensidade, resultando em novas *materialidades*, tal como se refere LYNCH (1997), para a Cidade do Rio de Janeiro. Discutiremos de forma mais específica, as relações entre o panorama político social que o país vivia à época retratada, e seus reflexos na espacialidade de sua cidade-capital, que resultaram na elaboração do *Plano Agache*.

A quarta parte desta pesquisa denomina-se *Explorando o Plano Agache para o Rio de Janeiro*. Dessa vez, apresentamos de forma mais detalhada, como se deu a sua elaboração, as partes do plano e seus objetivos, bem como as influências de pensamento e estilo que resultaram na sua produção.

Intitulado *O pensamento geográfico presente no Plano Agache da ex-Capital Federal*, a parte quinta trata das evidentes referências ao pensamento geográfico, presentes no texto do *Plano Agache*, elaborado para a *Cidade Maravilhosa* no ocaso dos anos vinte da vigésima centúria. Aqui, é possível percebermos referências do próprio urbanista francês à Geografia *lablachiana*, bem como uma série de influências advindas do *determinismo ratzeliano*.

Denominado *A presença de Agache em Curitiba, seu plano... e o pensamento geográfico*, o capítulo último apresenta a ação de Alfred Agache noutra cidade brasileira, e que resultou no *Plano de Urbanização de Curitiba*, elaborado na década de quarenta do vigésimo século. Aqui, podemos verificar como se deu o contexto histórico e político que levou as autoridades curitibanas e paranaenses a convidarem Agache para elaboração

deste plano. Posteriormente, apresentamos brevemente um pouco do conteúdo do plano e seus objetivos, bem como as influências e inserções do pensamento geográfico, contidas no mesmo.

Guisa de conclusão, as *Palavras Finais*, constituem-se como mais um espaço para reflexão acerca do significado da presença de Alfred Agache no Brasil, bem como da tomada de consciência de toda a sociedade a respeito da importância do urbanismo e planejamento urbano nas cidades. Como não poderia deixar de ser, também é o momento de pensarmos a relevância da Ciência Geográfica e de suas correntes de pensamento na produção do espaço, nesse caso, via propostas urbanísticas.

Por fim, faz-se necessário afirmar que também se trata de um trabalho de *análise do discurso*, tão em voga nas letras e literatura, ao analisar o tipo de discurso e as ideias presentes nas obras de diferentes autores (as), e tão incomum na Geografia.

Ao analisar ideias e formas de pensar, expressas no texto de dois planos elaborados para duas cidades, na primeira metade da vigésima centúria, inclusive identificando o pensamento geográfico contido nos mesmos, indubitavelmente, inegável é que realizamos uma *análise do discurso*. Um discurso do poder e das elites, e que refletiram na produção do espaço geográfico através do planejamento urbano.

## 1. PAUSA PARA A CRÍTICA AOS PLANOS DE CIDADES NO BRASIL

Podemos afirmar categoricamente o quão um plano de cidades constitui-se num instrumental pleno que o estado, leia-se esferas públicas, tem em mãos para modificar e transformar, ou seja, produzir novos espaços geográficos, através do controle e organização do espaço urbano. Mormente no alvorecer da república brasileira, em princípios do vigésimo século, quando, todos sabemos das marcas autoritárias e desprovidas de democratização e cidadania, em que se davam as decisões políticas da nação.

Todavia, outrossim é sabido, que a ação intervencionista do aparelho estatal no espaço urbano brasileiro, não representa algo novo, atualmente, tampouco para a primeira metade do Século XX, recorte de tempo histórico de que trata esta pesquisa. No Brasil colonial, ordenações reais bem definiam, não só o sítio onde melhor deveriam erigir-se as cidades e vilas, bem como a organização interna das mesmas, inclusive seguindo formas geométricas, fato deveras latente no urbanismo europeu daquele momento histórico. (REIS FILHO, 1968, p. 128).

As intituladas *Leyes de Indias*, instrumental regulador urbanístico da coroa hispânica para suas cidades coloniais, constituem um documento deveras importante, que orientou a construção de *urbes*, não somente na colônia espanhola, mas orientou ingleses, portugueses, franceses e holandeses na produção de espaços geográficos urbanos pretéritos.

Entrementes, mais que destinar obediência a um instrumento regulador geral, tal como o exemplo das *Leyes de Indias*, os lusitanos preferiram respeitar as Ordenanças Régias, tal como define Santos (2001, p. 47):

[...] cuidavam antes dos edifícios e servidões, com limitações ao direito de propriedade, do que como atuar para fundar as cidades. Estas eram consideradas cada qual como um caso particular, a exigir determinações específicas, que podiam variar de cidade para cidade. [...]

Acerca dos regulamentos urbanísticos coloniais hispânicos e a ausência dos mesmos em cidades e vilas de origem lusa, faz-se importante relembrar o capítulo denominado “O Semeador e o Ladrilhador”, da clássica obra de Sérgio Buarque de Holanda, intitulada *Raízes do Brasil*. Nesse texto, o autor estabelece uma comparação entre a previsão e planejamento urbanístico prévio por parte do colonizador espanhol, o *ladrilhador*, dotados de leis e regulamentos, e a despreocupação nesse sentido, por parte do colonizador português, que “semeava a construção de vilas e cidades ao sabor do

vento”, o *semeador*. Nesse sentido, este autor descreve com muita competência as diferenças entre a edificação das cidades entre hispânicos e lusos:

[...] não é preciso ir tão longe na história e na geografia. Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: – por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América. [...] Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América Espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem terrestre: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta. [...] (HOLANDA, 1989, p. 64)

Como se faz deveras interessante enxergar o conhecimento geográfico tradicional nas palavras e ideias de autores clássicos de nossa literatura, e que formaram durante muito tempo o pensamento intelectual brasileiro. Essa obra, publicada nos anos trinta da centúria pretérita, no que tange ao pensamento geográfico, estava imbuída de *determinismos*. Todavia, apesar da presença destes na essência das interpretações, havia espaço para as *possibilidades* e de uma preponderância da ação humana sobre a natureza, notadamente quando afirma acerca do “esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem terrestre: é um ato definido da vontade humana”.

Doravante, o mesmo autor mais descreve de tais diferenças, agora falando da forma lusa de produzir suas urbes:

[...] Seja como for, o traçado geométrico jamais pôde alcançar, entre nós, a importância que veio a ter em terras da Coroa de Castela: não raro o desenvolvimento ulterior dos centros urbanos repeliu aqui esse esquema inicial para obedecer antes às sugestões topográficas. A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim. Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil, que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio, e a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária. [...] (*Ibidem*, 1989, p. 76)

E segue:

[...] A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra

“desleixo” – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que de uma íntima convicção de que “não vale a pena”... [...] (HOLANDA, 1989, p. 76).

Críticas à parte, posteriormente podemos perceber alguns equívocos *deterministas* de Holanda, já que, nem sempre os portugueses foram demasiadamente “semeadores”, e nem sempre foram os espanhóis, exímios “ladrilhadores” na fundação e edificação de cidades e vilas em seus respectivos mundos coloniais, do quinhentismo ao novecentismo.

Por essa razão, é inegável a influência espanhola nos traçados retilíneos, tão evidentes nos projetos lusos de vilas e povoados, elaborados no ocaso do setecentismo para a colônia brasileira. Nesse sentido, afirma Santos (2001, p. 71):

[...] numa ocasião em que tantas foram as aproximações entre os dois povos para o preparo do Tratado de Madrid (1750) e solução de problemas de fronteira que se seguiram, influência que haveria de exercer-se no sentido da adoção do plano xadrez, generalizadamente empregado [...] na maioria das cidades colonizadas pelos espanhóis.[...]

Esse instrumental regulador urbanístico hispânico supracitado, destinava demasiado valor às praças, tal como podemos observar até nossos dias, à guisa de exemplificação, em Lima (Peru), Rosário e Córdoba (Argentina), Santiago (Chile) etc. Elas eram o “[...] centro de reunião da vida urbana em que se realizavam as cerimônias cívicas e toda sorte de festividades, religiosas e recreativas, e serviam ainda aos mercados e feiras”. (SANTOS, 2001, p. 72). As *plazas*, assim denominadas em língua castelhana, constituíam o sítio pleno para edificar a centralidade urbana colonial e onde se materializavam as mais importantes e imponentes instituições, sejam estatais (Casa dos Governadores, de Câmara etc.), sejam religiosas (Igreja Matriz, Conventos etc.). (SANTOS, 2001, p. 132).

Refletindo acerca de um tempo histórico mais recente, podemos afirmar que o plano diretor está vinculado ao planejamento racional e compreensivo e, portanto, pressupõe a pretensão de um conhecimento completo do objeto de estudo e uma implementação perfeita, por parte dos órgãos executantes desse plano. Essa abordagem científica do objeto coincide com a crítica feita à ciência sob o ponto de vista ideológico. Pois aqui, podemos também reduzir o conhecer a dominar.

A respeito da questão ideológica, onde e quando a mesma se manifesta no urbanismo e no planejamento de cidades? Ela constitui um fenômeno, em veracidade. Estamos a falar do fenômeno ideológico, tamanha foi a influência e importância dada à ideologia positivista para todas as ciências de maneira geral, e para a Geografia e o

Urbanismo, em particular. Aliás, para ser considerada, ou seja, definida como ciência “moderna”, deveria, obedientemente, seguir os preceitos positivistas. Para Ricouer (1983, p. 68) as ideologias refletem [...] a necessidade que tem um grupo social de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar [...]. E segue:

[...] ela (*a ideologia*) é movida pelo desejo de demonstrar que o grupo que a professa tem razão de ser o que é [...] uma ideologia é operatória e não temática. Ela opera atrás de nós, mais do que a possuímos como tema diante de nossos olhos. É a partir dela que pensamos, mais do que podemos pensar sobre ela. [...] (RICOUER, 1983, p. 68-70)

Nesse aspecto, as ideologias não só tem a missão de reproduzir sua crença como verdade única e inquestionável, mas de pregar sua perpetuação por longas e futuras gerações de pensamento no porvir de gerações.

Para o mesmo autor, ela tem de ser esquemática e simplista, a fim de abarcar uma visão de conjunto. Ricouer também afirma que para tornar-se uma verdade, deve, obrigatoriamente, transformar-se em opinião que provoque convencibilidade de discurso para a maioria.

Atentando especificamente para o Urbanismo e a Geografia, enquanto ciências, podemos compreender o quão influente foi o positivismo comteano, ao longo da décima nona e vigésima centúrias, respectivamente, impondo seus princípios, subordinando e hierarquizando todas as esferas do conhecimento com suas convicções de veracidade científica. Tal sistematização tem sua gênese na primeira metade do antepassado século, da mesma forma que para a Ciência Geográfica, tal como nos relata Moraes (1998, p. 34):

[...] A sistematização do conhecimento geográfico só vai ocorrer no início do século XIX. E nem poderia ser de outro modo, pois pensar a Geografia como um conhecimento autônomo, particular, demandava um certo número de condições históricas, que somente nesta época estarão suficientemente maturadas. Estes pressupostos históricos de sistematização geográfica objetivam-se no processo do avanço e domínio das relações capitalistas de produção. Assim, na própria constituição de modo de produção capitalista. [...]

Ora, o “avanço e domínio das relações capitalistas de produção” de que fala o autor supracitado, também se refletiram, sobremaneira, na produção de cidades e no seu planejamento. No tocante ao urbanismo praticado no Brasil ao longo do vigésimo século e sua ação de cunho positivista, era importante que a cidade fosse totalmente reduzida a leis e teorias, para que não acontecessem surpresas e o planejamento alcançasse os

seus objetivos. Além disso, qualquer comportamento que não se enquadrasse nas leis estabelecidas era considerado um desvio dotado de irracionalidade.

Um plano como esse programa alterações desejadas nos usos dos espaços e dos equipamentos urbanos, sempre visando alcançar a cidade ideal, sem problemas de habitação e congestionamentos de trânsito. Supõe, também, que a vida dos habitantes da cidade seja determinada pelo entorno físico e, dentro desse *determinismo espacial*, se faz acreditar capaz de modificar o homem através da transformação do ambiente.

Ganz (1960, p. 79) faz uma crítica, tanto em relação ao planejamento de cidades, como ao determinismo espacial que o mesmo propõe:

[...] mais importante do que esse plano contém é o que ele deixa de fora. As estruturas sociais, econômicas e políticas e suas reações, que irão determinar o tipo de uso e ocupação da terra, não são consideradas relevantes [...]

É necessário deixar claro que, de maneira geral, o plano diretor tende a ser excludente socialmente, à medida em que não prevê a incorporação da totalidade da sociedade que habita aquele espaço geográfico a ser planejado.

Vem a ser um *senso comum* na maioria dos planos diretores, ignorar ou tender a colocar em áreas consideradas de múltiplas atividades, muitos dos usos e instituições das populações de rendas mais baixas e de minorias étnicas. Casas de cômodo, indústrias caseiras e atividades consideradas cultural ou moralmente indesejáveis também não são previstas. Mais grave ainda é pretender uma vida de classe média para todos os habitantes.

Podemos dizer, de certo modo, que se reproduziu na *cidade moderna republicana* brasileira, o mesmo tipo de exclusão social ocorrente no meio rural dos períodos imperial e colonial, sempre tentando limitar o livre acesso e trânsito, da camada social menos favorecida. Arias Neto (2003, p. 227) faz uma correta correspondência ao comparar o surgimento das *vilas operárias* na cidade com as *casas enfileiradas* do meio rural, avaliando toda uma reorganização do espaço urbano:

[...] No projeto das elites, a modernização significou também um reordenamento geral dos espaços da política, com a manutenção da exclusão popular da mesma, como no Império, e a reorganização dos espaços urbanos e rurais: às casas enfileiradas das colônias rurais corresponderam as vilas construídas nas cidades para confinamento e disciplinarização dos operários urbanos. À nova disciplina de trabalho imposta pela implantação do colonato no campo corresponderam as novas disciplinas de trabalho e de sociabilidade instauradas nas fábricas, nas escolas, nos teatros, nas ruas da cidade, na intimidade da casa. [...]



Planos diretores acabam sendo uma alternativa demasiadamente bem-vinda, no que tange à manutenção da exclusão social, imposta pelas elites burguesas, em nome da *modernidade*. As comunidades ou unidades em que é dividida a cidade não refletem áreas organizadas naturalmente por grupos sociais e, como consequência, muitas vezes é ignorada a formação espontânea de bairros existentes. Os processos comuns de mudança como *invasão* e *sucessão*, oriundos da Escola de Chicago, são também deixados de lado, na tentativa de ignorar a mobilidade residencial e, se possível, controlá-la. Ganz (1960) ratifica:

[...] o próprio modelo de cidade deve ser questionado, pois muitas vezes, valores individuais são transformados em padrões arbitrários. Os residentes da cidade em geral, não estão interessados na ordem espacial que se obtém da sua implantação [...]

O zoneamento, ou seja, a divisão do espaço em zonas de usos específicos está presente na maior parte dos planos diretores. Inspirado no desenho urbano e de arquitetura, na Europa, em fins do Século XIX, cresceu, e vem a ser mais usada como a maior arma dos planejadores. Contudo, quando se propõe não misturar diferentes usos do solo, muitas vezes ocorre o temor de contaminação de áreas mais valorizadas por grupos de baixa renda ou usos não-convenientes.

A própria adoção do plano diretor típico como instrumento de planejamento já pressupõe um conteúdo ideológico não-explícito, cujo objetivo é conhecer o objeto e ordenar a cidade sem, contudo, resolver os problemas essenciais. Ignora-se assim, a maioria dos conflitos urbanos. Ignorando-os, não se obrigam, portanto, a resolvê-los. (REZENDE, 1982).

Dentro desse conteúdo ideológico está o *determinismo físico*, mais uma vez uma ingênua prepotência dos planejadores, em pretenderem modificar situações sociais apenas e através de modelos urbanísticos, fato muitíssimo presente nas propostas de Agache para o Rio de Janeiro, e que se reproduziram em planos posteriores, por todo o país. Na crítica, Rezende (1982, p. 31) afirma que o *determinismo físico*, expresso nos planos, tinha a pretensão de fazer:

[...] crer que a cidade seja um conjunto de construções e usos do solo que podem ser arranjados e rearranjados através do planejamento, sem levar em conta os determinantes políticos, sociais e econômicos. [...] Sua utopia é evidenciada na proposta de desenho físico como capaz de ordenar padrões de relações sociais e até de subverter a estrutura de classes ou, ainda, como modelo de sociedades sem classes. [...]

No que tange à realidade, isto é, a efetivação e materialização resultantes destas propostas na espacialidade, o *determinismo físico* se instrumentalizava nas normatizações de controle urbanístico, advindos do racionalismo e funcionalismo, que tantas e inúmeras distorções provocava quando das suas implementações nas cidades.

Guisa de exemplificação está o plano de Aarão Reis para Belo Horizonte, no ocaso do oitocentismo, onde era tão demasiado o cartesianismo, que em momento algum se levou em consideração a topografia e altimetria do sítio onde se assentaria a nova capital das Minas Gerais. Era natural uma imposição autoritária, tecnocrática e centralizadora presente nos planos, tal como se fazia política, na instauração da república brasileira. Sendo assim, as propostas de planos de cidades para o Brasil “moderno”, tentavam “[...] revestir o pensamento sobre a cidade e sua dinâmica de crescimento, de um caráter científico e positivo e, portanto, supostamente neutro. [...]” (SANTOS & BARATA, 1990, p. 19).

No caso da hidrografia, houve uma alternativa ao plano de Aarão Reis, proposta por Saturnino de Brito que alterava ligeiramente o traçado das ruas e avenidas de forma a se adequar à rede hidrográfica. Tal proposta, entretanto foi rejeitada pela Comissão Cosntrutora da nova Capital e prevaleceu o traçado original de Aarão Reis.

Tal como se verifica no planejamento urbano praticado no Brasil no nascimento da república, bem como ao longo de todo o vigésimo século, foi imensa a influência do positivismo comteano no surgimento desse urbanismo como ciência.

No pensamento geográfico desse mesmo tempo histórico, a irradiação da doutrina positivista era tamanha, que pregava também uma suposta “neutralidade” científica no seu objeto de estudo e métodos. Novamente, nos reportamos a Paul Vidal de La Blache e seu *possibilismo*, de modo a evidenciar a influência direta do positivismo em nossa ciência. Nessa tônica, Moraes (1998, p. 65-66) afirma:

[...] Vidal, vestindo uma capa de objetividade, condenou a vinculação entre o pensamento geográfico e a defesa de interesses políticos imediatos, brandindo o clássico argumento liberal da “necessária neutralidade do discurso científico”. [...] Na verdade, Vidal imprimiu, no pensamento geográfico o mito da ciência asséptica, propondo uma despoltização aparente do temário dessa disciplina. [...]

Todavia, na atualidade, já não podemos sustentar essas mesmas conclusões, quando o assunto é planejar cidades, até porque, não é mais usual planejar uma cidade inteira, tal como realizado em Brasília ou Goiânia, seja por questões financeiras, seja por questões político-ideológicas, ou ainda porque o crescimento destas cidades se baseia

em grande medida, em mecanismos informais que extrapolam as áreas formalmente planejadas.

Hoje, podemos dizer que nos países que possuem uma vasta cultura e tradição de planejamento urbano, o mesmo torna-se interdisciplinar, ao congregar as mais diferentes áreas e profissionais na sua elaboração. Aos arquitetos(as), se soma uma gama de cientistas sociais, inclusive geógrafos(as), além de biólogos(as) e especialistas em Direito Urbano, integrados na missão de promover um melhor futuro ao meio urbano de que se propõe. (SOUZA, 2002, p. 55-56).

No caso brasileiro não podemos concluir da mesma maneira, já que é hábito, relacionar o planejamento urbano somente com a arquitetura. E mais, é comum no Brasil, ainda associarmos Urbanismo como sinônimo de planejamento urbano, o que constitui um grave equívoco. À guisa de exemplificação, Souza (2002, p. 56) ratifica:

É sintomático, (...) que o livro *Manière de penser l'urbanisme*, de Charles-Édouard Jeanneret, mais conhecido como Le Corbusier, principal figura do urbanismo modernista, tenha sido publicado no Brasil sob o título *Planejamento Urbano* (cf. LE CORBUSIER, 1984). Este é um duplo equívoco, pois não apenas os arquitetos (ou, mais particularmente, arquitetos-urbanistas) constituem tão somente um dos vários grupos de profissionais potencialmente ligados ao planejamento urbano, mas, além disso, devido à sua formação, praticam uma modalidade específica de planejamento urbano. Urbanismo e planejamento urbano não são, portanto, sinônimos, nem o primeiro esgota o segundo. Infelizmente, mesmo planejadores comprometidos com um pensamento socialmente crítico, quando arquitetos, costumam, no Brasil, confundir as duas coisas.

Não podemos, entretanto, discordar, que constitui tradição do campo arquitetônico, a essência do Urbanismo, diferentemente do planejamento urbano, congregando na sua confecção engenheiros, sociólogos, geógrafos, estatísticos... Na defesa da arquitetura, como ciência que possui o direito de melhor explorar o Urbanismo, Le Corbusier (1984, p. 14) exprime:

O urbanista nada mais é que o arquiteto. O primeiro organiza os espaços arquiteturais, fixa o lugar e a destinação dos continentes construídos, liga todas as coisas no tempo e no espaço por meio de uma rede de circulações. E o outro, o arquiteto, ainda que interessado numa simples habitação e, nesta habitação, numa mera cozinha, também constrói continentes, cria espaços, decide sobre circulações. No plano do ato criativo, são um só o arquiteto e o urbanista.

Indubitavelmente, a formação do(a) arquiteto(a) é mais completa no que diz respeito às habilidades técnicas, diferentemente de um(a) sociólogo(a) ou geógrafo(a). Leia-se, habilidades técnicas aqui, como sinônimo de uma maior visão estética, própria

da formação desse(a) profissional citado primeiramente. Enquanto o(a) arquiteto(a) possui a desenvoltura de lidar com aspectos estéticos e funcionais de ruas, bairros ou cidades, o(a) cientista social, assim como o(a) geógrafo(a), preocupam-se mais com as relações e processos sociais e espaciais (sob as dimensões econômica, política e cultural), tentando extrair ou propor vias para uma mudança social positiva, junto ao meio urbano. Acerca dessa propriedade do profissional arquiteto, se faz novamente deveras importante a contribuição de Souza<sup>1</sup> (2002, p. 57):

De um modo geral, assuntos concernentes ao traçado e à forma de logradouros públicos e conjuntos espaciais intra-urbanos em geral (volumetria, relacionamentos funcional e estético de um objeto geográfico com seu entorno etc.), bem como ao mobiliário urbano, são principalmente da alçada dos arquitetos; são eles que possuem a formação acadêmica e o treinamento profissional apropriados: uma sensibilidade estética aguçada e cultivada e uma bagagem técnica acerca da funcionalidade dos traçados e objetos geográficos. Isso não significa que os planejadores que não sejam arquitetos não precisem cultivar a sensibilidade estética ou aprender a raciocinar considerando a funcionalidade dos objetos geográficos ou formas espaciais. [...] Mas o fato, o qual não se pode ignorar, é que as formações e as sensibilidades dos arquitetos (cuja identidade aproxima-os, em parte, das engenharias e, parcialmente, das artes plásticas) e dos cientistas humanos e sociais são e permanecerão diferentes – o que não quer dizer que sejam incompatíveis.

Em décadas mais recentes, arquitetos considerados pós-modernos, vem sistematicamente relacionando o Urbanismo muito rotulado ao modernismo. Querendo então desvencilhar-se desse viés, adotaram a expressão *urban design*, cuja tradução literal para a língua portuguesa, *Desenho Urbano*, não corresponde à essência real do conceito, pelo fato do significado inglês associar ao traçado urbano, um olhar ambiental, o que não ocorre na tradução para a nosso idioma. (SOUZA, 2002, p. 57-58).

Fato é que, seja Urbanismo, seja Desenho Urbano, ambos representam um contexto infinitamente menor daquele expressado no termo Planejamento Urbano, o qual deve estar obrigatoriamente associado à gestão, o que não necessariamente ocorre com os primeiros. A esse respeito, Souza (2002, p. 58) afirma:

O Planejamento Urbano inclui o Urbanismo (ou o Desenho Urbano, como preferirem); o último é um subconjunto do primeiro. No ambiente intelectual alemão essa distinção fica bem caracterizada, pois *Städtebau* (Urbanismo) quase sempre é entendido como correspondendo a algo mais restrito que *Stadtplanung* (planejamento urbano). No mundo anglo-saxão, onde o termo *urbanism*, com o sentido de um campo de saber,

---

<sup>1</sup> Há aqui também uma distinção entre o urbanismo enquanto prática profissional e o urbanismo enquanto um campo de ideias acerca das cidades, seu traçado, configuração e funcionamento. O urbanismo enquanto campo de ideias abrange um universo mais amplo do que enquanto prática profissional. Nesse sentido, Souza (2002) fala do urbanismo como campo de prática profissional, enquanto a discussão desta tese é relativa ao ideário do pensamento urbanístico.

não conquistou direito de cidadania (quando muito, o termo é empregado para se referir a um modo de vida: *Urbanism as a way of life* é, a propósito, o título de um texto clássico da Sociologia Urbana), as expressões *urban planning* e *town planning* apresentam-se, de todo modo, bastante abrangentes, compreendendo subcampos específicos como *landscape architecture*, o *site planning*, o *urban design* e o campo das *public policies* para o meio citadino. Já no ambiente intelectual francês, que nos inspirou o termo Urbanismo, é freqüente o termo *urbanisme* ser tomado como sinônimo de planejamento urbano (*aménagement de la ville*, *planification urbaine*), embora isso nem sempre ocorra. O importante, seja lá como for, é não confundir as duas coisas, tomando a parte (o Urbanismo) pelo todo (o campo interdisciplinar do planejamento urbano).<sup>2</sup>

Partindo-se do princípio que a diferença não corresponde ao antagonismo, tampouco à rivalidade, tanto cientistas sociais, quanto arquitetos(as), necessitam, intrinsecamente, ampliar conhecimentos interdisciplinares. A saber, cientistas sociais que estudam o meio urbano não podem permanecer ignorantes frente à questões arquitetônicas. Os mesmos precisam conhecer a funcionalidade dos objetos geográficos, bem como a sua dimensão estética, o que perpassa por estilos arquitetônicos, sua análise visual e morfológica, até a história do Urbanismo.

No caso dos arquitetos engajados no planejamento urbano, torna-se indispensável aprofundarem conhecimentos e familiarizarem-se com discussões teórico-metodológicas da Geografia, Antropologia, Sociologia etc. Em suma, cabe salientar que tanto arquitetos(as) quanto cientistas sociais terão especificidades diante do planejamento urbano, já que possuem visões e aplicabilidades distintas. Porém, há mal nenhum nisso. Muito pelo contrário, constitui elemento rico para um planejamento urbano mais eficaz. (SOUZA, 2002, p. 59).

A grande maioria dos planos de cidades, constituem, até nossos dias um instrumento de estado, uma política pública, ou seja, uma ação estatal que afirma e efetiva uma mudança físico-territorial no espaço citadino. Essas mudanças podem ter viés ideológico, porém são comuns e evidentes em todo e qualquer plano e projeto de cidade. Em se tratando dos primeiros planos de cidades realizados no Brasil, mormente os planos realizados por Agache, sempre prevaleceram o ideário de "mudança", herdando do *positivismo* as propostas de progresso, ordem e melhoramento do espaço geográfico da cidade.

Para que um plano fosse executado e, conseqüentemente, o espaço geográfico da cidade, modificado e transformado, Rattner (1979, p. 126) vem afirmar que tal modificação:

[...] pressupõe uma série de parâmetros estabelecidos, metas e

<sup>2</sup> No Brasil, adota-se muito mais o conceito francês do que a versão inglesa.

diretrizes em função dos objetivos e valores dos indivíduos e ou grupos envolvidos por estes processos de mudança social dirigida [...]

O autor afirma ainda que eram os planejadores e tecnocratas quem definiam tais parâmetros, metas e diretrizes, a partir de necessidades da população da cidade ou "interesses políticos". O autor também nos mostra que, como tais planos eram elaborados a partir de um conhecimento científico vigente, a saber, herdado do *positivismo*, assim eram implantados com total racionalidade técnica, escapando de qualquer forma de juízos de valor ou subjetivismo, tal como mandava a "cartilha" *positivista*, já que os planos deveriam ser neutros, objetivos e à parte de lutas políticas. (RATTNER, 1979, p. 126).

A racionalidade "científica", tão evidente na elaboração de planos de cidades, constituía uma pretensão de planejadores e tecnocratas, quando propunham uma teoria para explicar uma realidade social a partir de sua interferência e modificação do espaço geográfico. Ao aprimorarem "técnico-cientificamente" os planos, eliminavam-se gradativamente quaisquer formas de discussão política, bem como, confronto público de objetivos e valores sociais. (RATTNER, 1979, p. 135).

A autora Vera Rezende vem reafirmar tais premissas quando aponta que "[...] o plano diretor está vinculado ao planejamento racional ou compreensivo e tem abordagem científica [...]", logo, pressupondo pleno e profundo conhecimento do espaço urbano, objeto de estudo maior dos planos. A autora afirma ainda que o espaço urbano era reduzido apenas a teorias e leis, nos planos, onde, eventos que não enquadravam-se nas mesmas, eram denominados como um "desvio irracional". (REZENDE, 1982, p. 31)

Torna-se, indubitavelmente importante esclarecer que aqui inserimos críticas de autores(as) que refletiram sobre o planejamento urbano, os planos, suas elaborações e execuções, nas décadas de setenta e oitenta do vigésimo século. Contudo, são reflexões e críticas a partir de planos produzidos no Brasil, em recortes de tempo histórico anteriores. Vera Rezende escreveu um capítulo inteiro somente acerca do *Plano Agache* para a Cidade do Rio de Janeiro, em sua obra intitulada "Planejamento Urbano e Ideologia". Outrossim, não podemos olvidar que coube a Alfred Agache o uso, pela primeira vez, do termo *plano diretor*, tal como hoje se fala. Acerca dessa exatidão, gênese e reprodução desse termo a partir da obra de Agache, Villaça (1999, p. 188) esclarece:

[...] Os conceitos de planejamento ou plano diretor não existiam no Brasil nem no século passado nem no início deste. O Plano Agache, do Rio de Janeiro, datado de 1930, é, no nosso conhecimento, o primeiro plano a apresentar a expressão *plano diretor*. Da mesma forma as expressões urbanismo e plano urbanístico não existiam no século passado. [...]

Doravante, o mesmo autor segue explicando:

[...] O Plano Agache foi impresso em Paris. Não tivemos acesso ao original em francês pra saber qual a expressão nessa língua que teria sido traduzida por *plano diretor*. Pode ter sido *plan d'aménagement*, ou *plan régulateur* e, pouco provavelmente, *plan directeur*. Pode também ter sido *master plan*, pois Agache usou algumas expressões do inglês (incompreensivelmente desnecessárias) e que foram mantidas nessa língua na tradução para o português, como por exemplo *sewage* ou *zoning*. [...] (VILLAÇA, 1999, p. 188).

Ainda na sequência de pensar o planejamento urbano e urbanismo de forma crítica, podemos afirmar que os mesmos, quando realizados no Brasil, ao largo do pretérito século, tiveram demasiada influência racionalista ou progressista, segundo Choay (1979, p. 8).

Nesse sentido, Monte-Mór (1980: 13-16) elucida-nos com sua crítica, para um planejamento urbano ainda reproduzido no país da atualidade, e que tem suas raízes, naquele urbanismo proposto por Agache no Brasil dos anos vinte do século passado. Verazmente, constitui-se num modelo de planejamento urbano com:

[...] os conceitos modernos de racionalidade espacial, hierarquização dos espaços habitacionais, cinturões verdes de proteção ambiental, zoneamento etc. [...] propõe autoritariamente um espaço urbano acabado que visa a permitir um rendimento máximo no desempenho das funções urbanas. [...]

A respeito desse equívoco ingênuo e pretensioso de querer a cidade somente a partir do que o projeto propõe, Santos (1988, p. 25) afirma:

[...] Eis o equívoco das propostas racionalistas analíticas: elas falharam ao passar para o espaço real a importância que lhe atribuíam a nível de projeto. A clareza, a ordem, a lógica, a liberdade, só existiam nas intenções que, com toda prepotência, negavam as sínteses urbanas preexistentes e pretendiam substituí-las por ordens perfeitas. Como tais ordens careciam de complexidade, nelas não cabia a vida de verdade. [...]

Ora, como podemos negar a presença da Ciência Geográfica em todas as formas de fazer urbanismo e planejamento urbano? Tal como percebemos no que fora supracitado, o urbanismo progressista propunha radicais interferências nas espacialidades a serem planejadas, tais como *racionalidade espacial*, *hierarquização dos*

*espaços habitacionais*, etc. Enfim, a produção desses “novos” espaços, muitos, razão da exclusão e segregação social, constituem objeto de estudo da Geografia, bem como evidenciam a confluência multidisciplinar de saberes entre ambas as áreas do conhecimento.

Tanto hoje, quanto nos planejamentos elaborados por Agache para as cidades brasileiras, algumas décadas atrás, podemos perceber claramente, elementos tais como *racionalismo, cartesianismo, progressismo, ordenamento* etc. Para as propostas atuais, verificamos muito embasamento, influência e até repetição do que se fez acerca desse urbanismo do início do Século XX.

Temos que pensar que não era um tempo de democracia. Não havia espaço para discussões com a sociedade, sobre o futuro da sua cidade, em termos de planejamento. Nosso modelo republicano “engatinhava”, no que dizia respeito aos direitos da população, logo tal situação refletia-se no modo autoritário de efetuar políticas públicas.

Nessa medida, planos de cidades que tinham como base uma postura ideológica de cunho positivista, tal como eram os planos de Agache, caíam como uma “luva” aos anseios e projetos de futuro da república recém instaurada.

Indubitavelmente, os planos que Agache realizou no Brasil são exemplos daqueles que traziam consigo uma miríade de veridades absolutas e inquestionáveis. Na crença ingênua da transformação do espaço urbano, através duma ação física, Agache desejava trazer a cura de todos os males urbanos, possibilitando assim, muito ordenamento e embelezamento.

Os fracassos na implantação e/ou efetivação de seus planos, na sua totalidade, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Curitiba, se deram devido a vários motivos, tais como: mudanças na administração pública municipal e federal, interesses políticos pessoais, mínima ou nenhuma participação popular na sua elaboração etc.

Enfim, o plano Agache, para ambas as cidades analisadas, foi elaborado, e, posteriormente revisado e retomado por técnicos, pois revelou-se como um instrumento deveras eficaz e pleno, a partir do qual o Estado poderia controlar e interferir no espaço urbano, sob a justificativa “científica” e “neutra” de soluções como reorganização ou reordenamento, a fim de combater a desordem, a crise e caos, denunciados e propagados ideologicamente.

No sub-capítulo que segue, pretendemos abordar de forma breve as influências do positivismo de Comte, refletidas diretamente no urbanismo, dentro e fora do país, entre o ocaso do oitocentismo e o alvorecer da pretérita centúria.



### 1.1. Reflexões acerca do Positivismo presente no Urbanismo

Se a pesquisa em voga investiga as influências do pensamento geográfico no Urbanismo de Agache, logo não podemos desconsiderar o peso da doutrina positivista, tanto na Ciência Geográfica que se praticava naquele momento, quanto no Urbanismo que se produzia em Europa (berço do positivismo) e que surgia no Brasil.

Uma perfeita compreensão do pensamento urbanista de Agache ocorre, ao entendermos o contexto das ideias, no final do oitocentismo e nas primeiras décadas do século seguinte. Assim, também podemos conhecer mais profundamente, o pensamento filosófico brasileiro então predominante, leia-se, por suas elites pensantes, logicamente. Nas palavras de Paim (1987: 473), “a peculiaridade essencial do pensamento brasileiro, no período da denominada *Primeira República* (1890/1930), corresponde à ascensão do positivismo”.

O termo *positivismo*, grosso modo, constitui a escola e o sistema filosófico fundados, no início do décimo nono século, pelo francês Augusto Comte. Podemos afirmar em poucas palavras que o pensamento comteano fundamenta-se na intitulada “Lei dos três estados”. Segundo este teórico, a presente lei tem a propriedade de explicar os estágios teóricos pelos quais cada área do conhecimento humano percorre, a saber: o estado teológico (ficção), o estado metafísico (abstração) e o estado positivo (ciência). Tais estados, do ponto de vista histórico, constituem, respectivamente, as três épocas ou fases primordiais da Humanidade: a religiosa, a filosófica e a científica. (LINS, 1967).

Comte afirmava que o estado positivo constitui a finalização da evolução humana. Seria de fato o objetivo para o qual a Humanidade se dirigia. Assim, procedeu a uma classificação ou hierarquização sistemática das ciências. Na sua obra intitulada *Curso de Filosofia Positiva*, Comte (1996, p. 22), explica a natureza da doutrina que propõe, reflexo do tempo histórico que o mesmo presenciava:

[...] Para explicar convenientemente a verdadeira natureza e o caráter próprio da filosofia positiva, é indispensável ter, de início, uma visão geral sobre a marcha progressiva do espírito humano, considerado em seu conjunto, pois uma concepção qualquer só pode ser bem conhecida por sua história. [...]

Um entendimento mais apurado da doutrina comteana é possível através da leitura acerca da ascensão das ciências naturais e exatas, leia-se, nas aplicações técnicas de um tempo histórico onde a industrialização se faz deveras determinante nas transformações sociais, já que o pensamento científico positivo, aquele construído sob observação e pelas leis, segue o modelo físico-matemático, na busca de sínteses definitivas para a sociedade humana, leis invariáveis, que possam promover a ordem,

razão inquestionável da evolução humana na direção do estado científico e, conseqüentemente, de seu distanciamento dos objetos que compõem a metafísica, estes excluídos do que caracteriza a positividade e contrários à abordagem objetiva das ciências (COSTA, 1967).

A doutrina de Auguste Comte tinha a pretensão de alçar o “espírito humano” ao seu degrau mais elevado, conhecido como estado positivo. Para tanto, pregava um progressivo distanciamento do plano teológico, que o mesmo considerava como grande atraso da humanidade (PAIXÃO, 1998).

De maneira sintética, uma filosofia da empiria, cujo fundamento consistia na matematização dos fatos e coisas, buscando a progressão e unificação dos atos sociais, ou seja, uma doutrina que pretendia apresentar “a solução prática da crise da história moderna”, tal como afirma Costa (1959, p. 15).

Em se tratando da Economia Política, especificamente, Auguste Comte considerava que os fenômenos econômicos deveriam ser a tônica dos princípios da física social. Dessa forma, condicionou aquela à análise e metodologia da inaugural ciência social por ele criada, a Sociologia. A esta estariam subordinadas todas as demais ciências. Uma vez subalterna à Sociologia, a Economia Política ainda não teria atingido o seu mais alto patamar de precisão, assim como já ocorria com as demais áreas do conhecimento, por ele sistematizada. Entrementes, as teorias econômicas em voga, oportunizariam, ainda que imperfeitamente, um equilíbrio entre as forças que melhor contribuiriam para o “conforto geral” do ser humano.

A partir de seu projeto de hierarquização e classificação das ciências, plenamente estruturado, Comte preocupou-se, sequencialmente, em elaborar uma religião, também inédita. Segundo o mesmo, ao implantar-se o espírito positivo, seria adotada por todos os seres humanos. Institui, dessa maneira, a “Religião da Humanidade”. O Positivismo enquanto forma de religião, extremamente ortodoxa, teve, na mesma sorte que no plano político, considerável aceitação no Brasil, no final do oitocentismo.

Politicamente, Paim (1987, p. 473) nos revela que “o ciclo da ascensão do positivismo parece encerrar-se com a Revolução de 30 e o término da República Velha”. Nesse sentido, tornam-se elucidativas as palavras de Paixão (1998, p. 49):

[...] Então, neste inventário inicial sobre “homens de idéias” do século XIX, denominados de positivistas ilustrados, cabe destacar que, mesmo não conseguindo implantar a “sociedade racional positivista”, com suas cidades iluminadas pela lâmpada de Augusto Comte e com sua sede mundial localizada em Paris (cidade luz), esses “intelectuais”, que foram derrotados politicamente pelos liberais, conseguiram um feito que perpetuou a “Moral Positivista” neste país, o carimbo de “Ordem e Progresso”, no símbolo mais exibido aos brasileiros, a Bandeira Nacional; o que nos leva a pensar, que apesar dos avanços intelectuais

contemporâneos, a sombra de Comte e de seus adeptos está presente em nosso cotidiano e atravessará o novo milênio. [...]

Como vimos, reflexos da doutrina positivista influenciando a maneira de produzir ciência, inclusive na Geografia e no Urbanismo, faz-se possível verificar até os dias de hoje. Na seara da filosofia comteana, refletida, sobretudo, na espacialidade citadina, indubitavelmente importante é a afirmação de Horta (1994, p. 85) para exemplificar o modelo de cidade que nossas elites desejavam:

[...] Aplicado ao urbanismo, o positivismo – ideologia de sustentação do movimento republicano e industrial no Brasil – se expressou pelo gosto da medida, da retificação, da ordenação. Assim, foi idealizada uma cidade rigidamente geométrica, funcional, limpa e saudável, constituída de parques e áreas verdes, ventilada e iluminada [...]. O pensamento dominante era de que os valores artísticos e as heranças do passado deveriam ser substituídos por uma arquitetura racional e moderna. [...]

Certo é que Horta (1994) refere-se à idealização da capital planejada de Minas Gerais, porém esse fora um pensamento dominante que pairava sob os planejadores urbanos pelo país afora, quase como unanimidade.

No capítulo próximo, intitulado *Agache e sua trajetória: ideias, influências, pensamento e formação do urbanista francês*, pretendemos abordar a trajetória intelectual e profissional de Alfred Agache, inclusive contextualizando-a com a história das ideias, a fim de que possamos identificar as influências teórico-metodológicas e, mesmo ideológicas que se fizeram predominantes na formação do urbanista.

## 2. AGACHE E SUA TRAJETÓRIA: IDEIAS, INFLUÊNCIAS, PENSAMENTO E FORMAÇÃO DO URBANISTA FRANCÊS

Para um melhor entendimento de quem foi Alfred Agache e da sua significância e representatividade para o Urbanismo e para a Ciência Geográfica em geral, e, particularmente para o Brasil, onde teve larga atuação, torna-se necessário percorrermos um longo caminho histórico a fim de compreendermos como se deu seu processo de aprendizagem, sua formação profissional, as influências político-ideológicas que recebeu etc. Dessa forma, possível será conhecermos a construção de sua visão urbanística e da importância que o mesmo teve na época, o que resultou em vários convites para propostas de planejamento de cidades em nosso país, a se iniciar pelo principal e primeiro convite, feito para o Distrito Federal de então, a Cidade do Rio de Janeiro.

Esse caminho no *tempo-espaço*, tão primordial à análise geográfica, refere-se obviamente a um pretérito que inter-relaciona tempos, espaços e ideias que veiculavam no mundo em que vivia este urbanista ao longo de sua geração e formação intelecto-profissional. Nesse sentido, cabe regressarmos ao oitocentismo a fim de compreendermos o quão esse *espaço-tempo* e o ideário que o acompanha são marcantes no alvorecer do século vigésimo, em que se dá a vida adulta e intelectual de Agache.

Sendo assim, nosso objetivo é descumprir com linearidades e rigorosidades na relação *tempo-espaço*, uma vez que no campo das ideias, tal relação permite avanços e recuos. À guisa de exemplificação, obrigatoriamente devemos percorrer o século décimo nono para melhor entendermos sua influência no *tempo-espaço* do século seguinte. Por outro lado, ideais de “modernidade” veiculados ao longo do oitocentismo e suas imediatas materialidades reproduzidas no espaço urbano de Paris, não mais se constituem “arautos da modernidade” para essa mesma Paris do princípio do Século XX, uma vez que veiculam-se ideias de um Urbanismo dotado de mais cientificidade, do qual Agache é adepto e partidário. Entrementes, para um Brasil maçom, abolicionista, republicano, positivista e progressista do alvorecer do vigésimo século, aquele Urbanismo haussmaniano de 1853 configurava-se altamente “moderno”. Na esteira da dominante influência do ideário europeu num dado tempo, seus imediatos reflexos no espaço, bem como, seus “respingos de opacas luzes” sentidos num *espaço-tempo* imediatamente posterior, em terras brasileiras, demanda um demasiado esforço de pensamento para o leitor deste trabalho, na atualidade.

Alfred Agache nasceu em Tours em 1875 e faleceu em Paris em 1959. Arquiteto diplomado, foi o fundador da Sociedade Francesa de Urbanistas (Société Française d'

Urbanistes) e além de arquiteto-urbanista, atuou como teórico e professor universitário. Sua formação foi baseada no denominado *Urbanismo Francês*, atuando, outrossim, junto ao Museu Social de Paris.

Devido à influência do urbanismo francês em cidades do mundo afora, Agache foi requisitado para trabalhos de consultoria em diversas outras sociedades de urbanismo, bem como, tornou-se especialista na remodelação de cidades, com reconhecidos trabalhos realizados em Europa, América do Sul e do Norte, além de Austrália.

A fase de guerras em que vivia a França entre o ocaso do oitocentismo e o alvorecer do vigésimo século propiciava um campo fértil de trabalho para os urbanistas, a fim de remodelarem, embelezarem, enfim modificarem espaços geográficos, fatos que influenciaram, sobremaneira, a formação de Alfred Agache.

Quando Agache foi convidado a elaborar um plano para a Cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, trouxe consigo toda sua experiência, leia-se, formação profissional e histórico-artística invejáveis, além de um refinamento unânime. Ademais, os planos urbanísticos que realizou em várias cidades do mundo, trouxeram à tona seu nome no Brasil, ao longo dos anos vinte do pretérito século.

A tudo isso, soma-se sua notável experiência como fundador e membro da Sociedade Francesa de Urbanistas (SFU) e como docente do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris. Ademais, também fez parte do corpo docente do Colégio Livre de Ciências Sociais, onde absorveu determinante influência do método cartesiano-positivista, produzindo pesquisa na área da sócio-economia, a partir dessa base metodológica.

Tal influência marcante a partir do positivismo provém da escola positivista de Frédéric Le Play (1806-1870), tão difundida por seu discípulo, Edmond Demolins (1852-1907), então editor do hebdomadário intitulado *La Science Sociale*, no qual Alfred Agache escrevera e publicara artigos diversos. (UNDERWOOD, 1991).

A França e a Paris do tempo de Agache, constituíram seus espaços geográficos imediatos, onde teve a oportunidade de conviver com teóricos e seus pensamentos, que difundiam-se pelo mundo afora, tais como Durkheim, Demolins, Tarde, dentre outros, nomes indubitavelmente importantes acerca do pensamento social, inclusive na atualidade.

Tudo isso despertou em Alfred Agache um substancial interesse pela Sociologia. Aliás, sua atuação profissional e sua produção científica denotam seu gosto pelo campo social. A difusão e crescimento do pensamento científico social francês acerca da interpretação do mundo e das sociedades, somado à inegável transformação moderna da Paris de Haussmann e suas materialidades presentes na paisagem urbana da *cidade-luz* até nossos dias, foram, indubitavelmente marcantes para a vida e atuação profissional de

Agache e estiveram presentes em todos os seus trabalhos produzidos ao longo do vigésimo século. O que fora supracitado, é possível perceber com verossimilhança, na produção textual de sua autoria, intitulada *Comment reconstruire nos cités détruites. Notions d'Urbanisme s'appliquant aux villes, bourgs et villages*. Verdadeiramente, podemos afirmar que se constitui num manual a ser usado na reconstrução de cidades francesas destruídas durante a primeira grande guerra, bem como um tratado urbanístico de incalculável valor, em que percebemos claramente sua responsabilidade com a temática e questões sociais.

*La Seine*<sup>3</sup> do alvorecer do novecentismo constitui o espaço-tempo de Alfred Agache, ou seja, aquela sucessão de paisagens geográficas, naquele dado tempo histórico foram as influências diretas que mais contribuíram para o pensamento do urbanista, já que o mesmo sentia e visualizava fatos políticos e sociais que ocorriam na primeira e antecediam a segunda guerra mundial.

É nesse momento que Agache se profissionalizou na reconstrução de cidades. No que tange aos aspectos urbanísticos, muitíssimo contribuiu com ideias e mudanças para as cidades atingidas por guerras. Resultado dessa produção e pensamento, ambos científicos, está a obra intitulada *La Remodelation d'une Capitale* (AGACHE, 1932), realizada para a Cidade do Rio de Janeiro, quando Capital deste país, durante o período denominado *República Velha*, nos anos vinte do pretérito século.

Já como fundador e participante ativo da Sociedade Francesa de Urbanistas (SFU), bem como atuante na escola francesa de urbanismo, elaborou planos para cidades de seu país natal, tais como Poitiers, Dunquerque, dentre outras.

À época, princípios do vigésimo século, podemos afirmar que a Sociedade Francesa de Urbanistas, de que Agache fazia parte, adotava uma postura dotada de mais método, por essa razão, considerada mais científica, na forma de elaborar e executar seus planos, suas propostas urbanísticas, enfim, seu urbanismo. Nesse sentido, constitui um contraponto, se compararmos com o modelo exemplar para este recorte histórico-temporal, a saber, o plano executado pelo Prefeito de Paris, o Barão Georges-Eugène Haussmann, entre 1853 e 1870. Até então, era inquestionável sua perfeição como plano para uma grande cidade moderna, próprio para atender os desejos e anseios de uma burguesia urbano-industrial, posteriormente tão reproduzido em cidades localizadas na moderna república brasileira, dentre elas a Belo Horizonte de Aarão Reis e a capital federal, Rio de Janeiro, de Pereira Passos.

Cabe aqui então explicitarmos mais um pouco, somente à guisa de

---

<sup>3</sup> Expressão de uso coloquial, como sinônimo de Paris, adotado inclusive nas placas denominando as ruas desta mesma cidade. P. ex.: Haussmann, prefeito de *La Seine*. Na verdade, consiste numa alusão à Paris, já que na antepassada centúria, Haussmann foi prefeito do antigo departamento de Seine (que incluía os atuais departamentos de Paris, Hauts-de-Seine, Seine-Saint-Denis e Val-de-Marne). (BENEVOLO, 1999).

esclarecimento, a importância e relevância, em termos mundiais, que representou o modelo haussmaniano de urbanismo, realizado no décimo nono século, na *cidade-luz*.

Podemos afirmar categoricamente que Haussmann promoveu a maior transformação e modificação do espaço geográfico parisiense no Século XIX. Tornou-se o maior modelo de intervenção urbana, tão compilado em muitas cidades mundo afora, bem como um grande exemplo de ação humana sobre o espaço, modificando completamente sua paisagem, nesse caso, destruindo parte de seu passado histórico, materializado no espaço. E por isto mesmo, também, posteriormente, bastante criticado.

Tais transformações, modificações e interferências do ser humano no espaço, razão da existência da própria Ciência Geográfica, nesse caso, na tentativa de produzir uma paisagem moderna na cidade a fim de olvidar seu pretérito, estava muito explícito na obra de Haussmann, em Paris. Muito em voga nesse tempo histórico, havia deveras pouco ou nenhum questionamento acerca da destruição de um espaço geográfico do passado, materializado e verticalizado na paisagem.

Através do conceito de *arrasamento*, boa parte de *La Seine* medieval desapareceu da paisagem a partir de Haussmann. Assim, tal conceito foi difundido e adotado em diversas urbes, expulsando populações inteiras (leia-se pobres e marginalizadas, já que não expulsariam membros integrantes de suas elites), ocupantes historicamente de sítios antigos, que não agradavam aos olhos das elites urbano-industriais, desejosas de cidades modernas, fluidas, arejadas, planas, belas e, logicamente, planejadas (BENÉVOLO, 1999).

Tudo isso veio a refletir-se na moderna república positivista brasileira e materializar-se no sítio da Cidade do Rio de Janeiro, a partir das reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos, prefeito do Distrito Federal entre 1902 e 1906, nomeado por Rodrigues Alves, então Presidente do Brasil (BENCHIMOL, 1990).

Demasiadamente influenciado pelas transformações do espaço citadino parisiense, provocadas por Haussmann, uma vez que habitava e estudava em Paris, quando do tempo real das reformas *haussmanianas*, Pereira Passos, mais tarde, reproduziu no Rio de Janeiro o conceito de *arrasamento*, “rasgando” espaços para abertura de grandes, amplas e modernas avenidas, destruindo morros, expulsando e removendo populações para as periferias, destruindo ruelas e casarios antigos, enfim, negando toda a paisagem pretérita materializada no espaço, e que lembrava o passado colonial e imperial brasileiros, tal como Haussmann realizou em França, negando-lhe a paisagem da Paris medieva (BENCHIMOL, 1990).

“Arejar” a cidade, através da abertura de grandes avenidas em detrimento de ruelas históricas, repletas de sarjetas, ainda impossibilitadas de receber o automóvel, bem material tão sonhado e desejado pelas elites da época. “Arejar” a cidade, através do

arrasamento de morros que impediam a existência de uma paisagem simétrica, plana, horizontal, tão desejada pelo ideário positivista e cartesiano e que “sujava” a paisagem da cidade, tanto pela população que os habitava, como pela sua assimetria. Enfim, tudo isso era muito científico na época e utilizado como discurso oficial para promover reformas urbanísticas que atendessem aos anseios de uma elite urbano-industrial, no que se refere à Europa, e no caso brasileiro de uma elite já urbana, porém, oriunda de uma oligarquia agro-cafeeira. “Arejar” a cidade constituía-se como científico, no instante em que era comprovado por sanitaristas e técnicos higienistas como o remédio mais eficaz para os “males” urbanos de então. Todavia, não podemos esquecer que tanto os engenheiros, quanto os técnicos higienistas e sanitaristas, faziam parte desta mesma elite mandante e pensante, que nada mais fazia que justificar cientificamente, e, conseqüentemente, mascarar, o espraiamento do modo de produção capitalista, materializados na paisagem urbana, através das reformas urbanísticas (BENCHIMOL, 1990).

Na Europa, notadamente em França, o modelo haussmaniano serve como exemplo de êxito de recomposição urbanística. Tal como realizado no Rio de Janeiro de Pereira Passos, difere consideravelmente das propostas da Sociedade Francesa de Urbanistas e, conseqüentemente de Agache, pelo fato de serem obras pontuais, isto é, realizadas em partes de uma cidade, denominadas à época como “cirurgias urbanas”, não constituindo um plano de cidade.

Prevalecia ainda a ideia dos melhoramentos setoriais e pontuais, ainda ausente de uma visão de planejar o futuro da cidade no seu todo, tal como, mais tarde, pensou Agache e sua Sociedade Francesa de Urbanistas.

Entrementes, não há como negar o quanto a grandiosidade e influência marcantes da obra de Haussmann repercutiram em todo o mundo. Indubitavelmente, constituiu-se num exemplo de interferência urbana de grande vulto e projeção, compilado por infindas administrações de cidades de sua época, que também desejavam materializar a modernidade em suas paisagens citadinas.

A cidade *haussmaniana* possuía uma espacialidade que obedecia todas as premissas da *modernidade* e *positivismo*, agora impressos na paisagem urbana. Então, se falamos de “espacialidade mais clarificada e aberta”, negando e anulando a configuração da paisagem da cidade dos tempos medievos, torna-se inegável a presença da análise espacial, isto é, da Ciência Geográfica, seja nos questionamentos e razões que levaram essa cidade a tornar sua “espacialidade mais clarificada e aberta”, seja em perceber os porquês da cidade medieva ser considerada escura, estreita, pequena, suja, feia etc.

A Sociedade Francesa de Urbanistas e Alfred Agache propunham, no alvorecer



do novecentismo, novas formas de pensar o Urbanismo, mais tarde denominados de *Urbanismo Formal* ou *Urbanismo Francês*. A inovação consistia em dotar de mais cientificidade esse urbanismo, investindo em pesquisa científica e inserindo levantamentos a partir de projeções matemáticas, fotografias aéreas e dados estatísticos, já que a ideia era planejar a cidade para o seu futuro. Nesse sentido, aplicavam um pensamento oriundo das ciências naturais, muito em voga a partir da influência positivista de fazer ciência, enxergando a cidade como um organismo vivo e completo, logo, sendo o urbanismo uma espécie de “cura” para todos os “males urbanos”. Dessa forma, não haveria mais espaço, sob a ótica deste *Urbanismo Francês*, para intervenções parciais ou pontuais, tal como se fazia até então, nas cidades.

Esse *Urbanismo Formal*, já supracitado, buscava, pela primeira vez, trazer respostas satisfatórias, no que tange às inúmeras necessidades sociais, logo urbanas, tal como a habitação e sua reprodução no espaço. Fazia-se urgente não só aumentar o número de habitações nas cidades, mas também oportunizar qualidade de vida a partir da salubridade, higiene e espacialização. Essa última, de maior foco à Ciência Geográfica, diz respeito, outrossim, aos agentes reprodutores do modo de produção capitalista no espaço, a mando do poder público (estado em todas as suas instâncias), que já principiavam um processo de sobrevalorização do solo urbano, ao que hoje denominamos de “especulação imobiliária”. Daí, também se originam, a partir do planejamento urbano, as primeiras formas de segregação sócio-espacial, com a criação de setores e bairros residenciais periféricos.

Fazia-se assaz urgente a evolução, se comparado ao planejamento urbano em Europa. Permanecer somente na questão estética e embelezamento pontual das cidades, tal como se realizava até então não era o suficiente para atender às novas necessidades que o modo de produção capitalista impunha ao espaço urbano. Nesse sentido, é indubitável negar que as cidades cresciam, recebiam funções novas e específicas, tais como a habitacional, comercial ou industrial. Logo, o planejamento urbano deveria evoluir a fim de atender a efetivação e manutenção dessas tendências. Dessa forma, o *Urbanismo Formal* ou *Francês*, de que Donat-Alfred Agache fazia parte, propunha, pela primeira vez, a previsão e espacialização dessas áreas, nas cidades, de modo a planejar a expansão urbana para o futuro.

Essa demanda implicava, conseqüentemente, dotar o espaço urbano de mais investimento em infra-estrutura pública, tais como energia elétrica, gás encanado, redes de esgoto e abastecimento de água, o que consistia uma inovação para a época.

Assim, o *Urbanismo Francês* ou *Formal* se configura como instituição, originalmente denominado de *Sociological Urbanisme Parlant*. Tal movimento francês de urbanismo e seus adeptos (dentre os quais, Agache), tornaram-se mundialmente

conhecidos a partir de uma conferência sobre planejamento urbano, organizada pelo *Royal Institute of British Architects* e por Raymond Unwin, e realizada em Londres, em 1910, intitulada *Town Planning*. A tônica era dialogar acerca dos desafios arquitetônicos que o crescimento das cidades exigia (BRUANT, 2000).

A partir daí, crescia a visibilidade mundial da urbanística francesa, pois seguiam ocorrendo eventos internacionais que discutiam o futuro das cidades, tais como o *Städtebau Ausstellung*, sediado em Berlim, também em 1910. Posteriormente, em 1913, aconteceu o Primeiro Congresso Internacional sobre construção de cidades e organização da vida municipal, na cidade de Gand. Nessa oportunidade, Agache e sua equipe apresentaram seu projeto para o planejamento de Canberra, na Austrália, que fora premiado, e que rendeu, mais tarde, convite para executá-lo nesta cidade australiana.

Lamas (2000) afirma que nesse tempo, dentro da linha modernista de arquitetos, que Agache compartilhava, os mesmos ainda não criticavam com tanta ênfase o urbanismo que se praticava até então, pois somente tempos depois vão discordar da morfologia urbana tradicional das cidades. Assim, Lamas (2000, p. 259) completa:

[...] não se ligando ao ordenamento urbano, permitiram o crescimento da Urbanística Formal até o final da Segunda Guerra Mundial, quando passam a influenciar definitivamente. [...]

Ainda a respeito das inovações inauguradas pela *Urbanística Francesa*, Lamas (2000, p. 259) acrescenta:

[...] A escola francesa caracterizada pela utilização de traçados clássicos, quadriculas, praças e perspectivas – trabalhadas a aquarela e carvão, em impressionantes desenhos que fixavam o ordenamento visual. Estas características faziam do urbanismo um artigo de exportação, prestigiando a irradiação da cultura francesa. [...]

Inseridas nesse mesmo raciocínio, estão as ideias de Montaner (1997, p. 9), ao refletir a respeito deste urbanismo francês do alvorecer do século vigésimo:

[...] se consumiu em uma grande transformação ao abandonar paulatinamente as estruturas da realidade e buscar novos tipos de expressão no mundo da máquina, da geometria, da matéria, da mente e dos sonhos, com o objetivo de romper e diluir as imagens convencionais e ir buscar formas completamente novas. Os recursos básicos destas transformações foram os mais diversos mecanismos que possuíam na abstração como superar as estruturas das artes representativas: invenção, conceituação, simplificação, elementarismo, justaposição, fragmentação, interpretação, simultaneidade, associação ou *collage*. [...]

Foram, respectivamente, o Museu Social de Paris e a Sociedade Francesa de Urbanistas que consolidaram tal movimento modernizador de urbanismo praticado em França. Tais ideias eram divulgadas em dois periódicos editados e publicados por essa mesma Sociedade, a saber, *Le Mouvement Social*, mais dedicado à publicidade e *La Science Social*, mais voltado às pesquisas científicas de cunho social, dentre eles o urbanismo.

Alfred Agache trabalhou no *Musée Social de Paris* a partir de 1902, desempenhando labores da ordem administrativa. A *Société Française d'Urbanistes* originou-se da Seção de Higiene Urbana e Rural do Museu Social de Paris (*S.H.U.R. du Musée Social de Paris*) e fora fundada em 1912, por seus primeiros membros, a saber, Alfred Agache, Tony Garnier, Leon Jaussely, André Berard, dentre outros. (LAMAS, 2000, p. 259, 556).

Deveras importante para a ampliação e efetivação da Sociedade Francesa de Urbanistas foi a figura de André Siegfried, um dos primeiros diretores do Museu Social de Paris, e que tempos depois fora alçado ao cargo de Ministro de Comércio da França, o que lhe permitia promover ainda mais tal Sociedade de Urbanistas.

Então, passado o tempo da Primeira Grande Guerra, tal ministro vai influenciar na promulgação de uma série de leis e regulamentos que implementaram o *Urbanismo Formal* da Sociedade Francesa de Urbanistas. Nesse sentido, a Lei Cornudet, promulgada em 1919, consistia numa legislação que obrigava todas cidades francesas com população superior a dez mil habitantes, a realizarem um plano ou regulado urbano.

Tudo isso contribuiu para elevar o urbanismo ao *status* de ciência, já que sua importância e valor cresciam vertiginosamente na sociedade francesa como um todo. Em termos culturais, tornava-se o urbanismo mais um valor francês a ser exportado para todo o mundo.

Sendo assim, as grandes exposições mundiais, já supracitadas, tornavam-se as “vitrines” que o *Urbanismo Francês* necessitava para irradiar-se, agora apoiado pelo governo francês, via diplomacia, que também participava e financiava a participação de expositores franceses e seus projetos, dentre eles, Alfred Agache.

Dessa forma, se o *Urbanismo Francês* evoluiu e se difundiu mundo afora, aumentaram, na mesma proporção, os compromissos e responsabilidades do Museu Social enquanto instituição promotora. A partir daí, seria de incumbência desta instituição a coleta de dados estatísticos e sua respectiva interpretação, no plano econômico e social da capital francesa, e, posteriormente para França como um todo.

Nesse instante, Alfred Agache fazia parte do corpo técnico do Museu Social de Paris. A partir de contato cotidiano com a pesquisa, coleta, análise e interpretação de dados estatísticos e sócio-econômicos, aumentou seu interesse pelas Ciências

Humanas, notadamente a Sociologia. Nesse aspecto, Bruant (2000, p. 184) tece alguns comentários acerca da vida profissional do urbanista em questão:

[...] foi a combinação particular de seus estudos de Ciência Social com a arquitetura que o conduziram ao urbanismo. Mais do que preocupações morais ou doutrinárias de ação social é um *procedimento científico de projeto* que o urbanista Agache vai encontrar junto à Ciência Social. Ela o faz passar de uma *tipologia social* a uma *tipologia espacial* e autoriza a tradução formal da *fórmula social de um território* no planejamento dos diferentes elementos que condicionam uma aglomeração urbana. A partir desse encontro, concebe a idéia de uma *cidade orgânica*, onde as formas sociais se superpõem e onde a previsão consiste em reformar para curar, a fim de indicar o significado de uma evolução natural dos tipos sociais e espaciais. Disto ele deduz o elemento central de sua doutrina urbana: o *zoning* como planificação urbanística dessa evolução positiva da cidade. [...]

Estamos falando de um arquiteto-urbanista que construiu seu pensamento, sua visão de cidade e de planejamento urbano a partir das Ciências Humanas, sobretudo da Sociologia. Também podemos perceber o quão o campo, a coleta e interpretação de dados estatísticos estavam presentes em sua formação e atuação profissional antes de chegar ao Brasil. Após a afirmação de Bruant (2000), outrossim, observamos a intimidade que Agache possuía com categorias e conceitos, próprios da Ciência Geográfica, tais como *espaço*, *território* e *aglomeração urbana* (essa última, diga-se de passagem, mais presente na Geografia Tradicional do tempo de Agache, que nos dias atuais, dada sua quantificação). Ademais, não podemos negar a presença da doutrina comteana, imperante nas ciências modernas, quando fala da uma “evolução positiva da cidade”, prevendo essa evolução a partir de um ordenamento territorial, baseado nos ideais de ordem e progresso positivistas. Nesse sentido então, indagamo-nos: Dúvidas há sobre a presença, influência e relevância da Ciência Geográfica no Urbanismo de Agache?

Definitivamente, o convite que o urbanista francês recebeu para elaborar o plano do Distrito Federal, a Cidade do Rio de Janeiro, é reflexo de sua atuação na Sociedade Francesa de Urbanistas, bem como sua frequente participação em feiras internacionais, que resultaram em demasiada visibilidade, por parte dos especialistas em urbanismo e administradores públicos de cidades.

Nesse tempo, tanto a Sociedade Francesa de Urbanistas como o Museu Social de Paris cresciam em termos de membros associados, a saber, uma miríade de intelectuais, que desejavam contribuir acerca da discussão sobre as interferências nas cidades. Historiadores, sociólogos, novos urbanistas, economistas etc., tinham agora esse espaço para refletir a respeito de quais seriam as melhores ações do Homem interferindo na produção e reprodução do espaço urbano. Logicamente, nesse mesmo tempo, a

presença do profissional *geógrafo* não constava dessa “mesa” de discussão. Ainda não havia regulamentação dessa profissão, bem como a formação oferecida em Geografia nesse momento não tinha o objetivo de atuar profissionalmente, nesse âmbito. Sem embargo, não podemos negar que discutir acerca da interferência que o Homem causaria na cidade, “preparando-a” para o futuro, é temário da Ciência Geográfica, então a Geografia estava presente sim, mesmo que seus argumentadores não soubessem ou percebessem.

Esse também foi o momento de rompimento com o modelo haussmaniano, imperante até então, no que tange às interferências urbanísticas numa cidade, e que servia de exemplo de modernidade materializada no espaço, para todo o mundo. A partir da Sociedade Francesa de Urbanistas, a cidade era vista como um organismo vivo e inteiro, ou seja, um *todo*. Logo, não havia mais espaço para interferências parciais, as denominadas “cirurgias urbanas”, realizadas pelo Barão de Haussmann, em Paris, no Século XIX, e por Pereira Passos, no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século vigésimo, à guisa de exemplificação.

A Sociedade Francesa de Urbanistas pregava mais cientificidade na questão urbanística, cada vez mais apurada metodologicamente e ancorada em investigações sócio-econômicas, tais como a estatística, o recenseamento entre outras. Os frequentes pedidos e “encomendas” de planos para cidades de todo o mundo são os maiores exemplos de sua aprovação e aceitação, assim como do rigor e lisura metodológica, aprimorados através da experiência adquirida na realização de múltiplos planos urbanísticos.

A respeito dos critérios metodológicos e de sua visão futurista e integral da cidade planejada pelos membros da Sociedade Francesa de Urbanistas, e, conseqüentemente, por Alfred Agache, Bruand (1997, p. 335) acrescenta:

[...] O mérito de Agache consistia em encarar o urbanismo como uma disciplina ampla onde intervinham todas as questões referentes à vida na cidade: as causas de seu desenvolvimento, os elementos que deviam ser conservados, as necessidades gerais (caráter dos bairros, trânsito local, circulação de conjunto), a superfície e número de habitantes, os edifícios públicos e a repartição dos espaços livres, os melhoramentos que deveriam ser feitos no subsolo. Para ele, os três pontos principais eram a circulação, a higiene e a estética, e foi no sentido destas prioridades que ele concebeu suas propostas para o Rio de Janeiro. [...]

Ora, elementos supracitados, tais como *causas do desenvolvimento, caráter de bairros, superfície, número de habitantes, espaços livres, subsolo*, evidenciam a presença da Ciência Geográfica na elaboração dos planos de Alfred Agache. Como realizar a

caracterização dos bairros e as causas do desenvolvimento de uma cidade, em tempo anterior ao seu planejamento, sem se reportar à Geografia? E o que dizer então da análise da superfície (sítio), da quantificação de sua população e do seu substrato litológico e geológico? No que tange a essa segunda indagação, tal evidência geográfica se torna ainda mais latente, num tempo de prevalência da Geografia Tradicional, leia-se, *lablachiana* e francesa, na qual tais elementos, puramente fisiográficos e corológicos serviam de base para a afirmação dessa Ciência. Ademais, ao adicionar essa gama de elementos para elaboração de um plano, é inegável seu enfoque interdisciplinar de análise.

Na esteira desse mesmo ponto de reflexão acerca das novas formas de produzir urbanismo, por parte da Sociedade Francesa de Urbanistas, Underwood (1991) afirma:

[...] Para os sociólogos e economistas do Museu Social, e os novos urbanistas da SFU, higiene urbana, progresso moral e prosperidade econômica dependem não só de uma boa circulação, mas também de uma boa organização social e das disponibilidades de confiáveis dados sócio-econômicos, que as organizações possam estudar e fazer urbanismo. Um dos maiores trunfos do Museu Social foi demonstrar à categoria profissional, através de seu trabalho, convincentes análises estatísticas, com ilustrações, gráficos, tabelas, como podemos encontrar nos planos de Agache, uma sucessão de variedades e ensinamentos de como fazer planejamento. [...] (Tradução própria e adaptada)<sup>4</sup>.

Se por um lado temos um urbanismo “moderno” e inovador, praticado por Agache, devemos esclarecer que, ainda assim, constituía-se num modelo de urbanismo discordante do movimento *modernista*, vigente no tempo que Agache chega ao Brasil. O planejamento idealizado e proposto por Alfred Agache ainda possui uma visão tradicional de cidade, diferentemente dos princípios modernistas.

À guisa de exemplificação, enquanto Agache propunha um modelo quadra e lote, com limites bem definidos, diferenciando claramente o que seria privado e público nessa nova espacialização proposta, o *modernismo* preferia a ideia de continuidade espacial, sem divisões. Para melhor conhecermos a contraposição do *Urbanismo Formal*, proposto pela Sociedade Francesa de Urbanistas e o *Urbanismo modernista*, devemos mais uma vez exemplificar.

Quando falamos do *Urbanismo Formal*, praticado pela Sociedade Francesa de Urbanistas, nunca é demasiado afirmar que se tratava de enxergar uma cidade mais

<sup>4</sup> UNDERWOOD, David. Alfred Agache, French Sociology and Modern Urbanism in France and Brazil. *Journal of the Society of Architectural Historians*. June 1991. p. 134.

[...] For the sociologists, and economists of the Musée Social and the early urbanists of the SFU, urban hygiene, moral progress, and economic prosperity depended not a just on good circulation, but also on good social organization and on the availability of reliable socioeconomic data through which its organization could be studied and distributed urbanistically. One of the major goals of the Musée Social was the demonstrate to the working classes, through elaborate, convincing statistical analyses illustred in impressive charts, table, and graphs such as we find in the Agache plan, the success of a variety of paternalistic planning devices. [...]

próxima do ser humano e de suas necessidades básicas. Era assim, um urbanismo estruturado a partir dos moldes positivistas de espaço urbano, então com muitas divisões, subdivisões e hierarquização desses novos espaços, a saber, os lotes, as quadras e as ruas. No que tange ao embelezamento, não podemos olvidar da monumentalidade das edificações, além de pequenos espaços livres, tais como parques, praças e caminhos arborizados.

Já na versão *modernista*, podemos citar os modelos realizados na *Cidade-Luz* do princípio do novecentismo, intitulados de *Ville Radieuse* e *Plan Voisin*. Tais exemplos servem como modelos do que significou o ideal *modernista* de cidade, dotados de muita verticalização sobre pilotis, imensas áreas livres e abertas, permitindo liberdade e visibilidade, bem como a liberação de solos urbanos. Além disso, são propostas que resumem o ideário de cidade contemporânea, demasiadamente valorizados após a Segunda Grande Guerra. Entre os seguidores dessas fontes *modernistas* de urbanismo estão, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, futuros construtores de Brasília.

Nesse sentido, Lamas (2000, p. 293) denomina de *Urbanismo Formal*, aquele idealizado pela Sociedade Francesa de Urbanistas e por Alfred Agache. À versão modernista de Urbanismo, intitula-a de *Novo Urbanismo*. Para ele, esse urbanismo contemporâneo:

[...] tem centrado a sua atenção em torno das questões da forma urbana, recuperando para a cidade, espaços simples quanto tradicionais: a rua ou a praça, e elementos morfológicos de desenho como árvore alinhada ou continuidade dos volumes construídos e das suas fachadas. [...]

Tal como afirmado anteriormente, sabemos que a *Urbanística* de Alfred Agache tinha como fundamentação teórica o positivismo de Comte e Le Play, assim como a Sociologia de Durkheim. Segundo Underwood (1991, p. 135), ao dedicar-se em imenso tempo à Sociedade Francesa de Urbanistas, Agache organizou todo o arcabouço teórico da mesma. Outrossim, no período de 1890 a 1915, foi o grande divulgador de tais métodos e ideias, por inúmeras e relevantes escolas de Sociologia francesas. Nesse ínterim, aconteceu em Paris, mais precisamente no Colégio Livre de Ciências Sociais, o primeiro curso formal de urbanismo ministrado em França. (UNDERWOOD, 1991).

Sendo assim, o *Urbanismo Formal* produziu um planejamento urbano centrado no ser humano, que Marcel Poète (1929) denominou de “ser urbano” (*l'être urbain*). Apresentava-se inovador porque reunia elementos científicos de diversas áreas do conhecimento, daí sua postura interdisciplinar na realização de planos, dotados de demasiada dose de metodologia científica, resultando em eficiência e praticidade na

efetivação dos mesmos. (LAMAS, 2000, p. 259).

Em 1914, ocorreu em Lyon, a Exposição Internacional Urbana, evento que permitiu a Agache ministrar um curso intitulado “Plano de Cidades”, incluindo neste uma disciplina denominada “urbanismo”. Estava dado o ponto de partida de sua difusão metodológica por via acadêmica e institucional (LAMAS, 2000, p. 259).

Enxergar a cidade a partir de elementos tais como sua fundamentação histórica, bem como sua morfologia constituíam a tônica da Sociedade Francesa de Urbanistas. Quem introduziu e ampliou essa visão de cidade, foi um de seus principais membros, Marcel Poète. O mesmo considerava o urbanismo como a “ciência da observação”, segundo a qual a cidade seria “um organismo com vida própria que não a soma de vidas particulares”. (LAMAS, 2000, p. 259).

Essa era a ideia do todo, da completude, da cidade como “organismo vivo”, a partir da sobreposição das ciências naturais sobre as humanas, tão marcante no processo de hierarquização das ciências, advindo da doutrina positivista, e tão evidente na produção de Agache.

Ora, destinar atenção a elementos tais como a *morfologia*, além de preocupar-se com a *fundamentação histórica* do sítio a ser planejado, isso constitui mais uma evidência da Ciência Geográfica, inserida na forma de pensar a *Urbanística Francesa*. Quando Marcel Poète considerava o urbanismo como a “ciência da observação”, podemos perceber similitudes com a Geografia Tradicional, também francesa, dada ao empirismo e à “observação” de campo.

A inserção de base teórica nos planos resultou em qualidade na sua produção, fato que multiplicou e irradiou o campo de ação do *Urbanismo Francês* por todo o mundo. Grandes cidades da época foram planejadas por membros da Sociedade Francesa de Urbanistas, a saber, Hanói, Montreal, São Petersburgo, Rio de Janeiro, Istambul, Filadélfia, Ottawa, Chicago, além de Paris, é claro.

Falando especificamente da produção e participação de Agache, podemos citar os planos de Canberra (Austrália – 1913), Planos de Urbanização de Paris, Dunquerque, Poitier, Dieppe, Orleans (França) e Lisboa e Costa do Sol (Portugal – 1933). Ademais, são inúmeras as suas participações em projetos arquitetônicos, notadamente de embelezamento de parques e praças, por todo o mundo. Exemplo desta é o projeto de urbanização e embelezamento do antigo Parque da Redenção, posteriormente denominado de Parque Farroupilha, em Porto Alegre, repleto de chafarizes, passeios, ornamentos, semelhante a projetos seus como a Praça Paris, no Rio de Janeiro.





Figura 02 – Ante-projeto de ajardinamento do Campo da Redenção, posteriormente denominado de Parque Farroupilha, em Porto Alegre/RS. De autoria de Alfred Agache, o projeto original é de 1928.

FORNTE: AXT, Günter; SCLiar, Moacyr. *Parque Farroupilha Redenção: Histórias de Porto Alegre*. Porto Alegre: Paiol, 2011.



Figura 03 – O Parque Farroupilha da atualidade, ainda obedecendo o traçado original de Agache.

FORNTE: AXT, Günter; SCLiar, Moacyr. *Parque Farroupilha Redenção: Histórias de Porto Alegre*. Porto Alegre: Paiol, 2011.





Figura 04 – A Praça Paris da contemporaneidade, no Rio de Janeiro, projeto original de Agache.

FONTE: Instituto Pereira Passos, Secretaria Municipal de Urbanismo, janeiro de 2004.

Podemos afirmar que a *Urbanística* praticada por Agache e pela Sociedade Francesa de Urbanistas tem seu fim quando ainda encontrava-se em plena expansão e maturidade de suas atividades. As razões para tal, Lamas (2000, p. 268) expõe:

[...] ainda devidamente apetrechada e pronta para responder qualquer desafio, sendo substituída pelos novos, da arquitetura moderna, funcionalistas, através de ação do Ministro Claudius Petit, com a contratação de jovens a partir das *Unités d' Habitation de Le Corbusier*. [...]

Além disso, alterações se fizeram na Lei *Cornudet*, não mais tornando obrigatória a realização de planos para cidades com população acima de dez mil habitantes em França, fato que reduziu drasticamente o mercado de trabalho de arquitetos pertencentes à Sociedade Francesa de Urbanistas (LAMAS, 2000).

Dessa maneira, Alfred Agache aproveitou seu bom momento no Brasil para difundir seu urbanismo e suas propostas, uma vez que já enfrentava certa escassez de trabalho em França. Ao visitar várias cidades brasileiras, consolidava seu espaço e fazia sua imagem sob a forma de palestras e entrevistas. Num convite para visitar e conhecer a capital pernambucana, em 1930, Moreira (1999, p. 149) complementa:

[...] Pode-se assegurar que essa visita foi um episódio importante na

trajetória urbanística do Recife, porque, justamente após este momento, as questões do nascente urbanismo passaram a ser discutidas na imprensa local, e a cidade passou a ser concebida pelos técnicos locais, dentro de uma concepção globalizante, ultrapassando a visão pontual das reformas urbanas que predominava até então. [...] Foi feito um esforço do governo estadual para contratar Agache para chefiar um plano de remodelação, embelezamento e extensão da cidade de Recife, mas tal contrato não chegou a ser concretizado. [...]

Ao realizar a difusão de seu urbanismo de forma didática, o urbanista francês amplia seu mercado de trabalho no Brasil. Mesmo após a elaboração e entrega de seu plano para a capital federal, onde o mesmo fora revogado, ele se fixou no Rio de Janeiro, pois já tinha muitos contatos pelo país, de modo que trabalho não lhe faltaria.

Foi então que em 1939, recebeu convite para realizar consultoria junto ao Escritório Coimbra Bueno Ltda. Esse escritório consistiu numa empresa de engenheiros e arquitetos brasileiros, que dentre outros trabalhos, foi responsável pela elaboração e realização do Plano de Goiânia, nos anos quarenta da pretérita centúria, aí já integrada por Agache.

Podemos afirmar que nesse tempo, tanto no exterior, quanto no Brasil, houve um processo de regulamentação e titulação oficiais para a profissão de arquiteto-urbanista. Em nosso país, isso repercutiu nalgumas modificações. Mesmo existindo enquanto formação desde 1915, o curso de Arquitetura fora então regulamentado em 1933, através do decreto federal 23.569, daí também surgindo os órgãos dessa classe profissional, tal como hoje conhecemos, os Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CREAs).

Tal regulamentação impedia que profissionais estrangeiros dessa área de formação exercessem sua profissão no Brasil sem validação do seu diploma. Foi por esse fato que Alfred Agache se filiou ao Escritório Coimbra Bueno Ltda., pois se recusou a revalidar seu diploma em terras brasileiras.

Ligado a essa empresa de engenharia como consultor, obteve muitas propostas de trabalho, dentre elas, em 1945, o plano de urbanização da capital capixaba. Mais resumido e diminuto, porém com o rigor metodológico de sempre, o urbanista propôs para Vitória a remodelação de bairros e criação de outros, bem como estabeleceu funcionalização, semelhante aos seus planos anteriores com previsões para a circulação, áreas livres, embelezamento etc., além do zoneamento, é claro, na previsão de regulamentação de uso do solo urbano. Da mesma forma que no Rio de Janeiro, realizou algumas palestras voltadas aos meios de comunicação e setores públicos de interesse, de modo a conscientizar a população acerca da importância do urbanismo para o futuro da cidade (LEME, 1999).

No interior fluminense, realizou consultorias a convite das prefeituras,

estabelecendo diretrizes urbanísticas para Petrópolis, Campos dos Goytacazes, Araruama, Cabo Frio e Barra de São João.

Em São Paulo, obedecendo o modelo e os critérios da “Cidade-Jardim” de Howard, tal como propunha para o bairro Laranjeiras no plano do Rio de Janeiro, projetou o bairro denominado Interlagos, numa previsão de expansão da capital paulista. Além de Porto Alegre, de que já comentamos em parágrafos anteriores, na proposta de urbanização e embelezamento do Parque da Redenção, depois denominado Parque Farroupilha em comemoração ao seu centenário. Um pouco mais da importância de Agache no Brasil, Stuckenbruck (1996, p. 114) complementa:

[...] Um homem nem tão iluminado como se podia fazer entender a partir da leitura de alguns jornais e dos discursos empolgados de alguns de nossos técnicos. Agache soube aproveitar muito bem a chance que lhe foi dada por esse nosso prefeito também nem tão iluminado, Prado Júnior... Nesse jogo de interesses na disputa pelo nascente mercado da Cidade, o contratador arrombou os cofres públicos, mas tornou-se um homem famoso e probo; o contratado, embora tenha tido dificuldades para receber integralmente seus honorários, foi de longe o maior beneficiado – aferiu uma boa soma de dinheiro, confeccionou um plano não muito exequível, e ainda, de quebra, garantiu para si sozinho o mercado de planos que surgia de sua própria divulgação. Agache criara no País um mercado de trabalho para ele mesmo ocupar, sem qualquer concorrência à altura por muito tempo. [...]

Agache trouxe pela primeira vez ao Brasil, tal como já realizava em França, a necessidade da discussão, do diálogo com a sociedade, acerca da cidade e de seu futuro. Isso foi deveras inovador para o planejamento e para o Urbanismo em si. Para ele era primordial envolver a sociedade nas discussões urbanas, a fim de conscientizá-la da importância e relevância de qualquer intervenção nas cidades. Logicamente, esse embrião do que hoje conhecemos como *orçamento participativo*, abria espaço somente para a elite da sociedade poder opinar, escolher, sugerir acerca do planejamento de sua urbe. Portanto, era para essa mesma elite que Agache estava prestando seus serviços, daí tais discussões e espaço de diálogos acerca da cidade serem vistos com certa crítica aos nossos olhos da atualidade, já que a maioria da população não fazia parte desta “mesa” de discussão.

A seguir pretendemos abordar a conjuntura político-social e econômica que pairava no país a partir da instauração, até o final da *Primeira República*, na qual a capital desta república, sede dos grandes acontecimentos e decisões, servia como palco e cenário, isto é, via constantemente a transformação e modificação de seu espaço geográfico, de suas formas urbanas. Era o grande momento onde as posições e ideologias políticas de uma elite urbano-industrial que florescia, provocavam reflexos de

demasiada intensidade, resultando em novas *materialidades*, tal como se refere Lynch (1997), para a Cidade do Rio de Janeiro. Discutiremos de forma mais específica, as relações entre o panorama político social que o país vivia à época retratada, e seus reflexos na espacialidade de sua cidade-capital, que resultaram na elaboração do *Plano Agache*. A *jovem* república deveria, obrigatoriamente, ter uma *moderna* capital. E isso implicava em planejar o futuro do Rio de Janeiro, leia-se, de forma estrangeira.

### 3. A CONJUNTURA, A CIDADE... E O PLANO

Esse que fora o primeiro plano urbanístico realizado na Cidade do Rio de Janeiro não deve desvincular-se da realidade política, econômica e social do Brasil à época, bem como da posição desta cidade, com status de capital federal. A ideia de planejar a cidade não passava de um reflexo direto da ideologia política vigente.

O governo de Floriano Peixoto (1891-1894) foi marcado pela unificação dos senhores da terra, a saber, a oligarquia rural oriunda da colônia e império, ainda sobrepujante em tempos republicanos. Inaugurou-se uma nova ordem social e política, na qual a classe média tornou-se aliada do poder. A partir da Constituição de 1898 o imperialismo instalou-se no Brasil sob a forma de empréstimos externos para efetivar a política de proteção ao setor cafeeiro. Nesse período, o capital internacional adentrou as atividades brasileiras, haja vista a abertura de várias filiais de bancos internacionais no país. São os primeiros sinais da subserviência crescente da economia brasileira ao capital estrangeiro caracterizado pelo aumento de investimentos vindos de fora e situação tranquila do comércio exterior, devido ao lucro gerado pelo café.

A Constituição de 1898 respondia a esses interesses com a *descentralização federativa*. Esta permitia certa autonomia aos estados da federação, com organização de exércitos próprios e aquisição de empréstimos no exterior sem intervenção do poder central. Tal período ficou conhecido como *política dos governadores*, com supremacia de Minas Gerais e São Paulo conhecida como *política do café-com-leite*, uma alusão às oligarquias.

Até então, havia nenhuma inovação na economia brasileira, isto é, assim como todas as demais economias ibero-americanas, permanecíamos presos à tradição do Século XIX, ou seja, agrícola, exportadora e tradicional. A dependência dos centros dominantes refletia-se no crescimento e dinamismo da economia, tornando-se vulnerável às flutuações dos preços internacionais e taxações dos produtos primários. (Sodré, 1979)

O início do Século XX é um "paradoxo" para nossa economia, já que, coincidentemente, com toda essa crise e dependência econômica internacional (particularmente da Inglaterra), ocorreu, outrossim, a modernização de alguns setores.

À guisa de exemplificação, trata-se do período de construção de ferrovias, de remodelação da Cidade do Rio de Janeiro e a fase de intensificação do estabelecimento de empresas estrangeiras. É nesse tempo histórico que, lentamente as importações vão sendo substituídas pela produção interna, notadamente nos bens de consumo não duráveis, tais como os setores alimentício e têxtil, tanto na capital federal, como na cidade de São Paulo.

É a acumulação do capital agrícola que possibilitou a produção industrial e ascensão da burguesia brasileira no início do Século XX. A “mola mestra” da economia brasileira à época, ou seja, o setor agrícola voltado para o mercado externo possibilitou o surgimento de um mercado interno que acabou por favorecer a existência de um setor industrial. O café, através de seu protecionismo modernizou vários setores, permitiu o desenvolvimento ferroviário, a rede bancária, embasando cada vez mais o crescimento industrial. Ademais, através das sucessivas crises do café, montantes de capital eram transferidos para o setor industrial. (SODRÉ, 1976).

No íterim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ocorre o grande impulsionamento da indústria nacional, já que a importação de manufaturados torna-se cada vez mais cara e rara. Aliado a isso diminuiu a concorrência estrangeira com a simultânea redução da taxa de câmbio. Quando a guerra findou, iniciou-se a decadência das oligarquias, processo que se acentua com o crescimento industrial. No período pós-guerra, o capital externo faz-se atuante no país através da instalação de indústrias estrangeiras.

Igualmente, no período pós-guerra que ocorreram tensões nos planos político e social. Consolidou-se uma nova classe – a *operária*, manifestada através das primeiras grandes greves de 1918. Essa, sempre fora negada pelo domínio oligárquico. Também podemos afirmar que ainda possuíam um nível de consciência muito ingênuo, devido à origem rural. A reação maior advém da classe média ou pequena burguesia, levando a acontecimentos internos importantes, sob a forma de levantes militares conhecidos como *Tenentismo*.

Todavia, é indubitavelmente importante ressaltar que durante a *Primeira República*, período vigente até 1930, não tivemos no país a participação das classes média e operária nas decisões governamentais e sua devida representatividade. Até então, é a cúpula do café que se constitui como segmento de classe, capaz de reunir condições para representar e governar o país, ou melhor, integrá-lo em torno de seus interesses. (SODRÉ, 1976). Nesse aspecto, Segawa (2002, p. 24) analisa demasiadamente bem, a realidade brasileira à época retratada:

[...] No final dos anos de 1920, a população do Brasil era da ordem de 37 milhões de habitantes, com cerca de 70% vivendo na área rural. Em 1940, esse total atingia mais de 41 milhões, com a mesma proporção de brasileiros vivendo no campo. Novas frentes de expansão agrícola pelo território geraram migrações internas intensas, assim como, em regiões de incremento econômico mais dinâmico (sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro), as tendências apontavam para o deslocamento de populações da área rural para a urbana – a confirmar a caracterização das cidades como locais de estruturação do poder e organização das atividades comerciais e financeiras, bem como das instituições burocráticas do Estado. [...]

No alvorecer do Século XX, a capital federal já possuía uma população superior a meio milhão de habitantes. Em 1920, o Censo Demográfico registrava uma população de 1.147.559 habitantes e constituía-se na grande metrópole nacional. A Cidade do Rio de Janeiro era o grande centro comercial e industrial do Brasil, além de concentrar as decisões administrativas da União. Praticamente 70% de sua população (790.823 habitantes) residia nas freguesias urbanas, somado a um acelerado crescimento das freguesias suburbanas. Possuía o principal porto exportador, recém-implantado, por onde escoava grande parte da produção nacional de açúcar e café.

O Rio de Janeiro, enquanto Capital Federal, possuía algumas especificidades, no que tange à administração municipal. Durante a *Primeira República* ficava a cargo do presidente do Brasil, a escolha do prefeito do Distrito Federal, que geralmente era nomeado, isento de votação. Dessa maneira, seu poder de ação e atuação era deveras limitado e subjugado a satisfazer as demandas do governo federal. Silva (2003, p. 29), explica essa relação subserviente da gestão municipal em relação à União: "Os prefeitos e os chefes de polícia geralmente eram pessoas dissociadas da vida da cidade, pois suas nomeações se davam em função das respectivas articulações políticas em nível federal."

Nessa cidade havia uma burguesia dominante que reivindicava condições mais confortáveis de vida e uma aparência mais bela, de inspiração europeia, ou seja, transformações essenciais (segundo a visão dessa classe dominante) no seu quadro urbanístico que lhe proporcionassem a "dignidade de uma capital". Essa elite cidadina era formada pelos grandes comerciantes e pelos empresários ligados aos setores de serviços urbanos. Ademais, Ferreira & Delgado (2003, p. 227) afirmam que o projeto de modernização que as elites dominantes previam para a cidade, possuía objetivos mais intrínsecos, ultrapassando as questões de embelezamento e remodelação:

[...] No projeto das elites, a modernização significou também um reordenamento geral dos espaços da política, com a manutenção da exclusão popular da mesma, como no Império, e a reorganização dos espaços urbanos e rurais: às casas enfileiradas das colônias rurais corresponderam as vilas construídas nas cidades para confinamento e disciplinarização dos operários urbanos. À nova disciplina de trabalho imposta pela implantação do colonato no campo corresponderam as novas disciplinas de trabalho e de sociabilidade instauradas nas fábricas, nas escolas, nos teatros, nas ruas da cidade, na intimidade da casa. [...]

A ideia de uma cidade embelezada e civilizada não data a partir de Agache e seu plano. Apesar de estar evidente a questão de uma cidade bela, digna do título de capital de um país, no pensamento das elites das décadas de 20 e 30, essa ideologia é manifestada por essa mesma elite e amplamente difundida pelos meios de comunicação, desde o final do Século XIX. Acerca do fato, Mascarenhas (1999) afirma:



[...] Tal atitude se vincula diretamente ao fato destes representarem não apenas uma via para a vida saudável, mas, sobretudo, por constituir um elemento civilizador do ideário burguês importado da Europa, numa conjuntura em que ser moderno é desejar ser estrangeiro. [...]

Apontada como modelo de civilização a ser alcançado, a sociedade europeia, moderna e branca, era fonte de inspiração, sobretudo para as administrações municipais da Cidade do Rio de Janeiro no despertar do Século XX. Diante desse contexto, ao invés de denotar fator de civilização, a cidade era vista como índice de civilidade, uma vez que adequar-se e incorporar-se ao modelo civilizatório europeu, significava, obrigatoriamente, preocupar-se, sobremaneira, com o embelezamento. A cidade, vitrine de um modo de vida que se desejava instaurar, deveria servir então como uma espécie de termômetro de civilidade. (SILVA, 2003, p. 30-31).

Nesse momento, despontava a *Reforma Passos*, projeto de remodelação e embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro encomendado pelo Presidente Rodrigues Alves nos primeiros anos do novo século, ao Prefeito vigente, Francisco Pereira Passos, que retornava da Europa, repleto de sonhos e inspirações, pois havia presenciado as grandes reformas urbanísticas implementadas por Haussmann, na Paris de meados do Século XIX. Sobre os feitos deste prefeito na capital francesa, são indispensáveis as palavras de Picon (2001, p. 86-89):

[...] À ambição de regenerar a sociedade por intermédio dos indivíduos sucedeu um desejo de pacificação social fundada no reconhecimento de segmentações irreduzíveis complexas do corpo social. [...] Os parques, os squares, as avenidas arborizadas da Paris haussmanniana, essa natureza domesticada à qual os higienistas atribuem virtudes curativas estão entre esses recursos. Do oeste ao leste, da Paris burguesa aos bairros populares, deve então estender-se um único sistema de jardins e paisagismo. [...] Equipada e pensada nos seus mínimos detalhes, fundamentada em ideais de regulação que condicionam tanto seus grandes traçados quanto suas áreas de lazer, a Paris que sai das mãos de Haussmann e de seus engenheiros, paradoxalmente, parece uma vasta máquina. [...] Paradoxalmente, também, porque a gestação complexa da Paris moderna poderia ter aparelhado a harmonia dos órgãos concebidos pelos engenheiros. [...]

Nesse sentido, são complementares as palavras de Silva (2003, p. 31):

[...] A Reforma Passos (1902/1906) foi acompanhada da elaboração de várias posturas municipais que visavam regular desde o comércio nos quiosques, até a forma como a população deveria apresentar-se na Grande Avenida. Aproximar-se da estética européia era assegurar uma vida civilizada nos moldes europeus. [...] Nessa perspectiva, a cidade não poderia ser vista como um lugar de normas. Sendo cenário, não tinha vínculo profundo com a vida da população. Lugar de desordem e irracionalidade, o espaço urbano não poderia ser utilizado como elemento educador, pois era usado como instrumento punitivo. A coibição relacionava-se com a necessidade de ratificar a ação

embelezadora e o processo de moralização que estavam contidos nas reformas. A título de exemplo de como o espaço foi utilizado como elemento punitivo/coercitivo, vale lembrar que, após a conclusão da Av. Central, nela só podiam transitar pessoas que estivessem calçadas, o que marginalizava grande contingente da população. [...]

Estamos nos referindo, quiçá, da mais famosa e amplamente conhecida administração da Cidade do Rio de Janeiro. Deveras difundida e objeto de vasta produção científica e acadêmica devido às radicais transformações urbanísticas que causou à cidade, presentes nela até hoje, tais como a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), sendo a primeira diagonal que “rasgou” o centro da capital da República e ligava-se a duas radiais, a Avenida Beira-Mar em direção à Zona Sul e a Avenida Rodrigues Alves em direção à Zona Norte, que margeia o novo porto do Rio de Janeiro, também construído nessa administração.

O país era alvo do capital estrangeiro e todas essas transformações refletidas e sentidas na cidade não passavam de uma consequência natural do processo de modernização pelo qual o Brasil vinha passando. Logo, no espaço geográfico da capital do país, se verificaria a materialização, a concretude como reflexo do momento histórico vigente.



Figura 5: O cais construído sobre o aterro, Praça Mauá e a saída da Av. Central, atual Av. Rio Branco no centro da Cidade do Rio de Janeiro.

FONTE: <http://www.portosrio.gov.br>, (CDRJ – Companhia Docas do Rio de Janeiro. Todos os direitos reservados). Acesso em novembro de 2010.

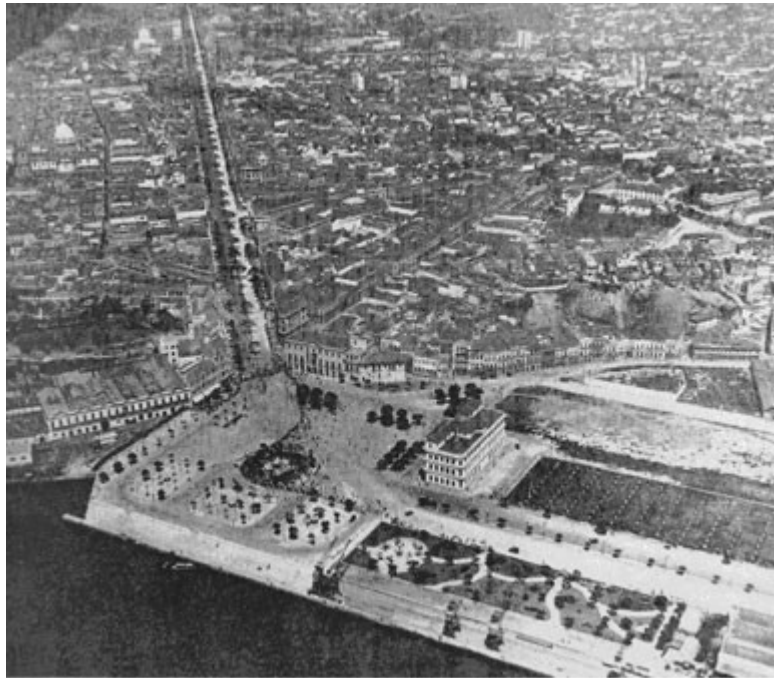


Figura 6: Vista aérea do aterro do Porto do Rio de Janeiro, visualizando-se a Av. Central (atual Av. Rio Branco) e a elevação do Morro da Conceição.

FONTE: <http://www.portosrio.gov.br> (CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro. Todos os direitos reservados.) Acesso em novembro de 2010.

Em 1920 ocorreram mais alterações no cenário urbano da Capital Federal, quando o Prefeito foi Carlos Sampaio. Tornar a cidade bela era uma tônica e, mais fundamentada do que nunca, constituía elemento legitimador das ações da prefeitura. Encaminhavam-se as comemorações para o Centenário da Independência e isso foi motivo para efetuar um velho projeto tão desejado pelas classes dominantes – o arrasamento do Morro do Castelo, cujo aterro criava novos solos urbanos entre a praia de Santa Luzia e enseada da Glória até a ponta do Russel. A idéia do embelezamento a qualquer preço era evidente, inclusive no discurso de posse do próprio Sampaio (1924, p. 5):

[...] o momento presente é de ação, porque é essencial dar à cidade o asseio indispensável, compartilhar tanto quanto o possível do governo federal para o seu saneamento, terminar as obras de embelezamento desta cidade. [...]

Malgrado o discurso acerca do embelezamento da cidade permanecesse como prioridade junto às elites que decidiam o futuro da Capital Federal, podemos afirmar que

já possuía um sentido um pouco diferenciado daquele preexistente no início do século analisado. Sendo assim, Silva (2003, p. 44) complementa:

[...] A idéia de uma capital embelezada com os “vernizes de metrópole européia” ainda era a concepção dominante às vésperas do Centenário. Havia consenso em torno da necessidade de melhoramentos na cidade, já que esta seria palco de uma exposição universal e o olhar do mundo inteiro estaria voltado para o Distrito Federal, porta de entrada e “vitrine” do País. [...] Com o apoio das elites – as cidadinas e as nacionais, que se mobilizavam em torno do aformoseamento da cidade, Carlos Sampaio procurou articular, desde o seu discurso de posse, o embelezamento com a reorganização da cidade. Mas, diferentemente do início do século, em que a idéia de embelezamento relacionava-se somente às transformações estéticas da cidade, havia uma outra, que mesmo de forma incipiente, se articulava aos melhoramentos indispensáveis à cidade, no sentido de “aparelhar a cidade de modo que ela possa desempenhar, tão perfeitamente quanto possível, as suas funções”. [...] Era em torno da concepção de cenário, isto é, as transformações estéticas na cidade assegurando a cópia do modelo europeu de civilização, que Carlos Sampaio tinha seu apoio político, pois as elites, ainda que ligadas às formas tradicionais de acumulação, desejavam que esteticamente a cidade fosse a expressão de um projeto de modernidade. Essa estratégia era muito parecida com aquela da Reforma Passos no início do século. [...]

A cidade já possuía problemas sérios de crescimento urbano, até então mascarados ou negados pelas gestões municipais anteriores. Era grande a migração *campo-cidade* e o processo de favelização, crescente. O Censo Demográfico registrava uma taxa de crescimento da população, de tal forma elevada, que o Rio de Janeiro passava de 1,1 milhões de habitantes em 1920 para 2,3 milhões de habitantes em 1930. (SILVA, 2003, p. 26).

Antes de Agache, a presença do *urbanista* como profissional especialista em planejamento de cidades, bem como as discussões acerca do *Urbanismo* no Brasil eram praticamente inexistentes. Tanto a Engenharia quanto a Arquitetura carioca da época, não sustentavam um discurso plausível que justificasse o planejamento da cidade. Sempre buscavam embasamento e experiência na Medicina Social, que se mostrava mais eficaz na interpretação dos problemas da cidade, através de seu discurso sanitarista. (SILVA, 2003, p. 19).

O *discurso urbanístico* propriamente dito surge no Rio de Janeiro, na gestão Carlos Sampaio, no início da década de 20. Havia nesse momento, como dito, uma política de melhoramentos, objetivando preparar a cidade para as comemorações do Centenário da Independência, em 1922. O ensejo foi então o elemento que tornou possível as primeiras discussões sobre a necessidade da confecção de um plano para a cidade inteira. Todavia, é somente na administração seguinte que essa discussão

consolida-se, devido a questões internas de disputa entre a aplicabilidade, ora da Arquitetura, ora da Engenharia.

No final da gestão Alair Prata (1922-1926) começavam a “engatinhar” tais anseios e preocupações, ou seja, planejar o futuro da urbanização da então Capital Federal. Segundo Stuckenbruck (1996, p. 60), nesse período a presença do *Urbanismo* como Ciência e do *urbanista* como profissional é muito vaga, até porque, sequer havia no Brasil uma formação adequada nessa área do conhecimento:

[...] A articulação de diversos engenheiros e arquitetos conhecidos da comunidade, [...] como Paulo de Frontin, [...] Edison Passos, [...] propiciou um ambiente de discussões e difundiu a concepção da cidade como organismo – um todo composto por várias partes que devem se articular em sincronia. Foi desta ambiência que surgiu a Comissão do Plano da Cidade, com intuito de racionalizar o espaço onde se viam multiplicar os problemas [...]. As comissões criadas neste período [...] foram fundamentais na formação do novo corpo de especialistas da cidade – os urbanistas. Até então o termo era pouco utilizado, e não havia propriamente um profissional do urbano. [...] A aglutinação dos poucos profissionais, que com suas especialidades particulares discursavam sobre a cidade, nesses fóruns oficiais de debate e deliberações, trouxe para o Poder Público a coordenação desse novo campo de atuação de engenheiros e arquitetos sobre a cidade – o Urbanismo. [...]

Malgrado a administração Alair Prata tenha sofrido duras críticas e reprovações da sociedade carioca à época, é somente nesse momento que o Poder Público passou a gerenciar as diretrizes futuras da urbanização da Cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, fazia-se cabal a elaboração de um plano de melhoramentos para a *urbe* carioca. (STUCKENBRUCK, 1996, p. 60).

Mas o grande trunfo dessa gestão foi justamente conseguir aglutinar ideias tão difusas por parte de engenheiros e arquitetos e chegar a um consenso entre esses profissionais, de que se fazia necessária a confecção de um plano. Embora nada de prático tenha se efetivado nessa administração, ao menos no campo das ideias, ficava como herança ao prefeito subsequente, a conscientização dessa equipe multidisciplinar para enxergar, organizar e planejar a cidade como um todo. Não bastavam discussões e práticas isoladas. Tornava-se deveras necessária uma discussão mais abrangente, organizada e pública, sobre o futuro urbanístico da capital (SILVA, 2003, p. 69).

Antonio Prado Junior foi nomeado prefeito da capital federal pelo então Presidente Washington Luís, que governou o país durante o período de 1926 a 1930, justamente o espaço de tempo em que seu prefeito indicado administrava a Cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se do último presidente da *Primeira República* e a representatividade máxima da

manutenção dos interesses oligárquicos e da política do *café-com-leite* que, como sabemos, alternava no poder, presidentes de São Paulo (café) e de Minas Gerais (leite).

Paulista, e sem jamais ter exercido cargo público anteriormente, além de inexperiente politicamente, Antonio Prado Júnior foi nomeado prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. A administração municipal encontrava-se em perfeita consonância com a União, isto é, a manutenção e importância política das oligarquias mineiras e paulistas, inclusive comprometendo a realidade urbana do Rio de Janeiro. Stuckenbruck (1996, p. 61) enfoca diretamente a trajetória de Prado Júnior para tornar-se prefeito da cidade:

[...] Filho de uma tradicional família paulista, até assumir a prefeitura do Distrito Federal, em novembro de 26, Prado Junior não havia administrado nada além de um clube de futebol. [...] Diante do quadro de otimismo que parecia se instalar no país, mais uma vez as amizades e os acordos intra-elites prevaleceriam na escolha da direção do Distrito Federal. Antonio Prado Junior era amigo pessoal de Washington Luís há mais de trinta anos. [...]

A administração municipal de Prado Junior (1926-1930) foi um reflexo da ideologia da classe dominante no país, ou seja, a oligarquia cafeeira. A *Primeira República*, como mencionado anteriormente, era marcada pela exclusão das classes médias e populares ao processo político, inexistindo eleições democráticas. O governo de Washington Luís tornava-se um ponto crítico quanto às tensões sociais crescentes na década de 20, uma vez que a oligarquia cafeeira representava cada vez menos os interesses da nação.

De caráter extremamente repressor, o governo Washington Luís caracterizou-se pela política tradicional de transferência dos ônus às classes populares, privilegiando as classes altas, no qual revoltas populares eram reprimidas com violência. Tal governo é percebido pela total ausência das classes médias e populares na administração municipal.

Então de que forma insere-se um plano urbanístico municipal, circunscrito à área urbana, dentro da disputa *setor industrial X setor agrário* e desempenhado por um representante da oligarquia? A resposta a essa questão dá-se quando a idealização desse plano já nasce representando a acomodação entre os interesses, advindos, tanto da burguesia industrial nascente e crescente, como das oligarquias, dentro do mesmo espaço urbano. A essa emergente burguesia interessava adequar a cidade à existência de um já considerável setor industrial que demandava crescentes investimentos na infraestrutura de saneamento e viária, assim como remodelação e embelezamento a partir de valores estéticos impostos por essa mesma burguesia. Tal qual a acumulação agrícola resultou no surgimento do setor secundário, esse mesmo capital inicial agrícola, provocou e permitiu a reestruturação urbana da cidade no espaço (REZENDE, 1982).

A modernização pregada pela *República* e seus ideais positivistas de *ordem e progresso* provocaram o surgimento de grandes e muitas obras, portos, ferrovias etc., que acabaram por refletir-se diretamente na dinamização urbana. Tratava-se de intensos investimentos externos no setor público de serviços.

Tal modernização republicana oriunda do setor primário num primeiro momento e, posteriormente, do capital estrangeiro, diga-se o inglês, implicava numa conseqüente remodelação da cidade, adequando-a aos padrões ditos modernos pela burguesia urbana crescente. Ideologicamente falando, o plano de remodelação representava uma espécie de permissão da oligarquia à burguesia poderosa, já próxima do poder e residindo na cidade, para empreender modificações necessárias ao desenvolvimento urbano, adequando-se ao sistema capitalista. A oligarquia decadente não podia mais negar atenção para a cidade numa época em que se faziam as reivindicações e agitações, decidindo então por colocar em prática essa remodelação (REZENDE, 1982).

O planejamento que se pretendia deveria ser traçado com os objetivos de ampliar a infraestrutura e proporcionar o embelezamento à capital federal. Pelo fato de ainda ter sido elaborado e financiado pela oligarquia, mais uma vez as classes populares são alijadas do processo de planejamento. Outro objetivo, quiçá o mais importante, era restaurar a ordem, resolvendo os conflitos com a burguesia e escondendo aqueles advindos das classes médias e baixas. A principal justificativa para importar um urbanista francês para tal empreitada está no fato de que a comissão nacional responsável por tal feito era um fracasso, no que tange a objetivos práticos. Muitas e amplas reuniões da “nata” de arquitetos e engenheiros da cidade foram insuficientes para deixar o campo teórico e elaborar efetivamente o plano, após anos de discussões.

A imprensa também denunciava, declaradamente, tal deficiência. Sem chegar a nenhuma eficácia, ficava a sociedade carioca, à mercê de uma comissão de engenheiros e arquitetos nacionais, que segundo os jornais, mostrava-se negligente em relação à confecção do plano, como se pode verificar abaixo:

[...] O embelezamento do Rio

A Prefeitura Municipal não possui uma secção de architectura, encarregada de delinear o conjuncto da edificação de uma rua, de um bairro, de maneira que nelle as construcções apresentassem harmonia. Realmente tal coisa não existe entre nós, e homens como esses, habituados á physionomias architectonicas de cidades como Paris onde é exactamente o conjuncto que dá majestade e belleza ás suas ruas, terão forçosamente de espantar-se ante a informação de que nossa prefeitura, absorvida com o problema hoje anachronico de cubagem e de outras inutilidades, esquece de que a sua funcção essencial é cuidar do embelezamento da metropole. O sr. Antonio Prado Junior, ante as suggestões que certamente lhe serão apresentadas pelo urbanista francez, poderá preencher essa grande falta. [...] (Correio da Manhã, 1º/07/1927 – Pág. 4).

Ao assumir seu posto em 16/11/1926, o novo prefeito logo trata de aliar-se às elites locais e atender suas sugestões, já que desconhecia a fundo a realidade carioca. Prado Júnior encontrou a prefeitura em tempos de “bonanza”, já que as imensas dívidas haviam sido sanadas pelo gestor anterior (Alaor Prata), enquanto o país experimentava um crescimento econômico sem igual, provocado pela injeção de capital estrangeiro, somado à política de valorização do preço do café, junto ao mercado externo. Diante desse contexto, Silva (2003: 72) afirma que “essa situação favoreceu a opção de Prado Júnior em fazer grandes gastos, até porque eram esses os desejos da população e das elites que o apoiavam.”

Como secretário geral da Sociedade Francesa de Urbanistas, Agache se mostrava deveras presente e atuante, participando de inúmeras exposições internacionais e levando ao mundo o conhecimento do trabalho da *Urbanística Francesa*, de modo que seu nome logo é lembrado na hora de convidar um urbanista estrangeiro para elaborar o plano da capital federal (LEME, 1999, p. 29; SILVA, 1996, p. 401).

Se já havia certo consenso, tanto na urgência de elaboração do plano, como na contratação de um urbanista importado, fazia-se vital então, elaborá-lo o mais rapidamente possível. Godoy (1943, p. 33), enquanto chefe daquela comissão, recomendava ao prefeito:

[...] Antes de tudo, mister é que se organize um plano completo de remodelação, compreendendo o aperfeiçoamento de todos os órgãos urbanos, plano que só pode ser traçado por um urbanista com competência técnica e o bom gosto de um Stübben, de um Bennet, de um Jaussely, de um Agache, o glorioso autor da capital da Austrália. [...]

A decisão, então tomada pelo prefeito vigente, foi de importar um urbanista para a elaboração do plano para a cidade. As inspirações do modelo de cidade europeia desenvolvida e bela, aliadas às aspirações burguesas, levam à opção de um francês para a elaboração do plano. A França, à época, muito mais que na atualidade, era uma referência para o Brasil, determinando os valores burgueses, notadamente quanto à estética e unificando aspirações tanto da burguesia urbana quanto das decadentes oligarquias rurais. Em janeiro de 1927, Alfred Agache e sua equipe assinam o contrato com o embaixador brasileiro em França, após um pequeno processo burocrático que decorria desde novembro de 1926 (SILVA, 2003).

A justificativa oficial, por parte do governo federal e da prefeitura de sua capital, foi a de que Agache faria uma série de palestras e conferências sobre o temário do *Urbanismo Francês*. Ao chegar ao Brasil, o urbanista em questão realizou tais conferências para as quais fora convidado, muito divulgadas pelos meios de



comunicação da época, acerca do *Urbanismo* mais contemporâneo que se praticava na Europa. Havia interesse, por parte de Prado Júnior, em que o urbanista francês se tornasse conhecido do grande público, na tentativa de sanar dúvidas a respeito da contratação de um estrangeiro para tal feito, bem como para trazer novos conhecimentos sobre a Ciência que o referendava – o *Urbanismo*.

Após a realização do supracitado ciclo de palestras, além de entrevistas coletivas aos meios de comunicação da época e, outrossim, depois de viajar pelo país, a fim de conhecer a dinâmica urbana de algumas cidades brasileiras, Agache finalmente convenceu os setores públicos, privados e suas respectivas lideranças de sua contratação, garantindo-se como profissional capacitado. Nesse sentido, de modo sutil, impediu que outros concorrentes seus, fossem também convidados a visitar a Cidade do Rio de Janeiro.

De toda sorte, se estabeleceu no Rio de Janeiro, com o fito de elaborar o plano para o qual fora contratado. Para tal feito, o urbanista necessitava consultar material de pesquisa, tais como mapas, plantas, cartas, relatórios, trabalhos anteriores, justificando uma interação maior sobre a realidade da cidade a que se pretendia planejar. Segundo consta, tais consultas somente foram plenamente atendidas a partir de iniciativa de seu amigo pessoal e chefe da antiga comissão de melhoramentos, Armando Godoy (SILVA, 2003; ALBUQUERQUE FILHO, 1959).

Agache logo colocou em prática sua vastíssima experiência, advinda da Sociologia, com seus métodos e teorias. Adotando práticas já executadas para planos realizados em seu país, propõe para o Rio de Janeiro, a mesma difusão das idéias por imitação (a partir da psicologia social de Tarde<sup>5</sup>, amplamente utilizada pela Sociedade Francesa de Urbanistas, afirmando que a maioria das cidades desejavam “se parecer com Paris”). Nessa sequência, cria o título “Rio: moderna e civilizada como Paris” (AGACHE, 1930).

O grupo contrário à contratação de um estrangeiro para elaboração do plano da capital, a saber, formado por engenheiros brasileiros de renome, encarregou-se de gerar imensa polêmica em torno da presença do urbanista francês.

Enxergando tais críticas e polêmicas como oportunidade, Alfred Agache utilizou essa situação a seu favor, impondo de maneira didática, através de suas palestras, conferências e entrevistas, uma ciência que surgia moderna e nova, o *Urbanismo*.

---

<sup>5</sup> Gabriel Tarde (1843 – 1904) foi, quiçá, o sociólogo mais importante do mundo antes de Durkheim. Foi o criador da denominada *psicologia social*, que consistia, *grosso modo*, na difusão e imitação das inovações no sentido centro-periferia, para isso se utilizando do discurso de convencimento na comunicação da massa populacional. Tarde apontava que a difusão das ideias de forma repetitiva, produziria um aprendizado por imitação. Acerca do tema, consultar: UNDERWOOD, David. Alfred Agache, French Sociology and Modern Urbanism in France and Brazil. *Journal of the Society of Architectural Historians*. June 1991. (p. 135).

No Brasil, a presença de Agache correspondeu à chegada, instauração e inauguração do *Urbanismo Formal*, tão evidente nas propostas da Sociedade Francesa de Urbanistas. Para muitos, esse tempo significou um período no qual, pela primeira vez, o urbanismo estava mais dotado de cientificidade, de discussão, de visão da totalidade ao pensar a cidade. Para outros, o Urbanismo só passou a existir, de forma verossímil no país, a partir de Agache.

No que tange à Geografia, devemos pensar num documento, de caráter inaugural no Brasil, produzido para o planejamento futuro de sua capital, e que está dotado de conhecimentos, evidentemente modernos para a Ciência Geográfica de cunho *possibilista* da época, e que também influenciava a Geografia brasileira desse tempo.

Era inédito no Brasil de então, a presença de elementos tais como fotografias aéreas, bem como suas interpretações, além de dados quantitativos e descritivos, resultado de inúmeros trabalhos de campo e coleta de dados, na realização de um plano de cidades. Após uma, inegavelmente, perfeita descrição do sítio da cidade nos tempos pretéritos desde sua fundação até àquela atualidade, Agache apresentava dados quantitativos recentes, acerca de sua fisiografia, ocupação populacional, economia etc., numa visível tendência e influência da Geografia francesa e *lablachiana*, em seu plano para o Rio de Janeiro.

Em novembro de 1928, Agache e sua equipe finalizam o plano de urbanização para o Castelo, que deveria tão logo ser executado, uma vez que essa era condição determinante no acordo feito entre Agache e a administração municipal. Em 1929, as demais áreas centrais da capital entram em obras, a partir desse plano de remodelação. Nesse ínterim, cabia à imprensa o papel de protestar a respeito do andamento do plano, do qual só se tinha notícia após Agache publicar seus artigos em França, pois os técnicos nacionais permaneciam alijados do processo de confecção do mesmo, por ordem expressa do próprio prefeito (SILVA, 2003, p. 74).



Figura 07: Idealização de Agache para o centro da *Cidade Maravilhosa*.

FONTE: PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL; AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – Remodelação – Embellezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <http://planourbano.rio.rj.gov.br>, acesso em janeiro de 2012.

No instante em que foram apresentados tais resultados, Agache foi rapidamente acusado de plágio pela imprensa, pois ao mostrar suas maquetes, estas se mostravam idênticas aos projetos dos arquitetos brasileiros José Cortez e Angelo Bruhns, já publicados pela *Revista da Semana* em 1921, notadamente em relação à *Porta de Entrada do Brasil*, isto é, uma praça interseccionada por três avenidas, muito similar à projetada pelos arquitetos locais (SILVA, 2003, p. 82-83).

Posteriormente, já em 1930, realizando publicamente sua última prestação de contas, faz-se interessante conhecermos a declaração do prefeito, aprovando fielmente a produção do urbanista francês, bem como justificando a necessidade de grande soma de recursos financeiros provenientes dos cofres públicos para a confecção desse plano. Nas palavras de Prado Júnior:

[...] Através de sua existência de cerca de quatro séculos, o Rio de Janeiro, numa imprevisão total das necessidades futuras, foi se desenvolvendo sem ordem, sem sistema coerente, sem traçado harmonioso, sem concepção de conjunto, guiado apenas pela mão do acaso. Daí os graves defeitos de crescimento, defeitos que hoje se fazem sentir do núcleo central aos arrabaldes longínquos. [...] No intuito de remediar esses erros do passado e evitar a continuidade duma expansão viciosa, mandei executar por um especialista de renome o estudo de extensão e remodelação da cidade com os respectivos projetos concernentes a todos os problemas urbanos. [...] Neste particular, nada havendo encontrado, deixo um plano regulador completo, assentado sobre bases científicas. Ele estabelece não só abertura de novas avenidas com perspectivas monumentais e a reserva de espaços livres, como também a localização higiênica de zonas de domicílios, de zonas industriais e zonas mistas, com as caracterizações necessárias e as respectivas linhas de transportes. [...] Os sacrifícios financeiros feitos agora são amplamente compensados dentro do tempo relativamente curto. [...] (DISTRICTO FEDERAL. Anaes do Conselho Municipal, jun/jul de 1930 – Pág. 5).

Ao longo do transcurso do triênio 1927-1930, é elaborado então, o primeiro plano urbanístico da capital da república, pelo urbanista francês *Albert H. Donat Agache*, auxiliado por uma junta de técnicos, todos estrangeiros.

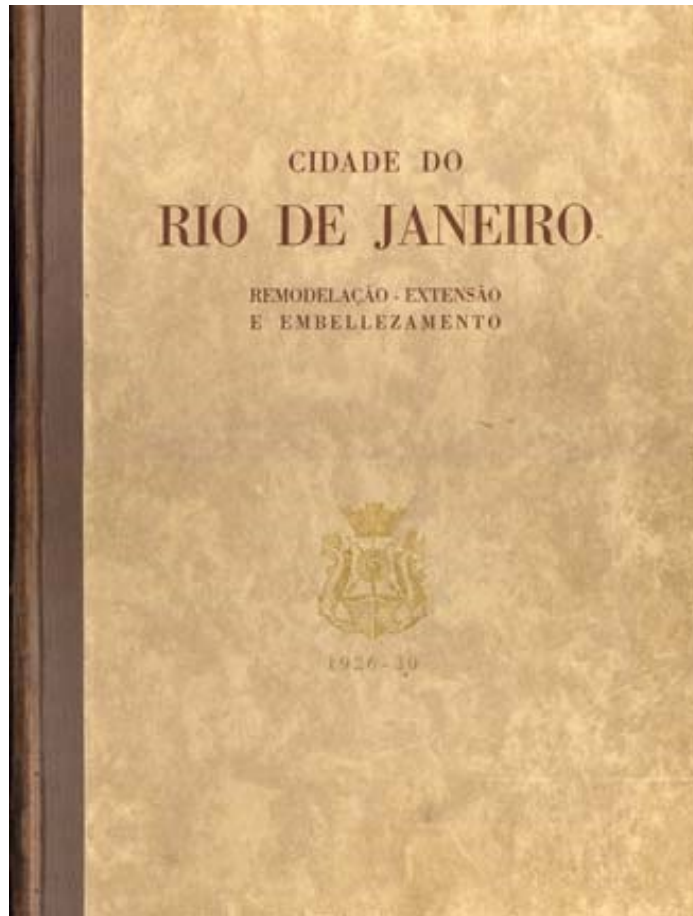


Figura 8: Capa original do *Plano Agache* para a Cidade do Rio de Janeiro.  
FONTE: PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL; AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – Remodelação – Embellezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <http://planourbano.rio.rj.gov.br>, acesso em outubro de 2010.

Após discutirmos acerca do contexto histórico em que estava inserida a Cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, é hora de conhecermos minuciosamente tal plano urbanístico, elaborado por Agache. A seguir, traçamos uma perspectiva, no sentido de compreender melhor essa proposta de extensão, remodelação e embelezamento, tal como se intitulava a obra do urbanista. É nessa direção que discorre o capítulo próximo.

#### 4. EXPLORANDO O PLANO AGACHE PARA O RIO DE JANEIRO

Assim denominado pelo senso comum, o *Plano Agache* priorizava a remodelação e embelezamento da cidade, respondendo aos anseios da burguesia urbana que visava um modelo europeu de capital, nomeadamente o francês. Consistiu em ser um plano apenas físico-territorial sem visar um plano de desenvolvimento (REZENDE, 1982).

O aspecto visual é marcante no *Plano Agache*, influenciado pelo estilo *Beaux-Arts* a partir de critérios definidos pela *École de Beaux-Arts de Paris*, tais como a *monumentalidade* e o *academicismo*. Contudo, observa-se, outrossim, um zelo com a funcionalidade, o que não constitui característica da obras *Beaux-Arts*.

São também observados fortes traços do movimento denominado *City Beautiful*, cuja influência advém do Plano de D. Burnham para a cidade de Chicago, datado de 1909. Tal movimento caracteriza-se pela suntuosidade arquitetônica e ancestralidade clássica, expressas pela grandiosidade dos prédios e refinamentos dos parques públicos, conforme veremos mais adiante. O maior exemplo desse estilo ainda presente na paisagem do centro da cidade é o prédio situado à Esplanada do Castelo, mais precisamente junto à Avenida Presidente Antônio Carlos construído para sediar o Ministério da Fazenda.<sup>6</sup>

As palavras ditas por Burnham vêm ratificar o que fora supracitado e influenciam diretamente Alfred Agache ao elaborar seu plano para a Cidade do Rio de Janeiro, ou seja, um discurso carregado de ambições e soluções grandiosas e dotado de amplo poder de visibilidade e repercussão, malgrado simultaneamente excludentes: "Nada de planos acanhados. Nada de planos pequenos. Eles não têm o privilégio de atingir os nervos dos homens e quase sempre ficam inacabados. Levantai, pois, planos grandiosos!" (AGACHE, 1930, p. 19).

A realidade é que, por razões financeiras aliadas a questões práticas e mais emergenciais, o movimento intitulado *Cidade-Bela*, por onde foi adotado, foi extremamente fragmentário, não passando de ações isoladas dentro da paisagem urbana (RELPH, 1987).

Avenidas exageradamente largas, suntuosos edifícios do Renascimento clássico, canteiros simetricamente floridos, enfim, as diversas propostas do movimento *Cidade-Bela* foram aos poucos abandonadas pelos gestores municipais, notadamente pela questão financeira, já que eram muito onerosos.

Ademais, o auge do capitalismo industrial no princípio do Século XX, clamava por urgentes reformas sociais, melhoramentos nas condições básicas da vida urbana, etc., fato que leva os prefeitos a abandonarem, de certo modo, o movimento *Cidade-Bela* e

<sup>6</sup> Conferir Figura 12, na Página 91.

investirem na praticidade e funcionalidade de pavimentação de ruas e instalação de sistemas de esgoto, por exemplo.

É hora então de mencionarmos a importância da *Zonificação*, como tendência que também influenciou e muito a confecção do *Plano Agache*. Consiste, na prática, de delimitar diferentes áreas da cidade, a partir de diferentes funções, comparado às divisões existentes dentro duma residência. Sua origem dá-se no final do Século XIX na Califórnia, com o objetivo discriminatório de limitar a abrangência e proliferação de lavanderias chinesas e, simultaneamente, na Alemanha, com o fito de retirar matadouros de áreas residenciais (RELPH, 1987).

Los Angeles ampliou a adoção deste método entre 1909 e 1915 utilizando-o como forma de distinguir áreas industriais de residenciais. A adoção generalizada dá-se em 1916, após a aprovação de um regulamento em Nova York, que visava o controle do desenvolvimento de arranha-céus e que separava a cidade em áreas residenciais, de abastecimento e comerciais. O resultado foi uma Nova York *zonificada*, onde apenas determinadas atividades eram permitidas para cada zona e havia várias restrições quanto à altura dos prédios. Boyd (1965: 193) reconhece o valor da *zonificação* ao referir-se à parte velha de Nova York como um “fungo” e a parte nova, já *zonificada*, como uma marca da eficiência. O referido autor enaltece as vantagens atribuídas a *zonificação*, tais como:

- Reduz a instabilidade dos valores dos imóveis;
- Protege os interesses dos proprietários de terrenos contíguos;
- Controla as infrações ao direito ao ar e luz solar;
- Organiza a cidade num sistema coerente de zonas de utilização do solo urbano.

Tal concepção constituiu um dos pilares do urbanismo modernista/progressista amplamente difundido especialmente a partir da década de 30, no Brasil. Posteriormente consagra-se a terminologia “zoneamento” e evoluindo para as futuras propostas de regulação de uso e ocupação do solo.

Após 1926 são aprovados regulamentos de *zonificação* para a maioria das cidades estadunidenses. Praticada desde a década de 20 do Século XX, a *zonificação* é utilizada de forma muito arbitrária e abusiva, provocando a segregação às vezes intencional, para impedir a integração social ou através da especulação imobiliária, manipulando os valores das propriedades. O que é inegável é o impacto que ela causa ao aspecto visual e social da cidade, determinando a distribuição da utilização do solo. Estilos de construção, largura de ruas, altura máxima permitida para edifícios, etc., podem, por exemplo, ser os limites da paisagem urbana que distinguirão uma zona

residencial de uma industrial. O fato é que, de qualquer forma, a *zonificação* por si só, produz paisagens segregadas.<sup>7</sup>

Nas cidades planejadas, projetadas, novas, ou ainda, cidades onde o respeito ao patrimônio histórico foi olvidado em nome da modernidade e, a partir daí, tudo o que é antigo foi “cuidadosamente erradicado”, a *zonificação* contribuiu para produzir uma paisagem urbana coesa, onde as zonas de utilização delineadas nos planos foram exatamente projetadas no cenário urbano (SALGUEIRO, 2001)<sup>8</sup>.

Entretanto, não é possível inserir o *Plano Agache* dentro de uma escola específica. Além de elementos *City Beautiful* e *Beaux-Arts* ocorrem estreitos laços com o planejamento urbano da década de 20, ou seja, ênfase na engenharia urbana, saneamento e tráfego que definem o modelo ideal de cidade eficiente para tal época. Ademais, outro aspecto relevante no plano é a funcionalidade.

O *Urbanismo Progressista*, essa escola, oriunda do Século XIX, principalmente adotada em Paris e Londres para suas reformas urbanísticas, vai também influenciar demasiadamente Agache na elaboração de seu plano para a Cidade do Rio de Janeiro. Dimensionada a partir das obras de Owen, Fourier, Richardson, Cabet, Proudhon e Wells, essa escola traçou ponto em comum entre tais autores, quanto a sua concepção de Homem, determinando suas propostas relativas à cidade. Tratava-se duma visão otimista orientada para o futuro e dominada pela idéia de progresso (CHOAY, 1979, p. 8). A presença do *Urbanismo Progressista* na elaboração do *Plano Agache* fica evidente com a declaração de Choay (1979, p. 9):

[...] A análise racional vai permitir a determinação da ordem-tipo, suscetível de aplicar-se a qualquer agrupamento humano, em qualquer tempo, qualquer lugar. [...] 1º) O espaço do modelo progressista é amplamente aberto, rompido por vários vazios e verdes. Essa é a exigência da higiene [...] O verde oferece particularmente um quadro para os momentos de lazer, consagrado à jardinagem e à educação sistemática do corpo [...] 2º) o espaço urbano é traçado conforme uma análise das funções humanas. Uma classificação rigorosa instala em locais distintos o habitat, o trabalho, a cultura e o lazer [...] Essa lógica funcional deve traduzir-se numa disposição simples, que impressione imediatamente os olhos e os satisfaça. [...]

Encontrados os elementos acima em consonância com a elaboração de Agache, já que seu plano previa muitos ajardinamentos e valorizava áreas verdes, arborizadas e dadas ao lazer, podemos pensar que se tratava de um plano que seguia fielmente o *Urbanismo Progressista*. Todavia há aí uma conclusão equivocada. Ao compreendermos

<sup>7</sup> Diferenças há entre segregação e desigualdade social. Pode ser apenas segregação funcional, que leva a zonas especializadas monofuncionais, que são o oposto do uso misto característico da vida urbana tradicional.

<sup>8</sup> A autora também afirma que o zoneamento pode ocorrer com ou sem “erradicação” do que é antigo. Salgueiro faz aí duas críticas distintas – *modernização* e *zoneamento* – numa mesma frase.

mais esse modelo *progressista*, deparamo-nos com realidades distintas entre a proposta dessa escola e a elaboração do plano.

A dissonância está no fato de Agache ter se utilizado de várias escolas, estilos, influências e ideias e das particularidades existentes somente na Cidade do Rio de Janeiro. À guisa de elucidação faz-se cabal a contribuição de Choay (1979, p. 9) para exemplificar as diferenças entre a cidade *progressista* e a prevista por Agache:

[...] A cidade progressista recusa qualquer herança artística do passado, para submeter-se exclusivamente às leis de uma geometria “natural”. Arranjos novos, simples e racionais, substituem as disposições e ornamentos tradicionais [...] A ordem específica da cidade progressista é expressa com precisão de detalhes e uma rigidez que eliminam a possibilidade de variantes ou de adaptações a partir de um mesmo modelo. [...]

Ao classificar a cidade em zonas e subzonas específicas, percebemos, outra vez, a aplicabilidade do *Urbanismo Progressista no Plano Agache*. O *Urbanismo Progressista*, além de propagar um modelo de *Cidade-Instrumento* – a cidade eficaz, útil, prática, apresenta-se, igualmente, como *Cidade-Espetáculo*.

Agora a estética encontra-se num patamar de importância similar ao da eficácia para os tais urbanistas-arquitetos com formação artística de tradição europeia. Não obstante, há uma espécie de rejeição para qualquer sentimentalismo que evoque algum legado estético do passado, em nome da modernidade. Dessa maneira então, preserva-se tão somente o alinhamento original das cidades medievais, aplicando o urbanismo de forma intransigente e onerosa, tal como se refere Choay (1979, p. 23): "Das cidades antigas, que devem ser replanejadas, só mantêm o alinhamento, praticando o urbanismo de ponta de faca que também satisfaz as exigências do rendimento."

Aqui há uma referência ao desperdício de dinheiro público, quando da destruição de um vasto patrimônio histórico e imposição de um planejamento descabido, em seu lugar. Há de se gastar para destruir, e gastar ainda mais para construir algo “moderno” em seu lugar.

Após apresentarmos as principais influências que inspiraram Alfred Agache na elaboração de seu plano de extensão, remodelação e embelezamento, não podemos desprezar a própria visão do autor acerca do *Urbanismo* enquanto Ciência e de sua especialidade. Iniciemos então com o significado do *Urbanismo*, afirmado pelo próprio, nas páginas iniciais de seu plano:

[...] O Urbanismo é uma Ciência e uma Arte, e sobretudo uma *Philosophia social*. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação



e do descongestionamento das arterias publicas. E' a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levados a effeito mediante um estudo methodico da geographia humana e da topographia urbana sem descurar as soluções financeiras. [...]. (AGACHE, 1930, p. 3).

Doravante, Agache faz nova referência ao *Urbanismo* como ciência e arte simultaneamente, aliando a técnica da primeira com o embelezamento que a segunda pode proporcionar à cidade:

[...] Mas, se o urbanismo é uma sciencia, é também uma arte. Cabe com effeito, ao urbanista interpretar as observações scientificas e as necessidades technicas, em um conjuncto de harmonia e belleza [...] E' preciso para ser urbanista ter a sensibilidade, sentir como um artista e poder exteriorisar, plasticamente, o quadro onde todos os effeitos sociaes da vida se manifestam em immediata coordenação [...] Se o urbanismo fosse apenas uma sciencia, o problema das cidades se limitaria a livros e formulas. Ora, a experiência tem demonstrado que isso é impossivel. [...] (AGACHE, 1930, p. 8).

Ele considerava-se o criador do termo *Urbanismo* e expressou isso no próprio plano, como uma forma de adquirir credibilidade diante da sociedade carioca:

[...] Este vocábulo: *urbanismo*, do qual fui o padrinho, em 1912, quando fundei a "Sociedade Franceza dos Urbanistas", foi, durante algum tempo, como um barbarismo; posteriormente, porém, tendo sido adoptado, adquiriu "foros de cidade". Em todo o caso, é agora universalmente empregado, sendo mais expressivo do que o vocabulo allemão *Staedtebau* e o inglez *Town-planning*, por serem estes últimos mais applicaveis ás construcções [...] Muito me apraz, quando me refiro ao urbanismo, comparar uma cidade ao organismo humano. No organismo urbano, como no humano, encontramos uma anatomia e suas funcções [...] A anatomia da cidade é o seu próprio plano que a define: é o conjunto de terrenos, edificados ou não, a divisão de quarteirões, os espaços livres [...]. (AGACHE, 1930, p. 6).

Agache assemelhava a aglomeração urbana a um organismo vivo, vinculando o plano à ideia de eficiência. Podemos perceber claramente isso no próprio texto do plano: "Nenhuma imagem poderia representar melhor a constituição e a vida nas cidades. Essas nascem, crescem, vivem e, como os seres animais, enfraquecem e morrem."

A partir dessa análise o autor faz uma analogia entre o corpo urbano e o corpo humano, na qual o plano enfoca três funções principais: *Circulação, digestão e respiração*. Agache chamou de *sistema respiratório* a todos os espaços livres, parques, praças e jardins, ou seja, os *pulmões* da cidade. A disposição viária ele chamou de *sistema circulatório*, que possuía a função de repartir para todos os pontos do corpo urbano, a substância necessária à vida e convergindo para o *coração urbano*, isto é, o centro da cidade. Por último, classificou como *aparelho digestivo*, toda a rede de esgotos.

O plano também é marcado pela estética, enfatizando o embelezamento em praticamente todos os capítulos. A tônica do embelezamento é percebida no trecho que segue, à guisa de exemplo: "Esta cidade que goza da mais encantadora moldura tem radiante e imenso futuro, merecendo tornar-se, sob o ponto de vista da remodelação, a mais bela cidade do mundo." (AGACHE, 1930, p. 56).

Tratava-se do Rio de Janeiro visto a partir dum olhar estrangeiro, no qual a preocupação com a imagem da cidade é uma tônica. Essa visão é descrita no capítulo intitulado *Entrada do Brasil*:

[...] O Rio de Janeiro oferecerá assim à admiração do visitante chegado por mar, uma entrada monumental, correspondente à importância e aos destinos da capital. É aí que as autoridades receberão as personalidades eminentes que chegam por vapor ou por hidroavião, as quais poderão desembarcar por meio de lanchas diante da escada de honra emoldurada por duas grandiosas colunas. [...] (AGACHE, 1930, p. 161).

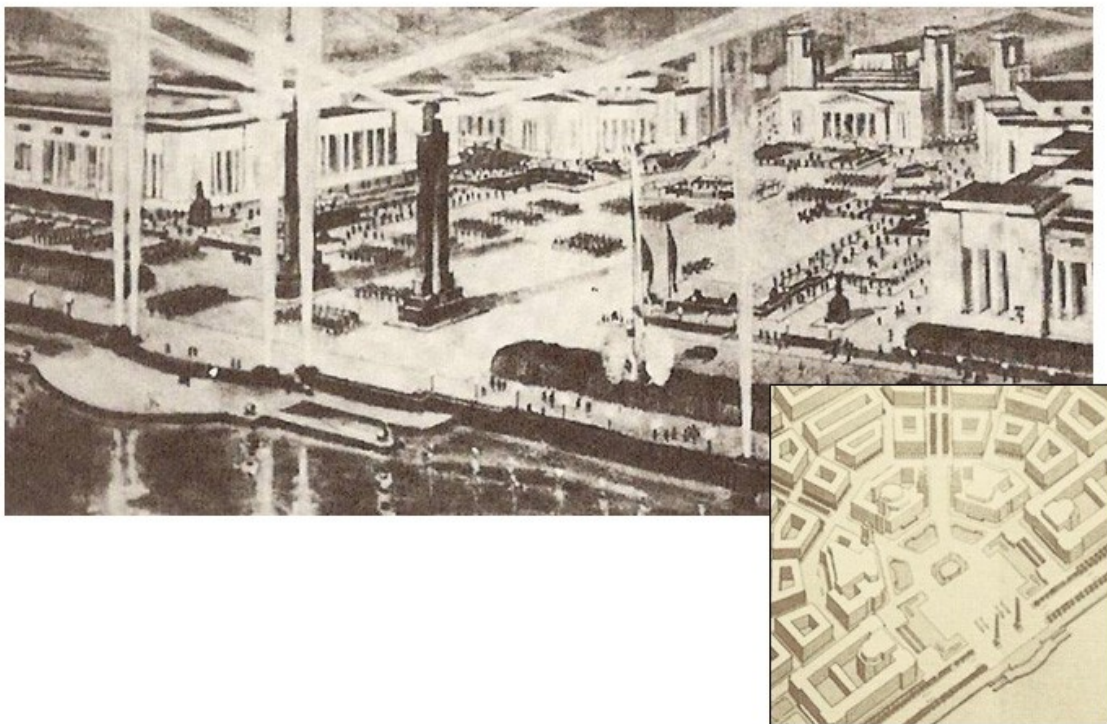


Figura 09: **Porta de Entrada do Brasil**

FONTE: PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL; AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – Remodelação – Embellezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <http://planourbano.rio.rj.gov.br>, acesso em outubro de 2010.

Em veracidade, Mestre Valentin, no Rio de Janeiro do setecentismo, já possuía tal ideia urbanística para a Baía de Guanabara e atual Praça Quinze de Novembro, e havia

deixado registrada essa visão em seus relatos. Fato que causou muitíssima polêmica, quando Agache apresentou a “Porta de Entrada do Brasil”, como algo inovador.

O simbolismo de duas colunas monumentais e escadarias que levariam ao mar compunham a marca urbanística necessária na completude do cenário esplendoroso da Baía de Guanabara. Assim Agache descreve:

[...] em face á bahia e no lugar de honra, se instalará o governo federal num conjuncto que dará á obra do homem na cidade a nota grandiosa que lhe falta. O Rio de Janeiro oferecerá assim á admiração do visitante chegando do mar uma entrada monumental reffletindo a importancia e os destinos da cidade. [...] (AGACHE, 1932, p. 84).

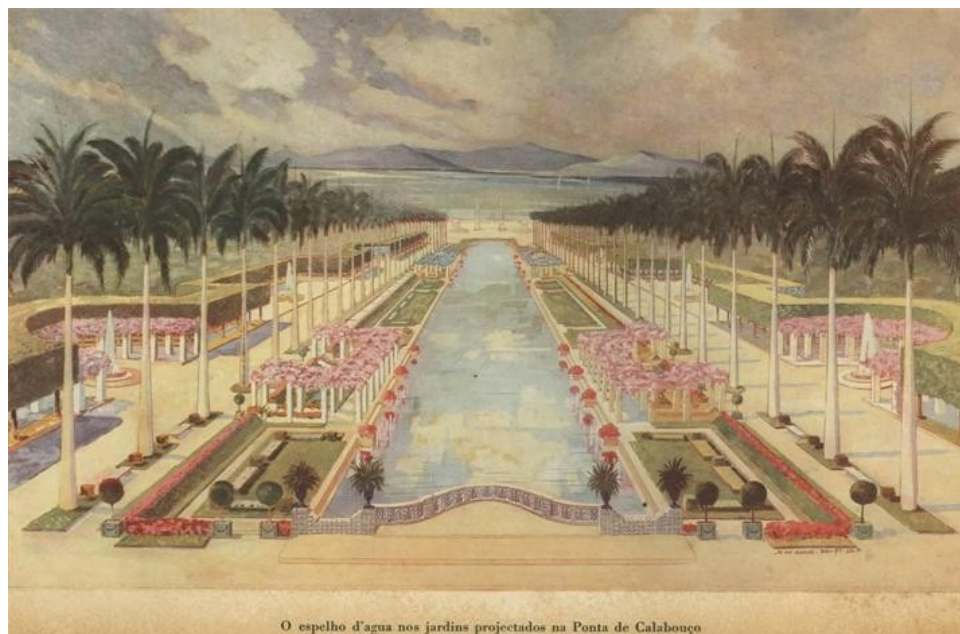


Figura 10: Jardins da Ponta do Calabouço, idealizada no *Plano Agache*.

FONTE: PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL; AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – Remodelação – Embellezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <http://planourbano.rio.rj.gov.br>, acesso em outubro de 2010.

A “Esplanada do Castelo”, assim denominada por Agache, área ganha a partir do desmonte do Morro do Castelo, arrasado no início da década de vinte do vigésimo século, daria sequência a essa “Porta de Entrada do Brasil”, sendo o palco imediato dos grandes eventos da nação, e de suas principais instituições públicas, dotadas de grandes avenidas. Ou seja, o espaço cívico, para as cerimônias, comemorações pátrias, etc. Enfim, um espaço ideal para servir a um governo nacionalista e ditatorial, bem condizente com o da “Era Vargas”.





Figura 11: **Esplanada do Castelo e Ponta do Calabouço.**

FORNE: **PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL; AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – Remodelação – Embellezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <http://planourbano.rio.rj.gov.br>, acesso em janeiro de 2012.**

A proposta monumental, isto é, a verticalização dos edifícios que sediarão as principais instituições públicas da capital federal e da nação brasileira, foi idealizada por Alfred Agache a partir de uma arquitetura que representasse o peso, a grandiosidade e a solidez do Estado, semelhante à arquitetura de cunho nazista e fascista desse tempo histórico. (UNDERWOOD, 1991, p. 130)

Deveras inspirado nesse tipo de monumentalidade, Agache adotou para a edificação da *Esplanada do Castelo*, linhas arquitetônicas similares ao Terceiro Reich alemão e ao Palácio Soviético de Iofan (1934), tão amplamente difundidas na Exposição Mundial de Paris, de 1937 (FRAMPTON, 2000, p. 255).

As marcas urbanísticas idealizadas por Alfred Agache, presentes até hoje na paisagem materializada no espaço geográfico do centro da Cidade do Rio de Janeiro são os prédios do antigo Ministério da Fazenda e Ministério de Trabalho, situados à Avenida Presidente Antônio Carlos. Exemplos dessa arquitetura são também, a estação Central do Brasil e o antigo Ministério da Guerra, hoje denominado Panteon de Duque de Caxias, ambos localizados na Avenida Presidente Vargas, no centro da Cidade do Rio de Janeiro, inicialmente elaborada por Agache com a mesma ilustração arquitetônica, materializadas na paisagem, representativas desse espaço-tempo. Nesse sentido, complementa Silva (2003, p. 141):

[...] Quanto à Central do Brasil, com seu grande relógio dominando a paisagem, os habitantes, principalmente os trabalhadores que utilizavam os trens suburbanos, seriam incorporados e homogeneizados à mesma ordem. Todos acertando a hora pelo relógio da Central, ao mesmo tempo em que o novo palácio do exército, ali ao lado, mostrava o seu poderio militar, sua imponência, cujo signo estava relacionado à manutenção da mesma ordem que a Central tentava incorporar e o edifício militar ratificava em outra dimensão. Era a normatização num prédio e a lembrança da repressão (se fosse preciso) no outro. [...]

Tal monumentalidade, assaz evidente nas propostas de Agache, e tão bem aproveitada, anos mais tarde, para ilustrar a paisagem da capital federal do *Estado Novo* de Vargas, é bem analisada nas palavras de Lima (1990, p. 33):

[...] Atribuímos à característica intervencionista do Estado Novo, centralizado e autoritário, a possibilidade da execução da drástica cirurgia nos moldes de um urbanismo monumental, concebido segundo as normas de outros governos totalitários da época. Estabeleceu-se uma plataforma de poder centralizado com a acumulação de funções legislativas pelo Executivo. O governo, sediado no Rio de Janeiro, aqui exerceu seu poder sobre o espaço, mais do que em qualquer outra época da história do urbanismo carioca. [...]



Figura 12: **Prédio do antigo Ministério da Fazenda, localizado na Esplanada do Castelo, realizado a partir do *Plano Agache*.**

FONTE: Foto do Autor (Março de 2006).



Figura 13: **Panteon de Duque de Caxias e Central do Brasil, símbolos de uma arquitetura fascista, representante da solidez e peso do estado nacionalista.**  
FONTE: Claudio Lara, 11/06/2006.

Podemos considerar o *Plano Agache* como um plano urbanístico típico, semelhante ao que denominaríamos hoje de plano diretor, a partir dos seguintes critérios:

- Traça um futuro para a cidade a partir do planejamento, podendo esta alcançar o patamar de *cidade ideal*, caso o plano seja seguido à risca;
- Parte do princípio de que as modificações no espaço físico é que possibilitam modificações sociais;
- A remodelação física da cidade, bem como a existência de saneamento e habitação para todos pode suprimir comportamentos marginais.

O *Zoneamento (zoning)* e a legislação urbanística, até então inexistentes no Brasil, são sinais evidentes da intenção de ordenamento da cidade, expressos no *Plano Agache* (REZENDE, 1982).

Interferindo no sistema viário, ou seja, modificando-o, alterando-o, acreditava-se ser possível alcançar a funcionalidade típica de uma cidade eficiente. A partir da garantia de moradias confortáveis disponibilizadas a toda população, o plano considerava-se capaz de alterar padrões e relações sociais.

O instrumento de intervenção mais utilizado nesse plano foi o chamado *zoneamento* que consistia na tônica da espacialização do espaço urbano. Resultava dividir o perímetro urbano da cidade em zonas de utilizações diversas que receberiam específica legislação para cada uso, o mesmo procedendo para os investimentos. Para

Agache o *zoneamento* era uma forma de impor “ordem” às cidades, evitando o “caos” que ocorreria no fato de deixar a evolução urbana a cargo da livre iniciativa:

[...] durante muito tempo acreditou-se que era suficiente estabelecer, para uma cidade, um regulamento unico e uma policia geral de construcção. A pratica dos estudos urbanísticos fez comprehender que as cidades se dividem em diferentes bairros tendo todos elles determinado papel a preencher: centro de negocios, bairro do grande e pequeno commercio, bairro industrial, bairro residencial... Desenhou-se pouco a pouco a differenciação desses bairros entre si pelo seu preparo e pela sua funcção própria (zoning), impuz-se por si mesma [...] (AGACHE, 1930, p. 219).

Por outro lado, o autor também defende o *zoneamento* como forma de proteger partes valorizadas do espaço urbano contra usos não previstos, mantendo o alto valor do solo urbano. Agache tinha uma preocupação quanto à desvalorização de áreas e imóveis causados pela miríade de usos e grupos socioeconômicos difusos:

[...] Ella tem por fim evitar que os bairros, que satisfazem a determinadas necessidades, sejam invadidos por construcções que mudariam completamente o seu character. O zoning deve, pois, salvaguardar o valor da propriedade particular sem deixar de proteger a economia e a saúde públicas [...] O nosso projecto de remodelação e extensão suppõe uma divisão em cinco zonas:

- a) zona central com parte commercial;
- b) zona industrial e do porto;
- c) zona de residência
- d) zona suburbana
- e) zona dos espaços livres e reservas arborizadas. [...] (AGACHE, 1930, p. 219).

Segundo o *Plano Agache*, os elementos funcionais dividem-se em:

- posto de comando (centro da cidade);
- bairros de intercâmbio ou grandes negócios;
- bairros de abastecimento ou comércio com ocorrência de residências;
- bairros de produção (áreas para indústrias, áreas rurais e agrícolas);
- bairro universitário;
- centros recreativos;
- bairros residenciais de luxo – Copacabana, Ipanema, Gávea, etc;
- bairros residenciais burgueses – Tijuca e Flamengo;
- bairros residenciais operários – margeando a zona industrial.



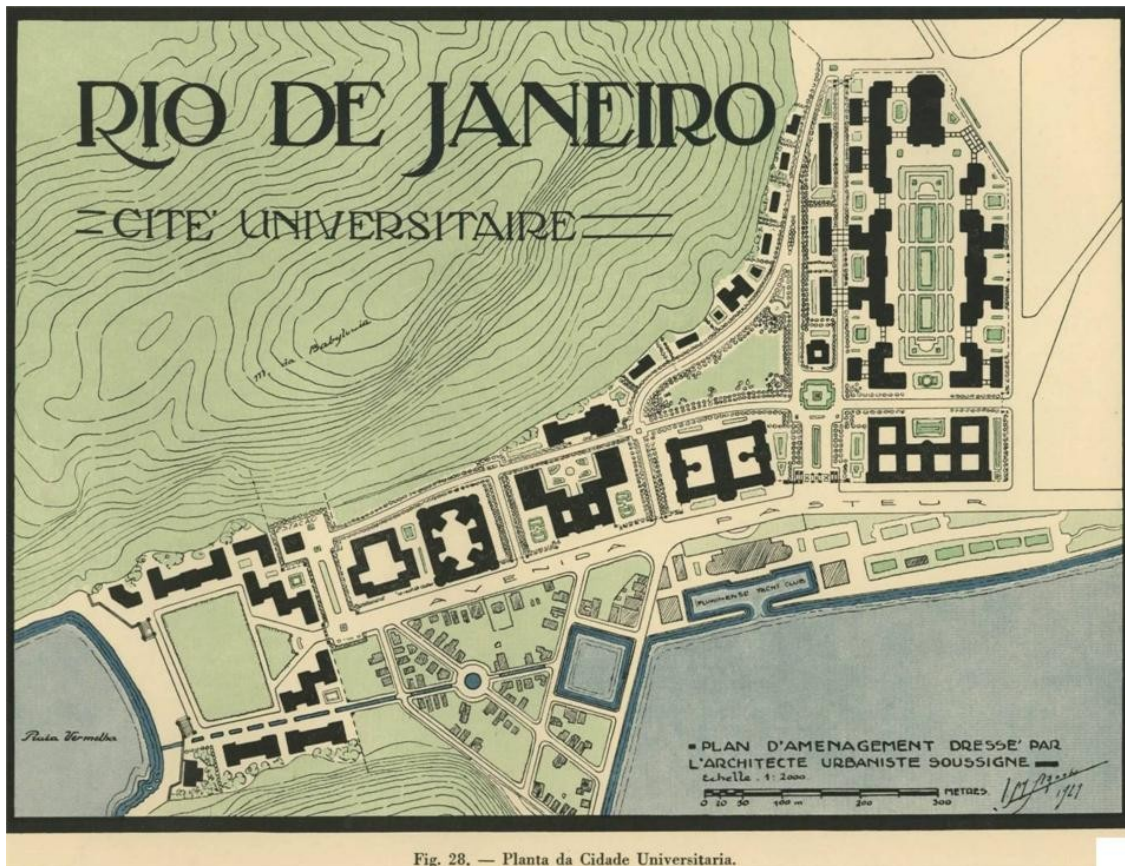


Fig. 28. — Planta da Cidade Universitária.

Figura 14: Bairro universitário previsto no *Plano Agache*, onde hoje é o Campus Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Note-se como o autor preocupava-se com uma fiel descrição cartográfica do entorno, valorizando cotas altimétricas em curvas de nível, evidenciando a presença da Ciência Geográfica em seu plano.

FONTE: PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL; AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – Remodelação – Embellezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <http://planurbano.rio.rj.gov.br>, acesso em janeiro de 2012.

O plano possui, portanto, uma visão estrutural especializada e funcional com cada elemento, a partir daí, desempenhando uma função específica dentro do *organismo* urbano, articulando-se e integrando-se à cidade como um todo. As especializações são espacializadas, todavia não formam comunidades autônomas, já que o plano é estrutural e centralizado.

Para a Cidade do Rio de Janeiro, o *Plano Agache* previa duas funções essenciais: político-administrativa (capital do país) e econômica (porto e mercado comercial e industrial), sendo a segunda citada como muito crescente, à medida que o país industrializava-se.

Estava prevista no plano uma cidade estruturada a partir de elementos funcionais espacializados no espaço urbano, ou seja, o espaço passa a desempenhar diferentes funções, essas definidas previamente pelos elementos funcionais.



Aqui podemos visualizar com clareza uma essência geográfica no Plano Agache, já que o autor estabelece as funções que devem ser plenamente desempenhadas dentro de um espaço previamente planejado. Corrêa (1995) aponta o significado da *função* no espaço geográfico:

[...] A noção de função implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhada pelo objeto criado, a forma. Habitar, vivenciar o cotidiano em suas múltiplas dimensões – trabalho, compras, lazer etc. - são algumas das funções associadas à casa, ao bairro, à cidade e à rede urbana. [...]

Não podemos saber com exatidão a real preocupação de Agache em inserir a teoria geográfica no seu plano. Contudo, o que é inegável, é que no seu *Urbanismo* da década de 20, é possível claramente verificarmos a presença da Ciência Geográfica.

Apresentado de forma estrutural, intitulado pelo autor de *ossatura*, algumas partes da cidade são privilegiadas intencionalmente, promovendo-se a apropriação e divisão do espaço urbano, tendo como “pano de fundo” o uso do solo urbano como mercadoria, não explícitos no plano.

O local onde as alterações mais incidiram acabou sendo a área central da cidade. Aí é que se localizar-se-ia o *posto de comando*, ou seja, o centro administrativo e legislativo. Foi sugerido então, a construção de uma monumental praça resultante do arrasamento dos morros do Castelo (na época, já realizado) e Santo Antônio (na época, por realizar), completando o ciclo de expansão do centro da cidade e descongestionando a Avenida Central (atual Rio Branco), com a criação de novas vias.

Podemos perceber a visão estrangeira de Alfred Agache, no capítulo intitulado *Bairro das Embaixadas*, lugar onde não haveria espaço para o próprio habitante da cidade: "neste bairro, palacetes e apartamentos de luxo, local dos turistas e dos estrangeiros, que vêm participar da estação mundana de inverno ou admirar os encantos do sítio carioca." (AGACHE, 1930, p. 166).

De modo que, na área central, dentro da previsão do *Bairro das Embaixadas*, local privilegiado intencionalmente, e que ocuparia parte dos terrenos surgidos a partir dos aterros da Baía de Guanabara, Agache descreve-o dessa maneira:

[...] é o local das embaixadas, palacetes e apartamentos de luxo [...] lugar de turistas e estrangeiros, na linha de frente da Baía de Guanabara [...] o loteamento e o zoning desse bairro são estudados de modo a excluir o comércio em proveito da habitação suntuosa. [...] (AGACHE, 1930, p. 166).



Nesse sentido, o urbanista avançou com a questão de pensar a cidade e planejá-la para o seu futuro, típico de uma visão científica do urbanismo, praticada pela Sociedade Francesa de Urbanistas (LAMAS, 2000, p. 259). Tratava-se de enxergar o urbanismo como a “ciência da observação”, tal qual já discutimos anteriormente, inclusive assemelhando-se ao objeto de estudo da Geografia francesa lablachiana desse mesmo tempo histórico.

A circulação, dentro dessa visão orgânica do plano, vem a ser uma das funções principais. Os bairros, zonas de diversos usos e elementos funcionais são conectados a partir dum conjunto bem estruturado de vias (artérias).

Agache reduziu o espaço público a duas das três funções do organismo: a circulação (ruas, avenidas, travessas etc.) e a respiração (os espaços livres, parques, jardins, passeios, campos de esportes etc.) (ALMEIDA, 2006, p. 110).

Para Agache, o centro deveria ser integrado e reformulá-lo fazia-se urgentemente necessário, haja vista o transtorno causado pelos bondes, segundo o ponto de vista das elites dominantes e detentoras do poder. Essa integração seria possível somente através da construção de uma extensa rede de metropolitano, criação de vias de comunicação entre bairros e abertura de artérias principais que atingissem a área central rapidamente.

A proposta do plano de já prever a abertura da Avenida Presidente Vargas (Avenida Independência<sup>9</sup>) e também de interligar a Estrada Rio-São Paulo (antiga Avenida Paulista) à Rio-Petrópolis (antiga Avenida Petropolitana) caracterizava o momento histórico por que passava o país, quando era já notável a atividade rodoviária nacional, muito incentivada pelo então Presidente Washington Luís, autor da famosa frase: “... Governar é abrir estradas...”.

Jamais devemos olvidar que uma das ênfases expressas neste plano é o *embelezamento* da cidade. Para tanto, os espaços livres e arborizados, outrossim deveriam cumprir esse papel, ou seja, existir para tornar a cidade, bela. Agache também evidenciou no plano, por diversas vezes, sua admiração pela cidade, por suas características peculiares, o que chama de privilégios. (Ibidem, 2006, p. 113).

Para Agache, o *aparelho respiratório*, ou seja, os espaços livres, indispensáveis no planejamento urbano, possuiriam também a função de garantir higiene à população, no momento que ofereceriam uma melhor qualidade do ar, menos poluição sonora e temperatura mais agradável. (Ibidem, 2006, p. 114).

Agache, ao assemelhar o corpo urbano ao corpo humano, além da falar de *aparelho respiratório*, referia-se também aos espaços livres como *pulmões da cidade*.

---

<sup>9</sup> A avenida *Independência* está presente no projeto original de Agache, que constituía um prolongamento da avenida do *Mangue*, ao que fora posteriormente realizado e denominado de Av. Presidente Vargas, durante o *Estado Novo* e sob a administração municipal do Sr. Henrique Dodsworth. Segundo REIS (1950, p. 40), a avenida *Independência*, do Sr. Agache, já é fruto de um projeto ainda mais antigo, sugerido em 1904 por Heitor de Melo, para o prolongamento da avenida do *Mangue*, fruto de aterro do extinto *Mangal de São Diogo*, atual Cidade Nova.

Essa ideia nos reporta a uma sensação de salubridade e insalubridade, conforme a cidade é tratada pelos seus administradores. (Ibidem, 2006: 121). E afirma:

[...] A cidade é geralmente representada como estendendo seus tentáculos para o campo. Mas é igualmente indispensável que pelos seus espaços livres, o campo faça penetrar tentáculos no interior da aglomeração edificada, levando-lhe em toda a parte o ar fresco e puro afim de substituir o viciado; de modo que os espaços livres formem o que poderíamos chamar de pulmões da cidade. E' inspirando-nos nestes princípios que distribuimos os espaços arborizados necessários ao grande Rio do futuro. [...]

Alfred Agache entregou seu plano urbanístico para a capital federal, nos últimos meses da administração municipal que o empreende. Em outubro de 1930 é deposto o Presidente Washington Luís e, conseqüentemente, o prefeito Antonio Prado Junior. A consequência de tais fatos, é que na tomada do poder pelo prefeito subsequente, já nomeado por Vargas, todas as medidas da administração anterior sofreram descontinuidade e foram olhadas com certo tom de preconceito. Acerca desses acontecimentos, afirma Abreu (1987, p. 86):

[...] O Plano propriamente dito jamais foi implementado, ainda que várias obras ali sugeridas fossem realizadas nas décadas seguintes. Concluído após a Revolução de 1930, foi visto com extrema desconfiança por um novo governo que pretendia revogar tudo quanto proviesse da República Velha, [...] Além do mais, nas palavras de [...] Pedro Ernesto, "nem em cinqüenta anos ele seria exequível." [...]



Figura 16: **Apresentação dos primeiros resultados do *Plano Agache*. No centro, o Presidente da República, Sr. Washington Luiz, Alfred Agache (em terno branco) à direita e à esquerda o prefeito, Sr. Prado Junior.**

FONTE: Arquivo Nacional, 1928.

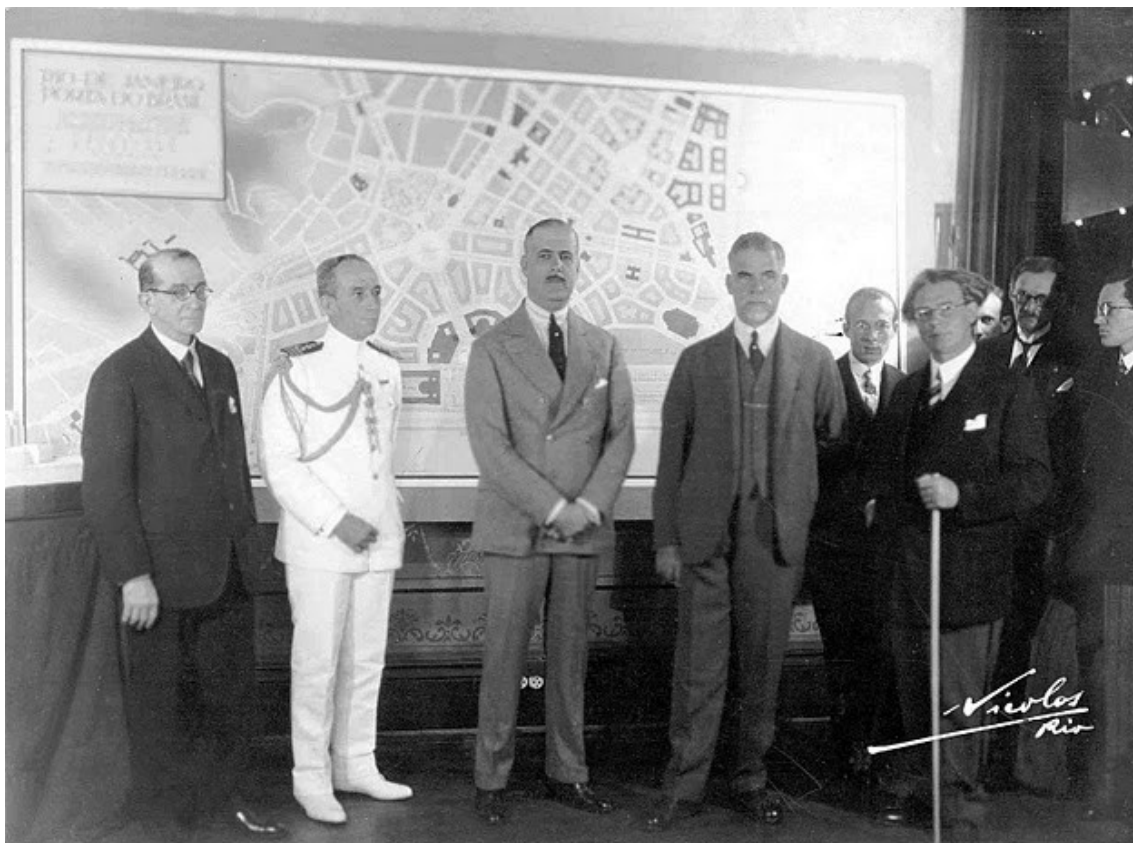


Figura 17: Apresentação dos primeiros resultados do *Plano Agache*. No centro o prefeito, Sr. Antonio Parado Junior, e à direita, respectivamente, o Presidente da República, Sr. Washington Luiz, seguido de Alfred Agache.  
FONTE: Arquivo Nacional, 1929.

Tal como já supracitado, a Revolução de 30 revogou o *Plano Agache*. Todavia, as discussões acerca do urbanismo, bem como as contradições urbanas levantadas pelo urbanista francês não poderiam ser arquivadas de forma tão simples. Já constituíam uma realidade que deveria ser enfrentada por uma nova forma de organização social que se instaurava no Brasil. Mesmo negando a importância do plano, pelo fato de ter sido fruto da *República Velha*, coincidência ou não, ele representaria, de forma muito eficaz, a ação do poder público na gestão urbana. Como a representatividade do Estado “forte” era uma marca do governo *Vargas*, o plano foi novamente retomado. Nesta feita, afirma Abreu (1987, p. 90)

[...] Paradoxalmente, a fórmula apresentada por Agache para a resolução dos problemas da República Velha – ou seja, a intervenção do Estado no processo de reprodução da força de trabalho urbana – se constituirá na mola mestra do novo regime que Getúlio Vargas implanta no país. [...]

Na gestão municipal que sucedeu Prado Junior (1930-1931), o *Plano Agache* foi novamente reestruturado por uma equipe de profissionais, dentre eles, Lúcio Costa. O plano foi aceito com algumas modificações que ocorreriam ao longo de sua implantação. Fora assim criada a Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro.

Na administração de Pedro Ernesto Baptista (1931-1936), tanto o plano quanto à comissão foram revogados. Quando Henrique Dodsworth (1937-1945) assumiu a prefeitura, foi reestabelecida a Comissão do *Plano da Cidade* e criado o Serviço Técnico do Plano, retomando os estudos e readaptando-os. Algumas marcas do *Plano Agache*, presentes na paisagem urbana do centro da cidade até nossos dias, foram as proposições que chegaram a ser executadas. São elas, os prédios localizados na Esplanada do Castelo (Ministérios da Fazenda, do Trabalho etc.), com parte das quadras dotadas de pátio central, e o traçado viário das principais ruas, além da Praça Paris, localizada no bairro Glória, fruto do primeiro aterro feito na área, visando o prolongamento de avenidas que interligassem a zona sul ao centro, dentre elas a Avenida Beira-Mar, que também fazia parte do plano. A atual Avenida Presidente Vargas, inaugurada nos anos quarenta da pretérita centúria, originalmente intitulada Avenida Independência, também é fruto do *Plano Agache* (STUCKENBRUCK, 1996, p. 112).

Acerca da previsão da supracitada avenida, dentro destes moldes urbanísticos do “peso forte” do Estado, previstos por Agache em seu plano, Lima (1990, p. 29) afirma:

[...] Dentre muitas outras intervenções urbanísticas previstas no Plano Agache, é retomada a idéia da abertura da avenida. [...] O Plano Agache estabeleceu o prolongamento da avenida sem o canal, mas o serviço técnico do Plano da Cidade concebeu diversamente o projeto da abertura, apresentado-o pela primeira vez no *stand* da Secretaria de Viação na Feira de Amostras, realizada em 1938. [...]

Não podemos olvidar, igualmente, a sua proposta de construção de um autódromo em Jacarepaguá, o que fora realizado muito tempo depois, a partir de suas sugestões (ABREU, 1997: 86). Muito embora possa provocar divergências em relação ao uso público, constitui, indubitavelmente, uma área de lazer e recreação possibilitada pelo *Plano Agache*.

Enfim, se nem todas as *materialidades* foram efetivadas no espaço urbano, ficaram as ideias. Devemos sempre lembrar que a tônica desse plano foi justamente o seu arcabouço teórico, ou seja, uma série de legislações, regulamentações e recomendações, presentes num único documento que viabilizava uma diretriz para a evolução urbana e futuro da cidade, o que até então era inexistente no Brasil, e que serviu de modelo para sucessivos planejamentos urbanos que se deram posteriormente,

não só no Rio de Janeiro, mas que deu origem à frutificação dos planos diretores que presenciamos na atualidade, em diversas cidades pelo país afora. O *Plano Agache*, ainda hoje, constitui referência para arquitetos e urbanistas, pois muito do que temos presente nos planos diretores, remonta a Agache.

No capítulo a seguir, pretende-se discutir, de forma mais específica, a real presença do pensamento geográfico no plano que o urbanista francês elaborou para a Cidade do Rio de Janeiro. A partir de sua análise e leitura minuciosa, é possível evidenciarmos com clareza, a importância que o urbanista delegava à Ciência Geográfica, inserida no seu plano de extensão, remodelação e embelezamento.

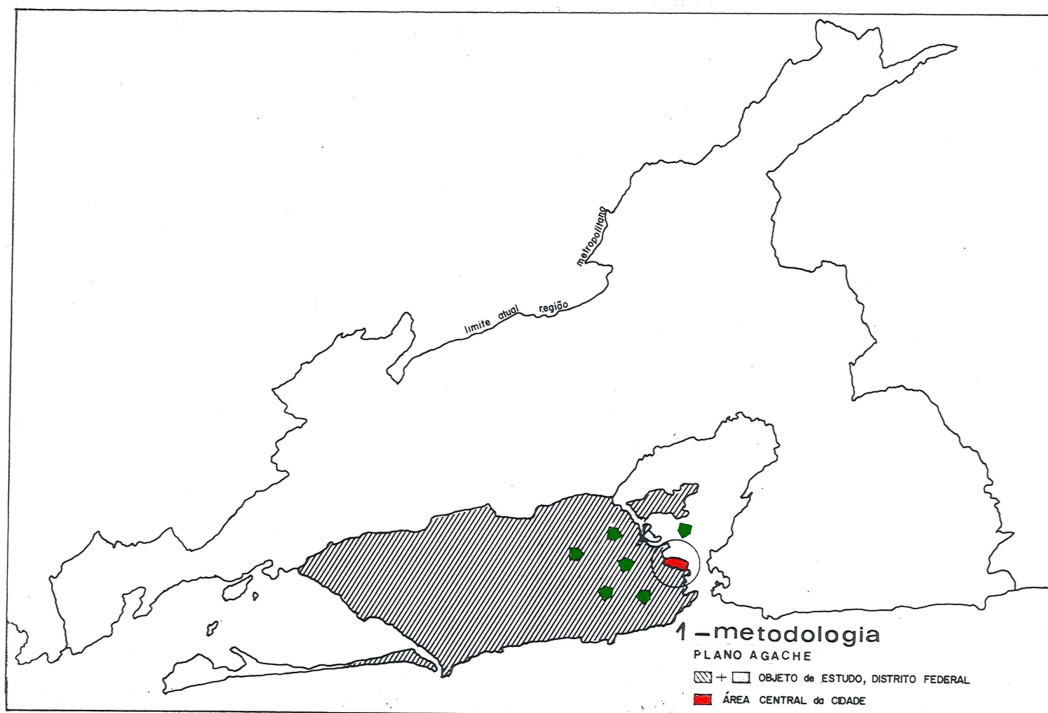


Figura 18: Esboço cartográfico de abrangência do *Plano Agache*. Note-se que a abrangência do plano previa a atuação em todo o Distrito Federal, porém seu foco era o centro da cidade. (Adaptado pelo autor)

FONTE: REZENDE, Vera. *Planejamento Urbano e Ideologia: Quatro Planos para a Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (p. 111).

## 5. O PENSAMENTO GEOGRÁFICO PRESENTE NO PLANO AGACHE DA EX-CAPITAL FEDERAL

Analisando o *Plano Agache* de maneira minuciosa, podemos perceber o quão preso ao racionalismo de cunho positivista, o mesmo está impregnado. Igualmente certo é que, na atualidade, torna-se deveras fácil, tendermos à crítica, bem como, julgarmo-lo como forma ingênua de pensar e planejar cidades. Contudo, esse era o modo de produzir ciência naquele momento histórico, imensamente aceito pela comunidade científica, isto é, uma ciência dotada de métodos empíricos e notadamente racional.

Agache reproduzia toda essa ideologia na elaboração de seus planos. Afinal, esse era o arcabouço teórico disponível, bem como essas foram as influências ideológicas mais imediatas que o urbanista recebeu ao longo de sua formação e aquisição de experiência enquanto profissional. Ademais, nunca esqueçamos que Alfred Agache sempre esteve a serviço do poder, do estado e de suas elites. Logo, não poderia expressar, na sua produção científica, outra visão ou pensamento que contrariasse a quem prestava seus serviços.

Nesse sentido é que percebemos na leitura deste plano urbanístico, a notável influência de um pensamento geográfico que também obedecia aos mesmos preceitos positivistas, que já considerava a Geografia como uma disciplina acadêmica e como ciência moderna.

Inicialmente podemos verificar a alusão que Alfred Agache utilizou em seu plano, referendando a Geografia *lablachiana*:

[...] a geographia humana, tal como Paul Vidal de la Blache a concebe quase paralelamente, estuda a emergência no tempo de tipos de estabelecimentos humanos diante da necessidade de apropriação do meio physico. A geographia humana engendra, aliás, uma forma de estudo geographico especificamente urbano que, a partir de 1900, dá origem a numerosas “monographias de cidade” [...]. (AGACHE, 1930, p. 14).

É deveras interessante a importância considerável que o urbanista dá, tanto a La Blache como à Geografia, em seu plano, inclusive afirmando a relevância do estudo geográfico urbano, que Vidal já produzia em França.

Tais *monografias de cidade*, que ele referencia, nada mais eram que o estudo empírico-descritivo tão belamente produzido pela corrente *possibilista*, acerca das cidades, que mais tarde ofereceu substancial fonte de consulta para os teóricos que vieram a produzir os estudos urbanos na Geografia.



Ainda a respeito das “monographias” de cidades, oriundas da Geografia Humana de Vidal de La Blache, e que influenciaram o pensamento de Alfred Agache, devemos recorrer ao conceito de *região*, deverasmente importante para o *possibilismo*, a fim de sabermos, afinal, como La Blache e seus discípulos chegaram às “monographias” de cidades. Diante disso, podemos recorrer a Moraes (1998, p. 76):

[...] Com Vidal, e de forma progressiva a partir dele, o conceito de região foi humanizado; cada vez mais, buscava-se sua individualidade nos dados humanos [...] a região foi sendo compreendida como um produto histórico, que expressaria a relação dos homens com a natureza. Este processo de historicização do conceito de região expressou o próprio fortalecimento da Geografia Humana, tal como proposta por La Blache. [...]

Tal como podemos perceber, nalgum momento acerca da produção *possibilista* de pensamento geográfico, o conceito de *região* foi tomando especial relevância, de modo a surgir a própria Geografia Regional, à qual a França, indubitavelmente, dá notável importância até os dias atuais. Nesse sentido, complementa Moraes (1998, p. 76):

[...] A idéia de região propiciou o que viria a ser a majoritária e mais usual perspectiva de análise do pensamento geográfico: a Geografia Regional. Esta, sem dúvida a mais costumeira forma de estudo empreendida pelos geógrafos, propõe a realização de monografias, análises circunscritas à área enfocada, que buscam chegar a um conhecimento cada vez mais profundo dela, pela descrição e observação dos fenômenos e elementos presentes, no limite tendendo à exaustão. [...]

Mas qual a razão de estarmos falando de Geografia Regional e do conceito de região? Qual a relevância dessa forma de produzir pensamento geográfico para o urbanismo que Agache propunha ao elaborar seu plano para o Rio de Janeiro?

Ora, a relevância se faz tremenda quando o próprio Alfred Agache cita La Blache, sua Geografia Humana e suas *monografias de cidades*. De forma veraz, a importância também se dá quando podemos conhecer os meandros metodológicos de como se produz tais estudos regionais, tal como supracitado, “a realização de monografias”. Nestas, há especial interesse de Alfred Agache, quando fala especificamente de cidades:

[...] tais estudos obedeciam a um modelo de exposição, que propunha os seguintes itens: [...] a “estrutura urbana” ou o “quadro urbano”, analisando a rede de cidades, a população urbana, os equipamentos e as funções urbanas, a hierarquia das cidades daquela região etc. [...] Este foi então o receituário dos estudos de Geografia Regional. Como visto, eminentemente descritivo, mantendo a tônica de todo o

pensamento geográfico. [...] O acúmulo de estudos regionais propiciou o aparecimento de especializações, que tentavam fazer a síntese de certos elementos por eles levantados. Assim, [...] o estudo das redes de cidade, das hierarquias e das funções citadinas, levou à constituição de uma Geografia Urbana. [...] (MORAES, 1998, p. 76-78)

Então, não podemos negar a importância e presença do pensamento geográfico no urbanismo de Agache. Se as “monographias de cidades”, produzidas a partir dos pensadores *possibilistas* eram de substancial conhecimento teórico e científico, logo deveriam enriquecer a *Urbanística* da Sociedade Francesa de Urbanistas, bem como as propostas de Alfred Agache.

Agora, faz-se interessante reproduzir novamente, o significado do termo urbanismo, segundo o próprio Agache. Citação já feita outrora, cumpre-nos dessa vez, perceber outra referência que o urbanista faz à Ciência Geográfica em seu plano:

[...] O Urbanismo é uma Sciencia e uma arte, e sobretudo uma Philosophia social. Entende-se por Urbanismo o conjuncto de regras applicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e descongestionamento das artérias publicas. E' a remodelação, a extensão e o embellezamento de uma cidade levados a effeito mediante um estudo methodico da geographia humana e da topographia urbana sem descurar as soluções financeiras. [...] (AGACHE, 1930,p. 3)

Podemos verificar, após leitura do plano urbanístico, que Agache iniciou sua elaboração, priorizando apresentar a quem o fosse consultar, sua metodologia de trabalho. Se o urbanismo despontava como uma ciência nova, sobretudo no Brasil, Agache considerou importante fazer constar sua visão própria de urbanismo. Para tanto, afirmava que só haveria urbanismo, se antes houvesse um minucioso estudo da Geografia Humana e da topografia urbana da cidade a ser remodelada.

Devemos então, ter a sensibilidade apurada para perceber o quanto se mesclam as correntes *determinista* e *possibilista*, do pensamento geográfico, ao longo do plano, através de suas afirmações. Tal exercício de sensibilidade, realizaremos no seguimento deste capítulo.

O “estudo methodico da geographia humana”, ao qual faz alusão, consiste, na verdade, nos estudos populacionais, de cunho detalhadamente descritivo, que a escola *lablachiana* produzia tão perfeitamente. Quanto à “topografia urbana”, nada mais geográfico que a relação que o Homem evidenciava com seu meio, verificada cientificamente através dos estudos de campo, das observações empíricas, também oriundos do *possibilismo* e demasiadamente importantes para a elaboração de planos urbanísticos.

Em seguida, Agache nos traz sua interpretação pessoal acerca do ofício de urbanista:

[...] Para ser *urbanista*, não ha absoluta necessidade de ser engenheiro ou architecto. O *urbanista* nasce *urbanista*; é um dom innato, que, evidentemente, cumpre cultivar e desenvolver. [...] (AGACHE, 1930, p. 13)

Nessa declaração, podemos observar o tom determinista e positivista de sua visão, enquanto profissional, refletindo a prática de uma época, em que, era reconhecidamente científico, também, afirmar que as condições climáticas de determinada região interferiam diretamente no comportamento e nas características de sua população, fruto da corrente intitulada *determinismo ambiental*.

A *posteriori*, o urbanista francês aponta mais influências geográficas na metodologia de sua proposta de planejamento de cidades:

[...] AS ETAPAS DE ESTUDO – Qual é o arsenal de conhecimentos de que o *urbanista* se deve munir para estabelecer um bom plano de cidade? [...] Logo que a um homem do officio se depara um problema urbanístico, cumpre que, primeiramente, elle examine a geographia do logar. [...] Essa geographia sómente póde, comtudo, interessar sob o ponto de vista das habitações e dos seus occupantes; será o que se denominaria a *anthropo-geographia*. [...] pois é justo não nos esquecermos de que, em *urbanismo*, o que nos interessa é o agrupamento, a collectividade, etc. [...] E' necessário examinar a historia da cidade no passado, pois, não o olvidemos nunca, o que já foi é um dos factores a que se subordina o que tem de vir. [...] (Ibidem, 1930, p. 15).

Podemos perceber o considerável zelo que Agache tinha, ao detalhar seu método de labor. Nessa justificativa metodológica, o arquiteto afirmava que não há plano de cidade, sem dantes realizar-se um estudo prévio sobre a “geographia do logar”, denotando enorme preocupação e importância em relação ao número de habitantes, habitações, extensão territorial, o seu povoamento etc., dados que a Geografia *possibilista* supria tão qualitativamente, naquele momento histórico.

Ao denominar esse conhecimento de “anthropo-geographia”, o urbanista falava do especial interesse do urbanismo na “collectividade”, “agrupamento”, da “geographia do logar” e de seus “occupantes”. Porém, de onde Alfred Agache trouxe o termo *Antropogeografia*?

Nesse sentido, não podemos deixar de fazer alusão ao autor deste termo, a saber, Friedrich Ratzel, em 1882. Tal vocábulo advém de sua principal obra intitulada *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História*. É considerada a obra que fundamenta a Geografia Humana. (MORAES, 1998: 55). Também se atribui a Ratzel a primeira corrente do pensamento geográfico moderno, denominada de

*determinismo* ou *escola determinista*, por seus discípulos. Aqui devemos atentar para tais influências teóricas e ideológicas, pois faziam parte do pensamento de Agache, tanto que verificamos o quão suas propostas urbanísticas contém esse pensamento, literalmente expressos.

Tal como já observamos *a priori*, Alfred Agache se mostrava deveras exigente nas questões acadêmica, teórica e científica, no que tange à produção de planos de cidades, pois assim era a *Urbanística*, advinda da Sociedade Francesa de Urbanistas, escola da qual era um dos membros mais importantes. Dessa forma, sempre se faziam presentes nos seus planos, análises do ponto de vista acadêmico e teórico de forma a tornar seu urbanismo mais dotado de cientificidade, logo, mais facilmente aceito e aprovado diante da sociedade.

A inserção de conhecimento científico multidisciplinar nos seus planos era algo demasiadamente novo. Para obedecer aos princípios da *modernidade* e afirmar o urbanismo como ciência no Brasil, era mister evocar o conhecimento mais atual que se tinha naquele tempo histórico e incluí-lo na elaboração de seus planos de cidades. Se o urbanismo se constituía de produção de novos espaços dentro da cidade, então se fazia cabal conhecer essa cidade. De maneira que Agache recorreu à Ciência Geográfica, de modo a dar-lhe suporte científico para seu urbanismo.

Se a obra intitulada *Antropogeografia*, publicada no ocaso do oitocentismo, tornava-se um documento de importante difusão do conhecimento geográfico e da própria Geografia Humana para todo o mundo, conseqüentemente ela influenciaria o pensamento de Agache, já que o mesmo dava importância à Geografia Humana em suas propostas urbanísticas.

Igualmente é importante destacar a referência que Agache fazia à “historia da cidade no passado”, justificando que para planejar seu futuro, interessante é, conhecer a cidade a ser remodelada, em seu tempo pretérito. O que, na atualidade, a Ciência Geográfica denomina de *Geografia Histórica*, ou seja, o ato de reconstituir espaços geográficos no passado, já se constituía uma tônica para o urbanista, que delegou um capítulo inteiro de seu plano, à investigação de como se deram as modificações e transformações da capital carioca, desde sua ocupação primeva, no décimo sexto século.

O estudo da cidade no passado, sob uma análise geográfico-histórica ainda desperta pouca atenção por parte dos(as) geógrafos(as) no Brasil. A importância de investigar transformações e modificações de um determinado espaço geográfico num tempo pretérito distante ou próximo, vem auxiliar, sobretudo, a compreensão desta mesma espacialidade no presente e futuro. E como vimos, Agache já realizava muitíssimo bem essa reconstituição da cidade que pretendia planejar, no passado. Nesse sentido são primordiais as palavras de Santos (1998, p. 69):

[...] Nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado. No passado, isso era parte obrigatória do trabalho dos geógrafos. Nenhum estudo de geografia urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade. [...] Era impossível abordar esta ou aquela cidade, sem essa preocupação de contar o que foi o seu passado. Porém, hoje, fazemos freqüentemente uma geografia urbana que não tem mais base no urbanismo. É uma pena, porque praticamente não mais ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos as cidades do presente. Isso fez com que essa disciplina “história da cidade” ficasse órfã. Torne-se, pois, salutar essa retomada, sobretudo porque se faz segundo um enfoque multidisciplinar. [...]

Ainda tratando da *antropogeografia* presente no plano, novamente o autor ratifica suas afirmações anteriores, acerca dos estudos prévios da cidade, no passado:

[...] OS COMPONENTES ANTHROPO-GEOGRAPHICOS DO DISTRICTO FEDERAL

Um resumo histórico da Cidade, refere-se especialmente ao seu desenvolvimento sob o ponto de vista do Urbanismo. Nelle são invocados os diversos factores: topographicos, econômicos e sociaes, que contribuíram para o desenvolvimento da Cidade e revelaram o ingente esforço humano no sentido de amoldar a natureza às exigências da aglomeração urbana. E' absolutamente necessario conhecer esses factores históricos que governaram o passado de uma cidade antes de estudar os factores que deverão governal-a no futuro. [...] (AGACHE, 1930, p. 45).

Nada mais geográfico, e hoje considerado tradicional dentre as correntes da Geografia, do que o trecho supracitado sobre o “ingente esforço humano no sentido de amoldar a natureza às exigências da aglomeração urbana”. Nesse sentido, podemos considerar tais “exigências da aglomeração urbana”, como as possibilidades que o meio oferece ao Homem, segundo a corrente *lablachiana* do pensamento geográfico, e não mais uma visão *determinista*, onde a natureza constituía-se num fator determinante à sobrevivência dos grupos humanos.

Dando sequência à análise do plano, segundo o viés do pensamento geográfico, mais uma vez seu autor ancorou-se na Geografia, apresentando a ação antrópica preponderante frente à natureza, daí justificando as grandes transformações necessárias à manutenção da vida urbana:

[...] A situação geographica do sitio tem um valor tal, comporta tantos privilégios e promessas de futuro, que a sua excellencia permittiu e permittirá ainda durante muito tempo ao homem, de corrigir por meio de grandes obras o que póde haver de desfavorável ou de incommodo na

sua configuração topográfica. A cidade do Rio de Janeiro goza de grande vantagem de poder, de um certo modo, *forçar a natureza* convencida de que o *esforço será compensado*; desta vantagem Ela aproveita e deverá aproveitar-se ainda por muito tempo. [...] (AGACHE, 1930, p. 159).

Aqui, devemos compreender o incansável esforço da ação humana sobre a natureza, na ocupação da Cidade do Rio de Janeiro. Somente através de sucessivos aterros, escavação de túneis, canalização de rios etc., já realizados naquele momento, e outros também previstos no plano, é que foi possível a urbanização e interligação da cidade.

Posteriormente, Agache fez uma comparação entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, argumentando as razões que levam a metrópole carioca a estar impossibilitada de desenvolver atividades industriais:

[...] INDUSTRIA CARIOCA – O *Rio de Janeiro* não dá, como S. Paulo, a impressão de uma cidade industrial, não só por motivos de ordem climática pouco favoráveis ao trabalho contínuo, como por motivos ethnológicos, índole e hábitos do seu povo. [...] (1930, p. 90)

Consideramos que essa não deveria ser uma constatação feita apenas pela simples observação do urbanista, a partir de sua breve estada na capital federal. Em veracidade, tal afirmação está impregnada de valores construídos pela elite local dominante, acerca do que pensava sobre a população da cidade, além de uma visão de caráter etno e eurocêntricos, próprios do imaginário estrangeiro, no que tange ao modo de vida da população brasileira, em geral.

Se Alfred Agache descreveu que o Rio de Janeiro não era dado à indústria, tanto por motivos de “ordem climática”, como pela “índole e hábitos de seu povo”, concluímos que tal discurso de gênese *determinista*, possuía franca aceitação na época. Do contrário, não seria tão plenamente explicitado no texto do plano. Discorrendo mais acerca do determinismo e suas influências, Moraes (1998, p. 58) acrescenta que:

[...] As teses deterministas, apesar do seu simplismo, foram bastante divulgadas, e aparecem com frequência no ideário do pensamento conservador. Basta pensar nas interpretações da história brasileira, que lançam mão de teorias como a “indolência do home tropical”, ou o “subdesenvolvimento, como fruto da tropicalidade” (e a inevitável comparação com o desenvolvimento dos E.U.A., também colônia, mas em clima temperado). Enfim, o determinismo incorre na mais completa naturalização da História humana. [...]

Ausente de questionamentos para a época, essa justificativa “científica” de Agache, constituía-se como perfeitamente usual, fruto, também, da escola *determinista* da Geografia. Nesse sentido, Abreu (1987, p. 87) complementa:

[...] As contradições da cidade (e, por extensão, da formação social brasileira nessa época), também podem ser amplamente encontradas na análise [...] de [...] Agache. [...] o Plano reflete, pelo menos no que diz respeito ao Rio, a posição anti-industrial da classe que detinha o poder político, baseando-se inclusive no determinismo geográfico [...]

Para realizar essa comparação entre Rio de Janeiro e São Paulo e determinar a “vocaçãõ” de cada cidade a partir de critérios “científicos” de cunho positivista, determinista, euro e etnocêntricos, Agache expôs em seu plano para a capital federal, ideologias vigentes, modernas e atuais para a época. No que tange ao *determinismo geográfico*, tão presente na afirmação em análise, este remonta à escola *ratzeliana* do pensamento geográfico, que, como podemos evidenciar, influenciou, nalgum momento, a Sociedade Francesa de Urbanistas e sua forma de produzir e difundir seu urbanismo, refletindo-se diretamente nas propostas de Agache para o Brasil.

Essa relação expressa no plano, entre Rio de Janeiro e São Paulo, bem como as conclusões apressadas acerca da “vocaçãõ” de cada cidade são fruto de pura induçãõ e deduçãõ, métodos plenamente aceitos para produzir uma verdade científica, presentes na escola *determinista* de Ratzel. Nesse aspecto, Moraes (1998, p. 55) aponta:

[...] Ratzel definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem na humanidade. Estas influências atuam, primeiro na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos, e, através destes, na sociedade. Em segundo lugar, a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. [...]

Por último, faz-se necessário apontar a admiraçãõ que o urbanista tinha pela cidade, afirmando de forma poética, as peculiaridades geográficas que fazem do Rio de Janeiro, uma bela capital:

[...] FEIÇÃõ PROPRIA DA CAPITAL – É a interpenetraçãõ entre a natureza, mais ou menos bravia, e a cidade edificada e ordeira que dá á capital do Brasil o seu “cachet” e a sua graça especial. É a conjunçãõ íntima que existe entre a cidade, a matta, a montanha e o mar, que a

distingue de outras capitales e de outras cidades de importancia similar e faz della a “cidade maravilhosa”. [...] (AGACHE, 1930, p. 82-83).

A alusão do urbanista, quando afirma da natureza “mais ou menos bravia” e sua relação com a “cidade edificada e ordeira”, nos reporta a uma sensação em que o progresso humano (e positivista) fez da ação antrópica, vitoriosa, frente ao “incommodo na sua configuração topographica”, tal como supracitado, isto, é preponderante sobre a natureza. Mais uma vez, uma notável contribuição do pensamento geográfico ao *Plano Agache*.

Faz-se necessário lembrar que Agache concebia a cidade como um organismo vivo, ou seja, o corpo urbano era dotado de capacidades, habilidades e fragilidades, semelhantes às do corpo humano. Tal abordagem sistêmica (organismo, sistema, aparelho etc.) remete-nos ao pensamento positivista, deveras aplicado e aceito cientificamente pelas comunidades acadêmica e científica do final do Século XIX e início do Século XX, também oriundo das ciências naturais, numa aplicabilidade direta do conhecimento destas às ciências humanas, numa concepção de hierarquização das ciências, originada também pelo positivismo.

Agache, influenciado diretamente por esse pensamento ideológico dominante, ao tentar afirmar a posição do Urbanismo enquanto Ciência reproduz o discurso da *Teoria Geral dos Sistemas*, aplicando-a ao seu Urbanismo, refletindo-se, conseqüentemente, na elaboração de seu plano para a Cidade do Rio de Janeiro.

Essa concepção da cidade como um organismo vivo, também se faz presente noutras obras de Agache, tal como se verifica nas propostas de planejamento de Canberra ou Curitiba, concebido pelo urbanista francês em momentos distintos.

Outrossim, é necessário frisar que conceber a cidade tal como Agache a concebia, ou seja, como um organismo vivo, constitui uma abordagem inspirada na *Escola de Ecologia Urbana de Chicago*<sup>10</sup>. Dentro dessa escola inscreveu-se toda uma maneira de refletir acerca do papel a ser desempenhado pelo meio na análise de uma cidade, bem como nas proposições e ações recomendadas.

Agache, um dos admiradores dessa reflexão, abordava a cidade dentro desta visão, inspirando-se nesta escola em todos os seus planos. As propostas do urbanista francês para o estudo do meio, não só do Rio de Janeiro, mas nos demais planos realizados no Brasil e mundo afora, constituem uma verdadeira ecologia urbana, tal como nas palavras de Berdoulay (2003, p. 125):

[...] Seu percurso privilegiava [...] estudos detalhados do meio físico e humano. [...] Ao constituir um verdadeiro tratado de urbanismo, ele reúne

<sup>10</sup> Acerca da intitulada *Escola de Chicago*, conferir: VELHO, Otávio G. (org). *O fenômeno urbano*. São Paulo: Zahar, 1973.



uma quantidade considerável de informações ambientais, sociais e jurídicas, sem que o espaço público, certamente presente, pareça constituir uma entrada particularmente importante na problemática. [...] Mais de cem páginas são dedicadas ao estudo das condições físicas de saúde: sítio, temperatura, correntes marinhas, pluviosidade, pressão atmosférica, natureza dos solos, drenagem das águas pluviais etc, assim como existiam também dados sobre a mortalidade e o fornecimento de água. Tratava-se, em suma, de um estudo detalhado da ecologia natural e sanitária da cidade. [...]

Ora, o que Berdoulay chamou de “um estudo detalhado da ecologia natural da cidade” pode ser a Geografia presente no pensamento e expressa nos planos elaborados por Alfred Agache? Acreditamos de forma verossímil que sim, uma vez que conhecimentos acumulados acerca da cidade a ser planejada, tais como os supracitados, a saber, sítio, temperatura, natureza dos solos, drenagem das águas pluviais, mortalidade e fornecimento de água constituem conhecimentos mais geográficos do que “nunca”.

Afirmamos “mais geográficos do que nunca” por que tanto no tempo histórico que tais ideias acerca das cidades eram reproduzidas por Agache no Brasil, como num tempo imediatamente pretérito, onde o mesmo urbanista formulou suas ideias, estava presente, também no campo ideológico e acadêmico, a corrente *possibilista* de produzir conhecimento geográfico.

Como sabemos, o *possibilismo* de Vidal de La Blache trouxe e valorizou na Geografia, o acúmulo de conhecimento adquirido através da pesquisa de campo, na qual eram valorizados os imensos relatórios produzidos a partir da observação e descrição de fenômenos. Quão maior o número de dados coletados, analisados, comparados, catalogados e detalhadamente descritos a respeito do espaço, maior seria o teor de cientificidade geográfica.

Mas afinal o que foi o *possibilismo*? Para melhor descrever essa corrente do pensamento geográfico, dito tradicional, nascida a partir de Paul Vidal de La Blache, recorremos a Moraes (1998, p. 68):

[...] Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. Colocou o Homem como um ser ativo, que sofre influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o. [...] na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome Possibilismo dado a esta corrente por Lucien Febvre. [...]

Se La Blache inaugurou uma nova corrente de pensamento na Geografia moderna francesa durante a década de 1870, e se esta mesma corrente, posteriormente denominada *possibilismo*, a partir de um de seus discípulos, veio a influenciar o

pensamento acerca da interpretação do espaço nas ciências humanas, logicamente também se refletiria na forma de produzir urbanismo da Sociedade Francesa de Urbanistas.

Vidal de La Blache não pertenceu à mesma geração de Alfred Agache, isto é, não foram contemporâneos na academia, intelectualidade, etc. Todavia, se Agache e sua Sociedade Francesa de Urbanistas, davam real importância para as Ciências Humanas e Sociais, ancorando-se nelas, de forma a cientificizar seu urbanismo, não podemos negar a importância dos conhecimentos geográficos *lablachianos*, uma vez que se tratava da visão teórica mais moderna acerca da percepção espacial.

Investigando as reais propostas elaboradas pelo urbanista francês para o Rio de Janeiro em seu plano, percebemos que é na fase do seu intitulado *aparelho respiratório*, que também podemos evidenciar a presença do pensamento geográfico.

No seu *aparelho respiratório*, o urbanista define duas categorias distintas de espaços livres, melhor explicadas por ele mesmo:

[...] Os espaços livres reservados em quantidade suficiente devem garantir, ao habitante, o que faz a superioridade higienica das pequenas aglomerações, isto é, a possibilidade de se eximir, durante certas horas febris, da poeira e barulho dos centros a partir do instante em que o trabalho não o retém mais, e atingir o lugar claro e arejado onde possa repousar entre a serenidade das folhagens e das flores, envolvido na sombra das grandes arvores. Para satisfazer a hygiene physica e mental da cidade, são indispensaveis duas categorias de espaços livres: parques e campos de jogos para uso diario da população e distribuidos nas partes edificadas; reservas arborisadas destinadas ás visitas domingueiras e ao "camping" nas tardes quentes, vastas extensões que confinem mais ou menos com a agglomeração, conservadas no seu quase estado natural e que deverão incorporar-se ao restante da agglomeração á medida da sua extensão, permittindo satisfazer facilmente ás novas necessidades de parques urbanos enquanto serão reconstituídas as reservas exteriores mais distantes. [...] (AGACHE, 1930, p. 204).

Nesse sentido, podemos claramente notar as diferenças dentro do espaço geográfico da cidade, que seriam “amenizadas”, na visão da Agache, a partir dos espaços livres.

Ao tratar especificamente destes, mencionou atenção para a questão da necessidade de regulamentação, criando novos, e preservando os já existentes, mantendo assim a cidade, cada vez mais bela. E acrescenta:

[...] Entre todos os tentaculos da agglomeração edificada, entre todas as cidades satellites, a propria configuração do relevo e a existencia de riquezas sylvestres maravilhosas, permittiram prever-se e reservar-se um conjunto de jardins, avenidas arborisadas, parques e mattas cujos bemfeitos alliam-se aos privilegios que offerece a vizinhança da bahia

immensa e das margens prestigiosas do Oceano para garantir aos habitantes da aglomeração carioca o benefício de terrenos de esportes, de espaços livres para repouso e os passeios unicos no mundo pelo seu numero, a sua variedade e beleza soberana. Se até estes ultimos annos, os jardins publicos, pequenos ou grandes, embora não fossem excluidos dos editaes, pareciam apresentar só um interesse secundario como logar de passeio agradável ou elementos de embelezamento da cidade, hoje, com a extensão do territorio urbano, parques, jardins, terrenos de esportes e de jogos, reservas arborizadas, terras abertas ao sol, não podem mais ser consideradas como um luxo, mas como um elemento indispensavel ao desenvolvimento são da cidade e á propria vida dos habitantes. [...] (AGACHE, 1930, p. 203).

Desta vez, torna-se mais evidente e clara a presença da Ciência Geográfica em suas análises, quando se refere à ocupação ou adensamento urbano como “aglomeração edificada”, além das “cidades satellites”, referindo-se à região metropolitana. Ademais, denotava maior importância dos espaços para o lazer. Para ele, os espaços livres não mais tinham somente a função de lazer ou embelezamento. Frente ao crescimento da cidade, funcionariam como elemento fundamental à qualidade de vida da população. Note-se que a este crescimento urbano e ocupacional, Agache chama de “territorio urbano”, em que não podemos negar a presença do pensamento geográfico.

Uma das tônicas do *aparelho respiratório* de Agache, que vem a ser a *reserva territorial*, isto é, uma espécie de incentivo à valorização do solo urbano público, por meio de investimentos da municipalidade em áreas verdes, parques, praças, jardins etc., vetadas à iniciativa privada, que objetivavam além dessa valorização do solo, também uma vitrine de afirmação da ordem e poder estatal. A idéia de uma *reserva territorial* não é original de Agache<sup>11</sup>. Ela é na verdade, inspiração de planejamentos urbanos já realizados em cidades europeias e norte-americanas, às quais o urbanista fez escola.

No caso do *Plano Agache*, o mesmo também se preocupava com essa *grande reserva de terra*, a qual denominou em seu plano de *grandes reservas territoriais*. Sob a justificativa de preservar e, conseqüentemente, valorizar espaços na cidade, de poder da prefeitura, é interessante as contribuições de Reis, em artigo publicado em 1944<sup>12</sup>:

[...] Parece tão aconselhável que a administração municipal adquira terrenos extensos, atualmente zonas rurais, como os campos de

<sup>11</sup> Acerca da previsão de áreas livres e públicas de poder exclusivo do estado, Reis (1950:45) completa: [...] a lei principal responsável pelo sistema xadrez, que regulou o urbanismo em toda a América Latina, as "Ordenanças reais para construir cidades no novo mundo", expedidas em 1573 por Felipe II da Espanha, uma lei que era certamente bem pensada, na época, e que, além das instruções sobre dimensão de quadras e ruas, continha parágrafos que obrigavam as comunidades a reservar espaço suficiente para a recreação do povo. [...]

Le Corbusier afirma em seu "Três Estabelecimentos Humanos", o primeiro e mais importante estabelecimento humano: A *grande reserva de terra*. Para esse autor, se fazia importante a administração pública conservar em seu poder, alguns lotes urbanos, marcando assim fortemente a presença do Estado, leia-se esfera pública, seja ela federal, estadual ou municipal. (ALMEIDA, 2006: 117).

<sup>12</sup> Trecho de artigo de José de Oliveira Reis, publicado na *Revista da Prefeitura do Distrito Federal* em janeiro de 1944.

Sernambetiba, as restingas de Jacarepaguá e Itapera, que, uma vez saneados, constituirão terrenos valiosos para habitações. A aquisição destes seria importante como reserva de terrenos para troca, se o plano regional determinar a transformação que parece indispensável. [...]

Dessa maneira, Agache novamente adaptou essas ideias estrangeiras de *reservas territoriais*, ao seu plano. Não é demasiado afirmar que no *Plano Agache*, uma das maiores preocupações era com a funcionalidade da cidade. Portanto, prescrever no plano, áreas livres que poderiam servir ao lazer, nada mais seriam que elementos fundamentais para que a cidade funcione plenamente, tal como um organismo vivo, de que Agache tanto ratificava. A defesa de que os espaços livres deveriam ser públicos por excelência e de responsabilidade e prioridade da prefeitura, merecia considerável apreço no plano, uma vez que o urbanista justificava que demais preocupações tais como transporte ou abastecimento de água sempre foram alvo de interesse de particulares, por isso, os investimentos em melhorias poderiam ser privados. Diferentemente dos espaços livres, que, praticamente, não despertavam atenção dos empresários. Outra vez se faz presente a Ciência Geográfica em seu plano, quando tais *reservas territoriais*, também eram vistas como uma valorização do solo urbano. Assim Agache afirma:

[...] A circulação, os meios de transporte, os exgottos, as adducções d'agua, podem fazer o objecto de grandes empresas, e o interesse particular das pessoas que d'ellas se occupam, é um poderoso estímulo para garantir seu melhoramento e desenvolvimento. Os espaços livres, os parques e os jardins, pertencem a outra ordem. Elles so têm os defensores do interesse geral. Eis uma razão para pensar em salvar e dar a este assumpto muito grave, um logar preponderante no estabelecimento do plano de remodelação. [...] (1930, p. 205).

Na justificativa de que cidades de países ricos já planejavam e valorizavam espaços públicos desde o Século XIX, o urbanista citou alguns exemplos em termos de porcentagem, evidenciando a proporcionalidade ideal de espaços livres em relação à extensão total do município, levando também em consideração o número de habitantes.

Dessa forma, considerou que, ao reservar e regulamentar espaços livres em seus respectivos planos diretores, essas cidades e capitais europeias e norte-americanas, além de valorizar o patrimônio público e contribuírem ao perfeito funcionamento da área urbanizada, ainda demonstravam-se modelos ideais de urbanização plena e desenvolvida, típicas qualidades de cidades de países ricos. Logo, deveria ser um exemplo a ser seguido pelo Rio de Janeiro. Nesse sentido, o urbanista francês relatou:

[...] Fazemos notar, que numerosas municipalidades compreenderam este dever, muito particularmente nos países anglo-saxões e nos Estados-Unidos. Londres possui 9% do seu território preparado em parques. Paris só tem 3% de parques interiores, o bosque de Bolonha e o de Vincennes, porém, representam 23% da superfície intra-muros e o plano levantado para o "Paris-Maior" prevê uma reserva geral de 15% do território urbanizado. Em Nova-York e em Chicago, esta proporção não é senão de 4%, estas cidades, porém, fazem, actualmente, um grande esforço afim de aumentar as superfícies de parques. Algumas cidades inglesas possuem até 32m<sup>2</sup> de jardins públicos por habitante: exemplo Edimburgo – e até 59m<sup>2</sup> como em Stirling. Os estudos recentemente empreendidos nos Estados Unidos pela Comissão do Plano Regional de Nova-York concluem que um plano de remodelação e de extensão deve comportar uma reserva de 40m<sup>2</sup> de terreno livre por cada habitante, dos quais, 21m<sup>2</sup> devem fazer parte dos parques urbanos e suburbanos propriamente ditos, e o restante deve ser representado pelas reservas arborizadas exteriores confinantes com aglomeração. [...] (AGACHE, 1930, p. 205).

Assim, Agache recomendou o que seria ideal para o Rio de Janeiro, a partir das experiências estrangeiras anteriormente relatadas:

[...] Com a densidade média de 125 habitantes prevista para o conjunto do Rio de Janeiro Maior, estas considerações levaram-nos a reservar cerca de 10% da superfície urbanizada aos jardins e parques interiores. [...] (Ibidem).

Por fim, note-se que o urbanista se utiliza de termos tais como *Paris-Maior* e *Rio de Janeiro Maior*, algo semelhante ao que usamos actualmente como *Grande Rio* ou *Grande Belo Horizonte*, quando nos referimos à área metropolitana e densamente urbanizada, composta também pelos subúrbios. Aí, novamente denotamos a presença do pensamento geográfico, uma vez que eram termos em uso comum em França, ao referir-se à cidade estudada e seu entorno, ou seja, sua periferia. Essa mesma Geografia francesa de origem *lablachiana*, que tanto influenciou a construção do pensamento geográfico brasileiro no princípio do século vigésimo, foi mais tarde a responsável pela criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o mesmo que definiu o conceito e critério de *região metropolitana*, que utilizamos até nossos dias.

Dessa forma, procuramos mostrar as reais evidências da presença do pensamento geográfico presentes no *Plano Agache* para o Rio de Janeiro. No capítulo seguinte, pretendemos, também, apontar a relevância da Ciência Geográfica, inserida no plano que este urbanista realizou para Curitiba.

## 6. A PRESENÇA DE ALFRED AGACHE EM CURITIBA, SEU PLANO... E O PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Estamos a falar dos anos quarenta do século vigésimo, justamente nos turbulentos e conflitantes tempos da segunda grande guerra, quando além de todos os males causados em solo europeu, ainda diminuíram consideravelmente a atuação de profissionais como Alfred Agache naquele continente.

Fixando residência no Rio de Janeiro e vinculado ao escritório Coimbra Bueno Ltda., Agache seguia realizando seus trabalhos pelo país afora, com notável aceitação. Nesse mesmo tempo histórico, Curitiba e suas autoridades vislumbravam um planejamento urbano “moderno” e “digno” de uma capital. Influenciados por propostas urbanísticas realizadas em tantas cidades do mundo e, outrossim, no Brasil, essas mesmas autoridades conheceram o trabalho que Agache realizou para o Rio de Janeiro, anos anteriores.

Dessa forma, no afã da interferência urbana via planejador, Alfred Agache foi contratado para elaborar um plano para a cidade de Curitiba em 1941. Jamais podemos olvidar que Agache sempre esteve a serviço do estado e das elites política e econômica, por onde prestava seus trabalhos. Portanto, torna-se notável em seus planos, o exacerbado enaltecimento às lideranças responsáveis pela administração desta ou daquela cidade, pretendida de urbanismo. Fazendo uma espécie de análise do discurso, a partir dos textos contidos nos planos de cidades que realizou, percebe-se constantes elogios, vantagens e facilidades proporcionadas pelos sucessivos prefeitos que o contratavam, bem como à cidade palco da sua “ação urbanista”. Em Curitiba não foi diferente.

Nesse tempo pretérito da elaboração do Plano de Curitiba, a saber, os anos quarenta do século passado, Alfred Agache havia vinculado-se à empresa de engenharia intitulada Coimbra Bueno Ltda., sediada na Cidade do Rio de Janeiro, mesma junta de engenheiros e arquitetos responsáveis, alguns anos anteriores, pela elaboração e projeção de Goiânia, nova capital planejada do estado de Goiás.

Agache amadureceu tal vínculo com o escritório Coimbra Bueno Ltda., do Rio de Janeiro, em função de seu reconhecido trabalho de planejamento urbano realizado para a capital federal nos anos vinte da pretérita centúria, e que, efetivamente contribuiu para o conhecimento e difusão dos seus trabalhos realizados em várias cidades brasileiras, inclusive o convite que recebeu para a realização do mesmo para os curitibanos.

Vinculado a esta empresa de engenharia e arquitetura, tornava-se mais facilitada sua ação, supervisão e elaboração de seus planos, bem como no recebimento de seus

honorários, já que nesse tempo, não mais podia exercer sua profissão de forma direta no país, pois era estrangeiro e a regulamentação não mais permitia, tal como supracitado no terceiro capítulo. Quando Agache foi convidado para a elaboração do plano para o Rio de Janeiro, enfrentou problemas no recebimento dos proventos cobrados após a entrega do plano da capital. Tanto é que meses depois da finalização do plano do Rio de Janeiro, em França, tinha que, constantemente, escrever ou telefonar, pois as autoridades do Rio de Janeiro não haviam cumprido com seus pagamentos, referente à elaboração do plano. (STUCKENBRUCK, 1996, p. 114).

À guisa de introdução, podemos afirmar que trata-se de um plano realizado pelo e para os órgãos públicos, ou seja, sua elaboração estava submetida à prefeitura de Curitiba. Nesse sentido, então, observa-se uma linguagem oficial na descrição do plano, isto é, a linguagem do poder, dos meios de comunicação oficiais, um discurso de propaganda de governo ao longo de toda a apresentação do plano.

Logicamente, é correto afirmar que tanto no plano do Rio de Janeiro, quanto neste de Curitiba, Alfred Agache foi auxiliado em sua redação em língua portuguesa, já que não dominava o idioma. Portanto, no texto oficial, na versão original impressa do plano, há forte presença de linguagem oficial representativa dos meios de comunicação a serviço do estado, dos órgãos públicos, neste caso a municipalidade. Dessa forma, problemas graves, tais como ruas estreitas, princípios de congestionamento, esgotos etc., são apresentados de forma branda e de fácil solução.

Denominado *Plano de Urbanização*, sua elaboração iniciou-se em 1941, sob a administração de Rozaldo Leitão e foi concluído na gestão de Alexandre Beltrão, em 1943. Deveras mais sintético que o plano realizado mais de um decênio anterior, para a capital federal, ele segue um padrão semelhante, porém mais resumido na forma de apresentar suas ideias, propostas e planejamentos para Curitiba. (PREFEITURA, 1943, p. 3).

Não mais se verifica neste plano, a necessidade que Agache tinha de afirmar seu Urbanismo como “Ciência e Arte” (AGACHE, 1930, p. 4), tal como justificava tão belamente no plano realizado para a Cidade do Rio de Janeiro.

Sua introdução intitula-se *Resumo histórico-fisiográfico de Curitiba*. Aí podemos perceber a primeira manifestação da Ciência Geográfica presente no plano, uma vez que Agache dava importância às “monographias” de cidades, tão bem produzidas por La Blache. O que hoje denominamos *Geografia Histórica*, ou seja, a espacialização e reconstrução de espaços geográficos do pretérito, Agache sempre priorizava em seus planos e não foi diferente para o plano de Curitiba. Dessa maneira, neste capítulo demonstra sua preocupação com o sítio original da cidade, seus limites, relevo, hidrografia, clima, além de sua ocupação, densidade populacional, economia, ou seja,

uma forma deveras *possibilista* de visualizar o sítio a ser planejado, ou ainda, uma visão científica a partir do caráter regional da Geografia francesa *lablachiana*.

Podemos dizer que quando Agache chegou à Curitiba, da mesma forma que ocorreu na capital federal, tratou de expor seu Urbanismo para a sociedade local, por meio de palestras e entrevistas junto aos órgãos públicos e principais meios de comunicação (jornais e rádio).

Estamos falando dos anos quarenta do vigésimo século e Curitiba, ainda não havia sentido ou passado por um grande evento de planejamento urbano do quilate das propostas de Agache. Nesse tempo, já havia algumas cidades planejadas no Brasil e outras tantas, que não surgiram a partir do planejamento, mas já haviam seus planos elaborados, prevendo seu futuro urbano e urbanístico. De modo que o poder público e as elites curitibanas desejavam o mesmo, ansiosamente.

Quando Agache foi convidado pelas autoridades da capital federal a elaborar o plano para o Rio de Janeiro, enfrentou demasiadas dificuldades e entraves, haja vista a presença de um considerável corpo técnico de arquitetos e engenheiros locais, que, imediatamente, criticaram seu trabalho, suas ideias etc. Havia um grupo que desejava realizar um planejamento urbano para a capital federal, a partir de técnicos brasileiros. Afirmavam que tínhamos competência e formação técnica assaz para tal, e que era dispensável a contratação dum estrangeiro para tal labor. Nesse sentido, complementa a fala de Maurício de Lacerda:

[...] um absurdo que no Rio, com tantos engenheiros e técnicos capazes de urbanismo, se esteja a subvencionar essas celebridades e a adquirir os estudos que nos quiserem impingir, duma remodelação que a engenharia e o urbanismo dos patricios fariam por administração [...] (Anaes do Conselho Municipal, outubro de 1927.)

No caso de Curitiba, ocorreu o contrário. Sua aceitação foi plena, logo de início, justamente porque não havia na cidade, esse corpo técnico deveras qualificado, que poderia, eventualmente, criticar os trabalhos do urbanista francês.

As elites e o poder dominante da sociedade curitibana, a maioria supervalorizando sua suposta origem europeia, via com bons olhos as propostas estrangeiras de Alfred Agache para a cidade. De maneira, que o urbanista percebeu tudo isso e se utilizou deste discurso, prometendo tornar Curitiba “mais europeia do que já era”.

Assim como precedera no Rio de Janeiro, para a feitura do plano, o urbanista solicitou todo o acervo disponível acerca da cidade, ou seja, mapas, dados estatísticos, antigos e novos projetos, bem como requisitou auxílio aos mais gabaritados funcionários da prefeitura, no que dizia respeito tanto à questão histórico-social, quanto técnica.



Curitiba era então uma cidade cuja população girava em torno de cento e vinte mil habitantes. O “progresso” gerado a partir do crescimento advindo do café era uma justificativa das elites ao planejamento da capital.

A planta mais atual que se tinha da cidade datava de 1937, cópia de um original de 1935, de maneira que foi utilizada em imenso por Agache, já que consistia no recurso cartográfico mais recente.

Não podemos olvidar que Alfred Agache desembarcou em Curitiba, nos anos quarenta da centúria vigésima, dotado de demasiada experiência, no que tange às cidades brasileiras, bem como em relação ao trabalho de urbanista no Brasil, pois já havia fixado residência, por mais de um decênio, no então Distrito Federal.

O plano de Curitiba foi elaborado, em sua maioria, na Cidade do Rio de Janeiro, já que era a cidade onde estava sediada a empresa Coimbra Bueno Ltda, bem como a morada do urbanista francês, e de boa parte da equipe contratada para o planejamento urbano em questão.

Entrementes, não podemos esquecer que havia um corpo técnico local, deveras engajado na produção do plano, ansioso por aprender e adquirir experiência com a metodologia utilizada por Agache, e nos procedimentos de execução de um plano de cidade, fato inovador para a sociedade curitibana. Instituições, tais como o exército e a Universidade do Paraná, tiveram notável importância na elaboração do plano, ao fornecerem dados e informações acerca de Curitiba. O primeiro forneceu dados cartográficos através de seu departamento de engenharia. Na universidade, o urbanista francês teve a oportunidade de proferir palestras sobre o tema *urbanismo*, além de conseguir informações complementares acerca da historicidade e sociedade curitibana.

Tal como no plano elaborado para a capital federal, Alfred Agache não fugiu do academicismo e formalismo, e apresentou um plano para Curitiba, dividido em quatro partes distintas (capítulos), a saber: *Resumo histórico-fisiográfico de Curitiba, Plano de remodelação, extensão e embelezamento, Escoamento pluvial e defesa contra inundações e Conclusões*.

Neste trabalho, não nos preocupamos em detalhar minuciosamente cada parte e capítulo do plano de Curitiba. Assim também não o fizemos quando analisamos o plano do Rio de Janeiro. O que buscamos nos planos, e agora no caso de Curitiba, é a interface com a Ciência Geográfica e suas correntes de pensamento, inseridas nos mesmos. Dessa maneira, obrigação nenhuma há em descrever a totalidade contedística do plano, haja vista que ele é um documento de consulta pública, a qual leitores(as) e pesquisadores(as) podem fazê-la e, daí, produzirem suas análises e conclusões, que, possivelmente, serão distintas das que apresentamos aqui.

Em geral, seu arcabouço teórico permaneceu o mesmo quando da elaboração do plano para o Rio de Janeiro, ou seja, todas as influências oriundas e adquiridas na sua experiência à frente da Sociedade Francesa de Urbanistas, a qual já mencionamos outrora.

Argumentações de convencimento por via sociológica e psicológica, utilizando-se de comparações com grandes cidades como Paris, como modelo de urbanização, foram também estratégias para a aceitação da *urbanística* para Curitiba.

Inicialmente nos interessa de imediato o capítulo intitulado *Resumo histórico-fisiográfico de Curitiba*, no qual já começamos a observar a partir de uma breve leitura, a descrição do sítio original de Curitiba, desde sua fundação, no Século XIX, elevada à categoria de vila, depois cidade. Essa preocupação com a descrição é uma tônica do plano, assim como o fez para o Rio de Janeiro. Nesse instante é que percebemos a inserção do pensamento geográfico, também para este plano de Curitiba.

As descrições do sítio a ser planejado são detalhadas, tal como realizava a Geografia francesa *lablachiana*, da qual não só Agache recebeu influência, mas a Geografia brasileira como um todo, nesse período abordado, já que é sabido da *missão* geográfica francesa que o Brasil recebeu também nessa primeira metade do vigésimo século, que culminou na criação da Faculdade de Filosofia da USP e no IBGE, à guisa de exemplificação.

Voltando ao plano de Curitiba, dentro deste capítulo intitulado *Resumo histórico-fisiográfico de Curitiba* podemos evidenciar aspectos de uma Geografia extremamente descritiva e empírica, de base francesa:

[...] Curitiba está situada no sul, na zona temperada entre o Trópico de Capricórnio e o Círculo Polar Antártico, a 25° 25' 48" de latitude e a 49° 16' 15" de longitude W. de Greenwich. [...] Seu clima ameno, é próprio das regiões temperadas. [...] O aspecto fisiográfico de quasi todo o Município de Curitiba, é de um planalto sensivelmente regular com pequenas e esparsas elevações formando cursos d'água, e grandes margens alagadas que têm o nome regional de "banhados". [...] (PREFEITURA, 1943, p. 8)

Nesse sentido é que queremos reafirmar a presença do pensamento geográfico *lablachiano* nesta obra, pois onde encontraríamos hoje, ou mesmo num plano realizado décadas depois deste, tal zelo na descrição geográfica da cidade a ser planejada? A descrição da situação geográfica, do clima, do relevo etc., para o planejamento de uma cidade, constitui um movimento típico de uma prática geográfica de base empírica e descritiva, a partir de dados coletados com as pesquisas de campo, que tão bem fazia a escola *possibilista* quando elaborava as "monografias" de cidades.

Outrossim, não podemos olvidar que ao afirmar que Curitiba possui um “clima ameno, próprio das regiões temperadas”, tal “amenidade” possui sua gênese oriunda de um pensamento *determinista*, que foi justamente o responsável, ainda no décimo nono século e princípios de vigésimo, por classificar os climas e zonas climáticas do planeta, bem como denominar-lhes a partir de um prisma euro e etnocêntrico, segundo o qual as zonas e/ou regiões “temperadas” seriam dotadas de “amenidades” climáticas, diferentemente da zona “tórrida”, referindo-se à faixa equatorial, por exemplo.

Logicamente sabemos que La Blache e seus discípulos, na construção da escola francesa de Geografia, negavam e criticavam o *determinismo* ratzeliano, inclusive essa foi a razão do surgimento do próprio *possibilismo*. Contudo, sob a “aura” do positivismo e do imperialismo, dominando o pensamento científico e direcionando-o a serviço do estado e do capital, indubitavelmente, não podemos negar a presença da “superioridade” eurocêntrica nas interpretações científicas, sobretudo a geográfica, produto direto da descrição do mundo.

Doravante, e ainda dentro deste mesmo capítulo de análise, quando o urbanista descreveu as características econômicas de Curitiba, o fez a partir de um discurso político de convencimento da sociedade, sempre a serviço do estado e agradando as elites locais. Numa perspectiva de enaltecimento de Curitiba, elogiou esta cidade, imensamente, em sua descrição, comparando-a a São Paulo, ou até mesmo alçando-lhe a um patamar superior à capital paulista, demonstrando algumas vantagens sobre aquela, dotando-lhe de projeção e importância, no mínimo exageradas, típicas dos discursos próprios feitos para as administrações públicas. O texto original do plano, bem demonstra:

[...] Quer a estrada de ferro, quer as rodovias, quer as linhas aéreas, tôdas se cruzam em Curitiba, trânsito forçado, entrocamento de alta relevância, onde se irradia a circulação econômica para o Interior do Estado e Sul do País.[...] Sua situação de proximidade do litoral e da Serra do Mar, muito se assemelha à da Capital bandeirante, com a vantagem, sôbre São Paulo, que tem como único escoadouro da produção e via de acesso marítimo, o sempre congestionado pôrto de Santos, ao passo que Curitiba se desafoga, com facilidade, para Antonina e Paranaguá, dois portos marítimos de intenso comércio de exportação das riquezas do Estado, [...] (PREFEITURA, 1943, p. 9)

E segue, sempre elogiando e destacando as qualidades e vantagens locais de Curitiba:

[...] Possui, além de estradas de ferro de penetração pelo Interior do Estado, [...] uma grande rêde de linhas de ônibus e limusines que fazem a ligação entre as cidades não servidas por ferrovias. [...] Existe

confortável linha de ônibus entre Curitiba e São Paulo [...] em percurso cômodo e agradável [...] Possui aeropôrto de grande importância comercial e estratégica. [...] Dadas essas condições fisiográficas, que colocam Curitiba como centro propulsor do progresso do Estado [...] pelo volume de suas transações [...] vem tomando um acentuado ritmo de progresso, colocando Curitiba entre as primeiras cidades do Brasil. [...] (Ibidem)

Note-se a relevância que tomam as “condições fisiográficas”, para que Curitiba seja tudo o que o autor descreve, isto é, percebe-se que ainda há um peso *determinista*, no qual a situação geográfica, bem como suas características físicas, são consideradas importantes, justificando o “progresso” alcançado.

Sem embargo, Agache tinha que justificar a que vinha e sinalizar problemas nesta cidade, há muito elogiada:

[...] Entretanto, apesar desse surpreendente surto de progresso Curitiba não dá impressão de uma Capital. [...] Das observações cuidadosas e dos estudos feitos na capital paranaense, pode-se adiantar que suas características próprias, situação, topografia, traçado, vida comercial e urbana, enfim, sua fisionomia peculiar revelam a predominância [...] de três problemas urbanos, que a administração pública do Município vem enfrentando com coragem [...] (Ibidem, p. 10-11).

Então Agache descreveu que estes três problemas por que passava a capital curitibana, e que necessitavam resolução via planejamento urbano eram: O solo (saneamento), o homem (descongestionamento) e o meio (necessidade de órgãos funcionais).

Ora, enxergar o homem como um “problema” e reduzi-lo a questões como tráfego urbano, congestionamentos e circulação, nada mais era que uma visão puramente *determinista* e naturalista, na qual o meio prevalecia sobre a vida humana, e havia mais interesse pelo sítio a ser planejado do que pelas pessoas que o habitavam.

Posteriormente, Agache ratificou a importância do planejamento ao qual se propôs, afirmando que somente dessa forma, e resolvidos esses três problemas por via urbanística, é que Curitiba alcançaria a “dignidade” de uma capital:

[...] Resolvidos êsses, [...] ou reduzidas ao mínimo as suas conseqüências, a cidade passará a adquirir fóros de uma verdadeira Capital. [...] De uma aglomeração de casas sem uma característica que a distinga, passará Curitiba a ser uma cidade orgânica, um complexo inteiriço, com a fisionomia própria de uma Capital, pela importância que merece e pelo papel que desempenha como sede do governo de um dos mais ricos Estados do Brasil. [...] E isso Curitiba vem conseguindo graças a visão administrativa das altas autoridades do Govêrno do Estado e do Município. [...] (PREFEITURA, 1943, p. 11)

Tanto nesta quanto na citação anterior, podemos observar o plano, também como forma de propaganda dos governos estadual e municipal, imensamente adjetivados ao longo do seu texto. Numa época em que os meios de comunicação que mais alcançavam a sociedade eram o rádio e o jornal, realizar propaganda de governo, através de um documento oficial como este, resultava numa considerável repercussão.

Tal como pensou para a capital federal, Agache repetiu a experiência para Curitiba, pensando a cidade como um “organismo vivo”, baseado nas experiências anteriores adquiridas na Sociedade Francesa de Urbanistas. Inspirado sempre em modelos de cidades estrangeiras, mas também no seu plano elaborado para o Rio de Janeiro, o urbanista francês permaneceu usando a estética, o zoneamento e a legislação, como elementos primordiais, que trariam a “modernidade” à cidade, tão desejada pelas elites curitibanas. E argumenta:

[...] Curitiba, que está esboçando, com a aplicação do plano diretor, a sua fisionomia própria, adquirindo fóros de uma capital: a cidade está plasmando sua organicidade, sob os aspectos edilício, higiênico e estético. [...] Para isso, [...] faz-se mistér atender aos órgãos funcionais, distribuindo-se os seus diversos centros de cada uma de suas funções: administrativa, comercial, militar, universitária, social, etc., de maneira que as atividades do homem em cada um, se harmonizem para constituir um conjunto, tendo por cúpula o Centro Cívico ou Administrativo órgão de comando, sede do govêrno do Estado. [...] (Ibidem, 1943, p. 15).

Nesse âmbito é possível, outra vez percebermos, o *determinismo físico*, como estratégia de ação, na tentativa de promover modificações dentro da cidade, visando sua organização, sempre desprovida de politização, tal qual afirma Vera Rezende, mencionada anteriormente neste trabalho.

De fato, os planejadores de cidades, nesta primeira metade do Século XX, tentavam, através do *determinismo físico*, propor outras formas de vida dentro da cidade, ou pelo menos reorganizá-las. Alfred Agache não fez diferente para Curitiba:

[...] As atividades de cada um dêsses centros funcionais constituirão a vida da cidade. [...] Claro é que não se pode, nem se pretende, fixar diretrizes rígidas para essa vida. Trata-se, sim, de estudar os elementos que a compõem e dar-lhe uma estrutura orgânica, disciplinando o tráfego, as construções, a propriedade imobiliária, as atividades econômicas e sociais, etc. [...] (Ibidem).

Posteriormente, no capítulo segundo, intitulado *Plano de remodelação, extensão e embelezamento*, mais precisamente em seu título terceiro denominado *Centros*

*Funcionais ou Centros Especializados*, podemos perceber que as propostas de Agache contêm mais elementos de nossa ciência, quando, assim como no plano elaborado para a *Cidade Maravilhosa*, se reporta novamente ao conceito de função, para reorganizar e reordenar a vida urbana. Sendo assim, afirmava:

[...] A vida urbana gravita em torno de certos elementos funcionais de uma cidade, que dia a dia se subdividem e se especializam, num entrosamento harmonioso de meios, em função de seus fins, diante da complexidade dos problemas que surgem com o crescente progresso humano. [...] Numa cidade populosa, mormente sede da Capital de um Estado, pode-se, [...] definir seus elementos funcionais por certas predominâncias básicas, que podem ser assim enunciadas: – *função de comando*: Centro Cívico ou Administrativo; *função de produção*: Centro comercial e industrial; *função de consumo*: Centros residenciais; *funções sociais*: Centros educativos, recreativos, diversões, etc. (PREFEITURA, 1943, p. 29).

De modo que devemos enxergar essas propostas funcionais para a cidade, como produção de novos espaços geográficos, em sua maioria, elitizados ou para atender às elites. Era uma cidade *funcional* idealizada e bela, sem muita preocupação se esses novos espaços realmente eram o desejo da população.

Permanecia também, a evidente influência do positivismo no urbanismo, verificado neste plano, quando Alfred Agache se referiu “aos elementos funcionais... que dia a dia se subdividem e se especializam”.

As presentes ideias de “harmonia” e “entrosamento”, propostas após a implantação de um “funcionamento” perfeito deste corpo urbano, fazendo alusão ao corpo humano, também são heranças positivistas, que valorizava, em imenso, as ciências naturais e exatas, e bem adaptava e reproduzia seus conceitos para as humanísticas e sociais. Esse caráter funcional, assim como a visão da cidade como um organismo vivo, estão, também, presentes no plano do Rio de Janeiro, que já tivemos oportunidade de analisar neste trabalho. Acerca dessa temática, para Curitiba, o texto do plano nos diz:

[...] entre os complexos aspectos focalizados nos planos de urbanização de uma capital, sobressai o que podemos chamar a fisiologia da cidade, isto é, o estudo das funções dos principais órgãos de que se compõe o organismo urbano. [...] O desenvolvimento econômico da Cidade, o bem social de seus habitantes, estão na dependência lógica e prática desses diversos elementos orgânicos, cujas funções de uns e de outros, se disciplinam e se hierarquizam, no fluxo e refluxo normal da vida urbana. [...] (PREFEITURA, 1943, p. 29-30).

Indubitavelmente, não podemos esquecer que essas ideias expressas, tais como “disciplina”, “hierarquia”, para melhor manter a “normalidade” dentro da cidade, também se constituem em herança de um pensamento positivista, aplicado ao urbanismo.

Ainda neste capítulo, porém no seu *Título VI*, nomeado de *Espaços Livres – Sua Distribuição – Reservas de Áreas*, Agache realizou a mesma previsão de *Reserva de Terras*, prevista no plano elaborado para a capital federal. No plano do Rio de Janeiro, Agache chamou de *aparelho respiratório*, toda a previsão de “espaços livres, parques, jardins, passeios, campos de esportes, etc...” (AGACHE, 1930, p. 17).

No plano de Curitiba, interessante é observar as propostas de espaços livres e as críticas tecidas à cidade daquele instante de tempo histórico, e assim perceber algumas nuances de pensamento geográfico inseridas nas críticas:

[...] A cidade de Curitiba não sofre da falta de espaços livres, mas sim da má distribuição desses espaços. [...] No tocante a praças também a cidade é bem servida possuindo número razoável de praças e jardins alguns dos quais, entretanto, sem tratamento. [...] Quanto a parques a cidade sente falta quasi absoluta. [...] Quanto à arborização das ruas e praças, dá-se em Curitiba fenômeno interessante. A primeira vista tem-se a impressão de que a cidade tem excesso de arborização principalmente em certas ruas que são frias e húmidas necessitando mais sol. O que se dá entretanto é que as espécies vegetais são mal escolhidas. [...] (PREFEITURA, 1943, p. 68-69).

Redistribuir esses espaços livres, propor novas formas, bem como embelezá-los era dever de qualquer urbanista para uma cidade, mormente para Agache em Curitiba. De toda sorte, podemos afirmar que tal redistribuição e/ou criação de novos espaços dados ao lazer também constituem produção de *paisagens* e de *espaços*, no que tange à Geográfica Ciência.

Outrossim, é relevante identificar o uso que Agache sugeria para tais espaços livres. Tal como todo o plano, estes também possuíam seu caráter *funcional* específico:

[...] É interessante, hoje em dia, dada a densidade de população nas cidades, tirar-se o maior proveito possível dos espaços livres que se pode obter. Devemos considerar, no preparo dos seus aproveitamentos a grande oportunidade que eles oferecem à recreação. Assim, devemos cuidar, na elaboração do projeto, da reserva das áreas necessárias tanto à recreação ativa, assim como a inativa [...] Serão considerados, para a recreação ativa os grandes espaços desimpedidos, tão necessários aos jogos organizados, para as crianças em idade escolar, [...] Quanto à recreação inativa, ela compreende a distração que nos dá a contemplação do belo, daí a necessidade que há de se cuidar com bastante carinho da composição de todos os elementos que entram na formação do conjunto, isto é, as miríades de nuances de cores que nos oferecem as flôres, os matizes variados dos diversos verdes das

árvores e gramados, os tons mais ou menos neutros de pavimentação. [...] (PREFEITURA, 1943, p. 69-70).

Importante atentarmos à “contemplação do belo”, de que fala o urbanista, como forma de recreação inativa, uma vez que nem todas as pessoas teriam acesso e possibilidade de “tirar proveito” desses espaços livres e propostas de áreas de lazer. O trabalhador comum, o morador das periferias, enfim, a ele resta a admiração bela do todo, do lado de fora. A esse respeito, numa formulação de pensamento semelhante, Oscar Niemeyer nos fala:

[...] Quando me pedem um prédio público, por exemplo, como fiz, agora, três em Brasília, eu procuro fazer bonitos, diferentes, que surpreenda. Porque eu sei que os mais pobres não vão usufruir em nada, mas eles podem parar, ter um momento de prazer, de surpresa... ver uma coisa nova. Esse é o lado que a arquitetura pode ser útil. Por enquanto, só usa a arquitetura quem tem dinheiro. [...] De modo que a minha arquitetura, o que eu faço, a preocupação inicial é que seja diferente. É que o povo pare... surpreso de ver uma coisa nova. [...] A arquitetura não pode ser vista como uma coisa isolada! [...] (Depoimento de Oscar Niemeyer, presente no documentário intitulado *Oscar Niemeyer: A vida é um sopro!*, dirigido por Fabiano Maciel, de 2007.).

Mais adiante, no capítulo terceiro, intitulado *Escoamento pluvial e defesa contra inundações*, Alfred Agache novamente recorreu à Ciência Geográfica, ao realizar outra minuciosa descrição hidrográfica, topográfica e pluviométrica da cidade, a fim de explicar como elaboraria o sistema pluvial e os esgotos. Assim afirma:

[...] A cidade de Curitiba se estende pela bacia hidrográfica do rio Belém, que recebe à direita as águas do Água Verde, Ivo e Bigorrião, além de outros menores e à esquerda as do Cajuru e Juvevê. [...] Esses rios, descem das suas cabeceiras até o Belém, por terrenos cujos pendores são de fácil acesso e favorecem o escoamento natural das águas. [...] Os pequenos contrafortes da região dão-lhes um relevo interessante e favorável à salubridade. [...] Daí para jusante, até a foz, na margem direita do Iguazu, as terras são baixas, de fraca declividade, sujeitas a inundações. [...] Sabe-se ter o regime das águas que correm numa superfície grande ligação com as chuvas nela precipitadas. [...] (PREFEITURA, 1943, p. 81).

Agora é a vez da descrição dos cursos de água urbanos que percorrem o sítio curitibano, demonstrando deveras semelhança e afinidade com o método empírico das pesquisas de campo propostas por La Blache e seu *possibilismo*. Nesse sentido, se torna evidente a presença de elementos físico-geográficos, tais como os termos *juzante*, *foz*, *margens esquerda e direita*, *declividade*, *relevo* etc.



Agache julgava importante esse detalhamento, pois queria apresentar um urbanismo acadêmico, dotado de muita cientificidade e visão interdisciplinar, e, que nesse instante, recorreu à Geografia a fim de explicar as razões e causas que levavam à necessidade de planejamento do escoamento e canalização dos cursos de água urbanos, evitando assim, cheias, inundações e ocupação desordenada das planícies de inundação.

É notável como Agache utilizava de elementos da meteorologia, tais como cálculos pluviométricos, dos caudais, e, ainda, de tipos de precipitação para elaborar seu planejamento, a fim de saber exatamente como construir condutos eficientes para obras de esgotamento suportáveis. Assim descreve:

[...] A adoção dessa chuva tipo que servirá ao cálculo dos coletores, é de capital importância porque ela decidirá quanto ao custo e limite de eficiência das obras de esgotamento, ou seja o aspecto econômico das mesmas. [...] Devemos considerar as chuvas normalmente severas, pois sabe-se que construir condutos para com eles defluir qualquer precipitação pluvial é uma pretensão economicamente impraticável. É necessário pois, contar-se com a insuficiência da rede para esgotar chuvas excepcionais. [...] As *chuvas torrenciais* que interessam ao nosso projeto são geralmente as de tipo “convectivo”, e elas não costumam durar mais de (40) minutos [...] (Ibidem, p. 83).

Outra vez Agache dava importância a elementos naturais, tal como a precipitação, a fim de nivelamento de cálculo para o planejamento do escoamento e esgotos da cidade. Ao expressar que ao projeto interessa, particularmente, as “chuvas torrenciais” do tipo “convectivo”, demonstrava conhecimento meteorológico, inclusive acerca da durabilidade das mesmas, denotando sensível relevância que a natureza ainda exercia no cotidiano humano das cidades.

Por fim o urbanista atentou à necessidade da cidade adquirir o que chamou de “consciência urbanística”, através de estudo profundo de viabilidade do plano, bem como as vantagens de sua aplicação, independente de diferenças ou resistências políticas. (PREFEITURA, 1943, p. 95).

Agache, já finalizando o texto do plano, enalteceu o desejo das elites, se utilizando de um discurso nacionalista, que, conseqüentemente, está imbuído de elementos geográficos tradicionais. Assim afirma:

[...] Suscita-se esse entusiasmo pelo plano, alertando os sentimentos de amor pela terra natal, o orgulho natural e humano, de que sua cidade cresça e se embeleze, proporcionando aos forasteiros e visitantes todo o conforto e encanto das mais modernas metrópoles. [...] (Ibidem).

Elogiando o trabalho de Alfred Agache, torna-se relevante parte do discurso de Alexandre Beltrão, então prefeito de Curitiba, quando o plano fora finalizado, em 1943:

[...] Curitiba está, portanto de parabéns. O Paraná tem mais este motivo para se rejubilar com o govêrno de Vossa Excelência, snr. Manoel Ribas, pelo seu apôio à idéia e a realização dêste plano de remodelação, extensão e embelezamento de sua Capital. Quando uma cidade, com a população de Curitiba, consegue realizar um plano de referência para a fixação das linhas gerais de seu crescimento disciplinado, é como se adquirisse a consciência bem definida de suas grandes possibilidades. A cidade se incorpora ao movimento de cultura técnica do País, eleva-se em categoria porque está preparada em potencial para resolver no tempo devido os problemas decorrentes de seu desenvolvimento [...] já tive ocasião de notar quanto este plano urbanístico procurou conservar as características de Curitiba, sua fisionomia própria e quanto interêsse mereceu a riqueza de suas paisagens. [...] (“O Dia” de 24/10/1943).

Nesse entusiasmo elogioso, por parte do prefeito Alexandre Beltrão, podemos perceber nuances de pensamento geográfico. Novamente podemos apontar elementos da Geografia francesa *possibilista*, quando o mesmo se refere à “fisionomia” e à “riqueza das paisagens” de Curitiba. A esta “fisionomia”, elemento geográfico tão empírico e visível, bem definido pela Geografia *lablachiana*, já fizemos menção na parte introdutória deste trabalho.

Ao final deste capítulo é primordial afirmar que o pensamento geográfico, hoje denominado tradicional, estava a serviço das elites dominantes. Ele fazia parte do discurso do poder. Num momento histórico de nacionalismos e fascismos, muitíssimo foi valorizado, um discurso científico que convencia as massas e atendia as elites. Nesse sentido a Ciência Geográfica cumpriu bem o seu “papel”, produzindo “verdades” científicas que foram tão bem utilizadas no planejamento urbano em geral, e no *urbanismo* de Alfred Agache, em particular.



Figura 19: A Curitiba radial projetada por Alfred Agache.

FONTE: Acervo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Disponível em <http://ippucweb.ippuc.org.br>, acessado em março de 2012.

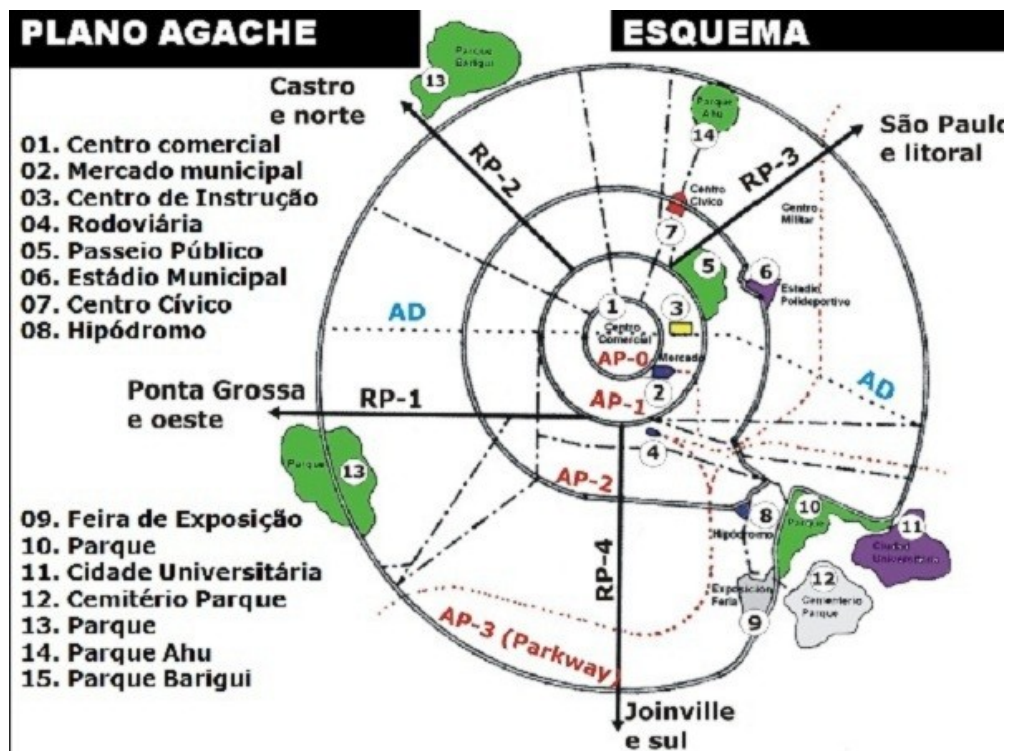


Figura 20: Esquema interpretativo do planejamento viário de Curitiba.

FONTE: Acervo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Disponível em <http://ippucweb.ippuc.org.br>, acessado em março de 2012.

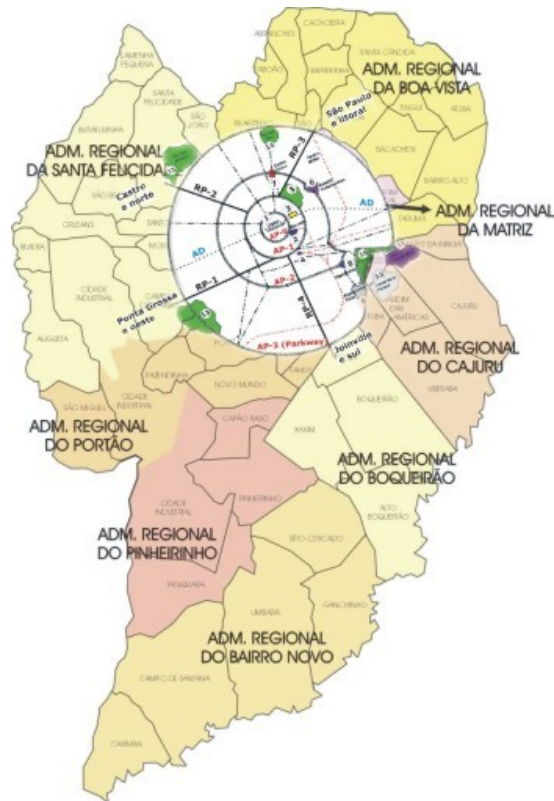


Figura 21: Esboço cartográfico do *Plano Agache* e os subúrbios de Curitiba.  
 FONTE: Acervo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).  
 Disponível em <http://ippucweb.ippuc.org.br>, acessado em março de 2012.



Figura 22: Celebração oficial de finalização do *Plano Agache* de Curitiba. No detalhe, Alfred Agache (tirando os óculos da lapela) observa Manoel Ribas, que analisa as plantas do plano, no Palácio São Francisco em 23 de outubro de 1943.  
 FONTE: Acervo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).  
 Disponível em <http://ippucweb.ippuc.org.br>, acessado em abril de 2012.





Figura 23: Projeto de embelezamento da Praça Tiradentes, localizada no centro de Curitiba. No detalhe, no alto e à direita, o registro do Escritório Coimbra Bueno Ltda., o qual Agache estava vinculado.

FONTE: Acervo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Disponível em <http://ippucweb.ippuc.org.br>, acessado em abril de 2012.



Figura 24: A Praça Tiradentes da atualidade.

FONTE: Acervo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Disponível em <http://ippucweb.ippuc.org.br>, acessado em abril de 2012.

## PALAVRAS FINAIS

Antes de mais nada, temos que finalizar esta pesquisa afirmando que se trata de uma investigação de cunho geográfico. Então, se possui esse caráter, logicamente procurou investigar a inserção do pensamento geográfico na produção de Alfred Agache no Brasil. Todavia, devemos melhor explicar, uma vez que, dessa forma, ainda está demasiadamente vago e genérico, à guisa de conclusão.

Primeiramente, ao utilizar conceitos e categorias geográficas e métodos oriundos da Geografia Histórica, procuramos identificar as influências do pensamento geográfico presentes em dois planos que Alfred Agache elaborou para duas capitais brasileiras, em dois tempos históricos distintos, porém, ambos distantes do nosso tempo presente, o que justifica a utilização dos recursos da Geografia Histórica para o desenvolvimento metodológico deste trabalho.

Essas duas capitais, sob a forma de *lugares* para a Ciência Geográfica, foram Rio de Janeiro e Curitiba. Elas foram o *locus* de análise geográfico-histórica, que já mencionamos na introdução deste trabalho, por vários motivos. Dentre eles, a própria possibilidade de finalização do mesmo, já que as fontes documentais primárias referentes à temática em questão não só existem em maior número, como estão mais conservadas, no que tange a tais cidades. A partir dessas fontes primárias foi possível analisar os planos, observar e identificar as influências do pensamento geográfico, contidas nos mesmos, além de enxergar essas cidades no passado, ou seja, na previsão de produção de espaço geográfico no pretérito, a saber, na primeira metade da centúria vigésima.

Torna-se desnecessário, mais uma vez aqui explicarmos, a importância de tais cidades para o cenário nacional, ao longo da primeira metade do vigésimo século, uma vez que tal importância já fora bem sentida no desenvolvimento desta tese. Ademais, a própria elaboração de planos, tão arrojados e modernos, para a época, já denotam a relevância de ambas as cidades.

Entrementes, no que se refere aos planos de cidades, de forma genérica, temos que avaliar tudo sob um prisma mais abrangente, ou seja, uma escala geográfica maior, sob os auspícios do modo de produção capitalista presente no espaço e no tempo. Então devemos enxergar essa reprodução mais acelerada do capitalismo no Brasil, na primeira metade do vigésimo século. Podemos perceber tal aceleração refletida no espaço das cidades, a partir de uma burguesia oriunda de uma oligarquia cafeeira do passado, uma incipiente burguesia urbano-industrial, surgimento de um processo de industrialização etc. Nesta seara, podemos admitir o espaço urbano como mercadoria a ser consumida, ou seja, devidamente apropriado e ocupado pelo capitalismo e por suas vigentes ideologias.

Sendo assim, o aparelho estatal e suas esferas, isto é, os gestores do consumo desse espaço, tão plenamente, elaboraram planos de urbanismo, que objetivavam seu ordenamento a partir de interesses particulares, porém justificando “cientificamente” a resolução dos problemas citadinos e suas contradições.

As modificações e transformações, ou seja, a produção do espaço geográfico leia-se aqui, espaço urbano, são frutos, sempre, do modo de produção dominante, e isso não ocorre somente no Brasil. Conseqüentemente, os planos de cidades, não só estão comprometidos com esse modo de produção dominante, como devem, obrigatoriamente, obedecer às condições para sua manutenção.

Todavia, para assegurar a manutenção da reprodução do capitalismo no espaço urbano, faz-se necessário o discurso ideológico. É ele que vai ditar e propagar as regras do “jogo”, através de uma pseudo-seriedade e de uma “neutralidade” científica. Assim, esse discurso ideológico explica, da sua forma “acrítica” e “neutra”, a realidade política e social e justifica, “cientificamente”, a desigualdade e a dominação. Dessa forma, a sociedade, e, conseqüentemente, a cidade, são vistas como integradas, onde decisões e ideias parciais são vistas como um ponto de vista universal.

Isso se deu na influência ideológica do positivismo, nada mais que uma afirmação “científica” do capitalismo, ou seja, um discurso ideológico a serviço do modo de produção capitalista, interferindo e influenciando, sobremaneira, o pensamento e a produção científica. Foi assim que o mesmo influenciou a Ciência Geográfica e o *possibilismo* de La Blache, justificando cientificamente, por exemplo, o imperialismo e dominação francesa em África. Esse mesmo *possibilismo* foi uma das justificativas científicas de que Agache se utilizava para melhor explicar seu urbanismo.

À guisa de conclusão desta investigação, não podemos negar a presença do pensamento geográfico inserido de maneira marcante no plano urbanístico de Alfred Agache para a Cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e Curitiba, a capital paranaense.

Igualmente, é possível percebermos, sobremaneira, o zelo científico e acadêmico que Agache preconizava em seu discurso, seu embasamento teórico e sua prática como urbanista. Daí sua preocupação em cientificizar, ou seja, dar caráter científico ao plano urbanístico que elaborava para a capital do Brasil e desta forma obter legitimidade política para os mesmos.

Dessa maneira, é que o mesmo procurou investir no que havia de mais moderno no pensamento científico em voga, isto é, imbuindo seu plano de positivismo lógico e racional e, buscando noutras áreas do conhecimento científico moderno, sustentáculos teóricos que reconhecessem o urbanismo que trazia para o Brasil, como Ciência. Assim, podemos verificar claramente seu cuidado em explicar previamente e em minúcias, sua

metodologia de realização dos trabalhos (sempre baseado numa proposta empírica de cunho positivista) ao realizar todo um histórico prévio da cidade a que se propunha planejar, denominada pelo próprio de “monografias de cidade”.

É nesse momento, então, que o urbanista se utilizou da História, da Antropologia, da Sociologia e, é claro, da Geografia. No que tange à Ciência Geográfica e suas influências em tal plano, essa se dá no que hoje a história do pensamento geográfico denomina de Geografia Tradicional. Porém, naquele momento histórico, era o que havia de mais moderno e reconhecidamente científico na comunidade acadêmica à qual Agache pertencia, bebia das “fontes” e servia ao Estado. Nesse viés, visualizamos claramente as referências que o urbanista fazia a La Blache e sua Geografia Humana, bem como a *Antropogeografia*, que julgava imensamente necessária para os estudos prévios de cidades.

Tal como podemos verificar anteriormente, quando o urbanista planejou os espaços livres, as áreas de lazer, a arborização, os parques, as praças etc., em que denominou de *aparelho respiratório*, percebemos uma preocupação no sentido de preservação de uma considerável porcentagem dos solos urbanos, reservadas ao poder do Estado. Tais áreas, Agache intitulou de *Reservas Territoriais*. Aí, mais precisamente, verificamos a presença do pensamento geográfico, no que tange ao *determinismo físico*, de que tanto criticou Rezende (1982), presente em seus planos.

No que tange às heranças de Agache no Brasil, seu maior legado foi ter aqui semeado a *consciência urbanística*, tal como assim se referiu quando elaborou os planos do Rio de Janeiro e Curitiba.

Executar seus planos, na sua totalidade seria deveras difícil, tanto por onerar demasiadamente os cofres públicos, quanto pelas questões políticas que deles demandavam. As *materialidades* que deles resultaram, tanto em Curitiba, como na *Cidade Maravilhosa*, foram diminutas se comparadas à grandiosidade dos planos, porém o que ficou foram as ideias.

Na posteridade de ambas cidades analisadas, todos os regulamentos e legislações efetuados a partir de então, tomaram como ponto de partida o *Plano Agache*, no que diz respeito ao planejamento urbano.

Notadamente, não podemos esquecer a importância de Agache na questão da regulamentação do Urbanismo enquanto Ciência no Brasil, e desta a serviço da esfera pública. Se hoje temos as diversas Secretarias Municipais de Urbanismo regulamentadas em qualquer prefeitura, por menor que seja, em parte, devemos isso ao *Plano Agache*.

Da mesma maneira, ao nos reportarmos exclusivamente aos espaços públicos da atualidade no Brasil, se hoje temos regulamentos e legislações para criar uma nova praça, parque etc., por menor que for a esfera municipal, elas constituem *reserva*



*territorial* das diversas prefeituras atuando no seu espaço urbano, e isso se deve ao primeiro plano diretor elaborado para uma cidade no Brasil, o *Plano Agache*.

Não esqueçamos que essa simples atuação das secretarias de urbanismo e prefeituras, no solo urbano, produzindo valorização do mesmo, também remonta à produção do espaço geográfico, também presente nas ideias de Agache e no modelo de urbanismo que o mesmo instaurou em nosso país.

À guisa de conclusão, independente do grau de sucesso, o planejamento urbano principiado por Agache no Brasil, sinalizava o desejo de nossas elites, de inserir o país no rol de nações “desenvolvidas”. Para tanto, fazia-se cabal utilizar plenamente o Urbanismo, na tentativa de materializar no espaço urbano as marcas da modernidade, às quais Alfred Agache ofereceu considerável contribuição.

Se a Ciência Geográfica presente neste instante de tempo histórico, também estava a serviço dessas elites e reproduzia um discurso científico obediente ao poder e ao capital, então era notável a contribuição e influência do seu arsenal teórico-metodológico para a construção do urbanismo de Alfred Agache.



Figura 25: Alfred Donat Agache

FONTE: PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL; AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – Remodelação – Embellezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <http://planourbano.rio.rj.gov.br>, acesso em janeiro de 2012.



Figura 26: Busto de Alfred Agache, Praça Paris, Rio de Janeiro.

FONTE: [www.monumentosdorio.com.br](http://www.monumentosdorio.com.br) acessado em maio de 2012. Alex Belchior, 2010 – 2011 (todos os direitos reservados).

**REFERÊNCIAS**

ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, ed. 1, 1987.

\_\_\_\_\_. *Sociedade e Natureza no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

\_\_\_\_\_. *Rio de Janeiro: Formas, movimentos, representações: Estudos de Geografia Histórica Carioca*. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005.

\_\_\_\_\_. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro (1502 – 1700), Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

AGACHE, Alfred Donat. *Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação e Embellezamento, 1926 – 1930*. Paris: du Foyer brésilien, 1930.

\_\_\_\_\_. *La remodelation d'une capitale. Aménagement, estension, embelissement*. Paris: S.C.A., 2 volumes, 1932.

ALBUQUERQUE FILHO, Luiz R. C. de. *A Obra do Urbanista Agache: Sua Situação no Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1959.

ALMEIDA, Daniel V. de. *Alfred Agache e o “aparelho respiratório” da cidade: Concepções, proposições e realizações de espaços públicos de lazer no primeiro plano de remodelação, extensão e embelezamento da Capital Federal*. Rio de Janeiro: PPGEU, UERJ, 2006. (Dissertação de Mestrado, 151 p.).

ARIAS NETO, José Miguel. "Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

AXT, Günter; SCLIAR, Moacyr. *Parque Farroupilha Redenção: Histórias de Porto Alegre*. Porto Alegre: Paiol, 2011.

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: Um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: SMCTT, 1990.

BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BERDOULAY, Vincent. *Modernismo e Espaço Público: O Plano Agache do Rio de Janeiro*. *Revista Território*, Ano VII, Nº 11,12,13, Set./Out., 2003. p.123-131.

BOYD, Robin. *The Puzzle of architecture*. Carlton: Melbourne University, 1965.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BRUANT, Catherine. Donat Alfred Agache: Urbanismo, uma sociologia aplicada. In: LAMAS, José M. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

- CARVALHO, José M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, Série Debates, 1979.
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- CORRÊA, Roberto L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- CORREIO DA MANHÃ. *O embelezamento do Rio*. 1º de Julho de 1927. p. 4.
- COSTA, João C. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- DISTRICTO FEDERAL. *Anaes do Conselho Municipal*. Rio de Janeiro: Outubro de 1927, Junho/ Julho de 1930.
- DOLFUSS, Olivier. *O Espaço Geográfico*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
- FERNANDES MARTINS. Prefácio. In: LA BLACHE, Paul V. de. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, 2 ed., 1954.
- FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano. O Tempo do Liberalismo Excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (V. 1).
- FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GANZ, Herbert. *People and plans*. New York: Basic Books, 7ª edição, 1960.
- GODOY, Armando A. de. *A Urbs e seus Problemas*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.
- GOMES, Eduardo R. *A modernização urbana do centro de Vitória (ES): Considerações preliminares sobre a Geografia do passado de uma cidade*. Vitória: Geografares, Depto. de Geografia, CCHN, UFES, n. 6, 2008. (73-87 pp.).
- GOMES, Paulo C. da C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 21 ed., 1989.
- HORTA, Célio A. da C. *Belo Horizonte: a construção de um saber geográfico*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado. CFCH/UFSC, 1994 (101pp.).
- LA BLACHE, Paul V. de. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, 2 ed., 1954.
- LAMAS, José M. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- LE CORBUSIER. *Os três estabelecimentos humanos*. São Paulo: Perspectiva, Série Debates – Arquitetura, 1979.
- LEME, Maria C. da S. *Urbanismo no Brasil. 1895-1965*. São Paulo: FUPAM, Studio Nobel, 1999.

- LEPETIT, Bernard. *Por uma nova História Urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.
- LIMA, Evelyn F. W. *Avenida Presidente Vargas: Uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARTONNE, Emmanuel de. Apresentação. 1921. In: LA BLACHE, Paul V. de. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, 2 ed., 1954.
- MASCARENHAS, Gilmar. *Da Cidade Colonial ao Espaço da Modernidade: A Introdução dos Esportes na Vida Urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- MONTANER, Josep M. *La modernidad superada. Arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX*. Barcelona: Gustavo Gilli AS, 1997.
- MONTE-MÓR, Roberto L. de M. *Espaço e planejamento urbano: con-siderações sobre o caso Rondônia*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1980 (Dissertação de Mestrado, 225 p.).
- MORAES, Antônio C. R. de. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, ed. 21, 1998.
- MOREIRA, Fernando D. A Aventura do Urbanismo Moderno na Cidade do Recife, 1900 – 1965. In: LEME, Maria C. da S. *Urbanismo no Brasil. 1895 – 1965*. São Paulo: FUPAM, Studio Nobel, 1999.
- NIEMEYER, Oscar. *Oscar Niemeyer: A vida é um sopro*. Entrevistador: Fabiano Maciel. São Paulo: Entrevista concedida para realização do documentário intitulado “Oscar Niemeyer: A vida é um sopro.”, dirigido por Fabiano Maciel, 2007.
- PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1987.
- PAIXÃO, Carlos J. *O Positivismo e a Educação no Brasil*. Presidente Prudente: UNESP/FFC, 1998. (Tese de Doutorado).
- PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmannização. In: SALGUEIRO, Heliana (Org.). *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: EdUSP, 2001. p. 65-102.
- POÈTE, Marcel. *Introduction à l’Urbanisme*. Paris: Boivin, 1929
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Plano de Urbanização de Curitiba. *Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba*, Ano II, No. 12, Novembro/Dezembro, 1943.
- RATTNER, Henrique. *Planejamento e bem-estar social*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- REIS, José de O. *Urbanismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: O Construtor S.A., 1950.
- REIS FILHO, Nestor G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720)*. São Paulo: EdUSP, 1968.
- RELPH, Edward. *A Paisagem Urbana Moderna*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987.

- REZENDE, Vera. *Planejamento Urbano e Ideologia*. Quatro Planos para a Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RIBEIRO, Luiz C. de Q.; PECHMAN, Robert. *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RICOUER, Paul. *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- SALGUEIRO, Heliana A. *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: EdUSP, 2001.
- SAMPAIO, Carlos C. de O. *Memória Histórica: Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro, 8/06/20 a 15/11/22*. Lisboa: Lumen, 1924.
- SANTOS, Alexandre C. de A.; BARATTA, Tereza C. *O plano diretor e o governo dos municípios*. Rio de Janeiro: Revista de Administração Municipal, v. 37, n. 194, p. 18-32, jan./mar. 1990.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900 – 1990*. São Paulo: Edusp, 2 ed, 2002.
- SILVA, Lúcia. *História do Urbanismo no Rio de Janeiro – Administração municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 20 à Ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.
- SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ed. 10, 1979.
- SOUZA, Marcelo L. de. *Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- STUCKENBRUCK, Denise C. *O Rio de Janeiro em questão: O Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1996. (dissertação de mestrado)
- UNDERWOOD, David. Alfred Agache, French Sociology and Modern Urbanism in France and Brazil. *Journal of the Society of Architectural Historians*. June 1991, p 130-166.
- VELHO, Otávio G. (org). *O fenômeno urbano*. São Paulo: Zahar, 1973.
- VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (Orgs.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. (169-243 pp.).

<http://planourbano.rio.rj.gov.br/> acessado em outubro de 2010 e janeiro de 2012.

<http://www.portosrio.gov.br> acessado em novembro de 2010.

<http://ippucweb.ippuc.org.br> acessado em março e abril de 2012.

[www.monumentosdorio.com.br](http://www.monumentosdorio.com.br) acessado em maio de 2012.